

71º aniversário do PCP

COMÍCIOS

Lisboa: amanhã, 21 e 30 h
Pavilhão Carlos Lopes

com **Álvaro Cunhal**

Porto: Domingo, 15 e 30 h
Teatro Rivoli

com **Carlos Carvalhas**

Editorial

Greves com grande adesão

CGTP convoca manifestações para 21 de Março

Jerónimo de Sousa ao «Avante!»

«Pacote Laboral subverte direito ao trabalho»

Págs. 3, 4, 5, 6 e 24

PGA

Luta continua e Governo recua

Pág. 10

PGA ferida de morte

- Artigo de **António Filipe**

Pág. 15

8

de Março



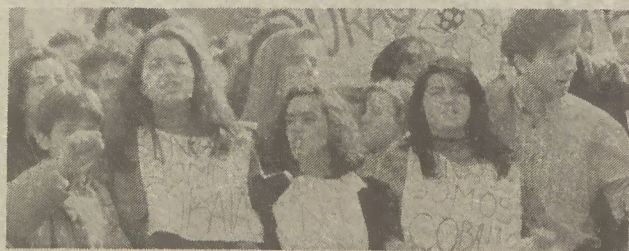
DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Pág. 12

TEMPO DE ANTENA DO PCP

RTP 1, hoje a seguir ao Telejornal

Governo em cheque pela luta e iniciativa das massas



A greve contra a PGA teve uma adesão superior a 95%

RESUMO

26

Quarta-feira

A Comissão Política do PCP acusa o Governo de ser «o único responsável» pelo aumento dos conflitos sociais. Trabalhadores do Metro prosseguem a série de greves. Estudantes do ensino superior concentram-se frente ao Ministério da Educação, em protesto contra o aumento das propinas, manifestando-se depois até à baixa de Lisboa. O ME confirma que recebeu a carta de demissão do júri da PGA. A União dos Sindicatos de Portalegre pede que Avis seja declarada zona de calamidade pública, em consequência do esvaziamento da barragem do Maranhão. O Supremo Tribunal da Irlanda autoriza a ir abortar na Grã-Bretanha a jovem de 14 anos que foi violada e cujo caso esteve na origem de forte polémica nos últimos dias. O Reino Unido reafirma no Coreper da Comunidade a sua oposição ao Pacote Delors II. O Canadá anuncia que vai retirar a partir de 1994 as suas tropas na Europa. Andrés Perez anuncia uma remodelação no governo venezuelano. O secretário-geral do ANC apela ao voto em De Klerk no referendo de 17 de Março, que abrangerá apenas o eleitorado branco. No City Music Hall de Nova Iorque são atribuídos os prémios Grammy.

27

Quinta-feira

Antes do debate sobre o Ministério Público, o presidente da AR é criticado pelo Grupo do PSD. O Conselho de Ministros autoriza a privatização de 49 por cento do capital da Cosec. O ministro das Finanças formaliza o convite a Amaro de Matos para ocupar o cargo de presidente do IPE. Dirigentes associativos afirmam em conferência de imprensa que a greve de dia 25 contra a PGA teve uma adesão superior a 95 por cento. Portugal, Grécia, Itália, Bélgica e Espanha denunciam a convenção internacional que interdita o trabalho nocturno feminino.

28

Sexta-feira

Reúne o Conselho Nacional da CGTP-IP, que marca para 21 de Março manifestações em todo o País, sob o lema «Não ao acordo! Justiça social e democracia!». Cavaco Silva inicia uma visita oficial à Hungria. Segundo o «DN», Portugal admite para Timor-Leste um estatuto político que não seja forçosamente a independência, posição que já teria sido comunicada à ONU. A FDD, que agrupa 60 partidos, anuncia que vai boicotar as eleições previstas para este ano no Congo. São estabelecidas relações diplomáticas entre a Rússia e a África do Sul. As tropas da CEI vão retirar do Nagorno-Karabakh, anuncia o marechal Chapochnikov. Num quadro de agitação social latente, cerca de 35 mil mineiros manifestam-se em Hoyerswerda, na ex-RDA, em defesa dos postos de trabalho ameaçados no sector do carvão; em greve estão também bancários da ex-RDA. Militares nigerianos voltam a ocupar a televisão, exigindo o pagamento de salários em atraso desde Dezembro. Termina a cimeira americana de San Antonio, que discutiu o combate à droga. Um atentado do IRA na estação ferroviária de London Bridge faz 28 feridos.

29

Sábado

A APEL alerta para o facto de poderem não estar prontos em Se-

tembro os manuais escolares necessários aos alunos, por a Direcção-Geral da Concorrência e Preços não ter assinado ainda a convenção sobre os preços daqueles livros. Abel Delgado, presidente do STJ, é homenageado no dia em que atinge o limite de idade para continuar na magistratura. O Conselho de Segurança da ONU insiste com o Iraque para que cumpra as resoluções daquele órgão, especialmente sobre destruição de armas de destruição massiva. Morrem duas pessoas e ficam feridas mais de 20 em confrontos na cidade de Pecinje, agravando o balanço dos últimos cinco dias de confrontos na Albânia. Rebeldes atacam Cabul, provocando duas dezenas de mortos. O primeiro dia do referendo sobre a independência da Bósnia-Herzegovina é assinalado por incidentes que levam à morte de duas pessoas.

1

Domingo

No Zêzere, no Nabão e no Tejo a poluição mata milhares de peixes. Reunidos em Coimbra, representantes de 121 associações de estudantes reafirmam a exigência de anulação da PGA. Partem do aeroporto de Lisboa os elementos da «Missão Paz em Timor»; em Darwin as organizações timorenses decidem organizar-lhes uma recepção conjunta. O 21º Congresso do Partido Popular Revolucionário da Mongólia decide adoptar os princípios do confucionismo. Os eleitores da Bósnia-Herzegovina são maioritariamente a favor da independência, revelam os resultados do referendo deste fim-de-semana.

2

Segunda-feira

O presidente norte-americano, George Bush, proclama oficialmente 1992 o Ano dos Índios da América, em homenagem à sua contribuição para a história e cultura americanas e na sequência de um pedido do Congresso, que votou nesse sentido em 1991; entretanto o júri seleccionado para julgar os quatro polícias brancos que, em Março de 1991, espancaram um automobilista negro em Simi Valley, na Califórnia, não inclui qualquer cidadão negro. O desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro começa com uma baixa de 50% na afluência de turistas, enquanto o crime organizado continua a dominar todos os bastidores do sambódromo.

3

Terça-feira

Segundo anúncio do Ministério do Interior arménio, um helicóptero Mi-26 que evacuava feridos arménios de Stepanakert (Nagorno-Karabakh) é abatido por forças azeris, tendo morrido cerca de 30 pessoas, na sua maioria mulheres e crianças. O Patriarca de Constantinopla, Bartholomeus I, afirma ao mensário católico «Trenia Giorni» que é possível uma ruptura entre o mundo ortodoxo e Roma; foi, entretanto, convocada para dia 15, em Istambul, uma cimeira de todas as igrejas ortodoxas para fazer o ponto sobre a situação com a Igreja Católica, acusada de se entregar a um «proselitismo sem vergonha». A revolta sérvia na Bósnia-Herzegovina estende-se à província, enquanto a calma regressava a Serajevo, após o acordo a que chegaram as autoridades bósnias e representativas da comunidade sérvia.

O amplo, massivo e combativo movimento de massas de contestação e resistência à política do Governo de Cavaco Silva é, inegavelmente, o traço mais saliente e significativo da presente situação política no nosso país.

O Governo está colocado em cheque pela crescente movimentação e iniciativa das massas.

Não se trata de fogachos, acções episódicas ou de meras perturbações conjunturais. Trata-se de um vasto movimento que se desenvolve desde o início do ano de forma crescente, como nestas páginas temos assinalado, e que abarca áreas das mais importantes da vida nacional, tais como, os trabalhadores dos transportes, de praticamente todos os sectores industriais, da administração nacional e local, da saúde, do ensino, das alfândegas, magistrados, eleitos das autarquias e estudantes do secundário e do superior. Estão em causa, no que respeita aos trabalhadores, a contenção salarial, o aumento da carga fiscal, o agravamento do custo de vida, o chamado acordo de rendimentos e preços, o incumprimento pelo Governo de compromissos em relação às carreiras profissionais, a precarização do emprego, insegurança dos postos de trabalho e as ameaças de desemprego.

Estão em causa, no que respeita aos magistrados, as tentativas de governamentalização do Ministério Público, como parte da política cavaquista de governamentalização dos tribunais.

Estão em causa, no que respeita aos autarcas, a suspensão da Lei de Finanças Locais e a consumação do roubo às autarquias de mais de 50 milhões de contos como parte do centralismo cavaquista e da política de ingerência no Poder Local.

Estão em causa, no que respeita aos estudantes, a PGA, o aumento das propinas e as insuficiências e atrasos do apoio social escolar, como parte da política cavaquista de selecção segundo critérios elitistas de classe no acesso ao ensino superior.

Estão em causa muitos outros motivos de descontentamento, como o decepcionante aumento do salário mínimo nacional, o exíguo aumento das reformas e das prestações sociais, o agravamento dos custos dos medicamentos, as novas taxas moderadoras da saúde, o encarecimento dos livros e jornais por força da aplicação do IVA.

Contrariando tudo o que prometeu nas eleições, Cavaco Silva e o seu Governo promovem uma conflitualidade e uma desestabilização crescentes que, tendo, por enquanto, um carácter predominantemente social, tenderão a adquirir um crescente carácter político.

A grande participação nas manifestações, concentrações e desfiles é acompanhada de uma adesão às greves a níveis raramente alcançados. Greves totais e quase totais no Metropolitan, Transtejo (só um barco circulou), Carris (só cinco autocarros circularam). Altíssimas percentagens noutros sectores, entre os quais: STAL, de 80% a 90%, TAP, 75%, CP, 75%, Administração Pública, 75%, abarcando cerca de 375 000 trabalhadores. São calculados em muitas dezenas de milhares os estudantes que participaram nas greves contra a PGA.

Uma tão profunda e enérgica rejeição da política do Governo, seis meses após a obtenção por parte deste da maioria absoluta nas eleições, indica que está de novo em

«O PCP comemora o seu aniversário profundamente envolvido e empenhado nas lutas em curso, trabalhando, como nenhum outro partido, para encorajá-las, impulsioná-las e projectá-las na opinião pública.»

marcha um processo de deteriorização da sua base apoio social.

Para que a redução do apoio social se transforme em crescente isolamento político, é essencial, tanto assegurar a continuidade da luta, como conseguir um melhor esclarecimento e caracterização da política do Governo. As gravosas medidas que estão a provocar a indignação das massas populares não são aspectos ocasionais da política do Governo, são as consequências inevitáveis dessa política e dos objectivos da direita a que confere prioridade: a concentração da riqueza e a restauração monopolista. Persistindo estes objectivos como a essência da acção governativa ninguém pode esperar que seja outra a política social e as medidas concretas que dela dimanam.

A decisão do Conselho Nacional da CGTP de marcar uma nova jornada de luta para o próximo dia 21 de Março corresponde inteiramente ao nível de desenvolvimento das lutas em curso e à necessidade de lhe assegurar continuidade.

Estão já previstas para a primeira quinzena de Março novas greves dos

Transportes (Carris, Metro, Transtejo), da Construção Civil, das Minas da Panasqueira, da Petroquímica, da Administração Local, da Administração Central e outras importantes acções de vários sectores. Preparam-se novas iniciativas estudantis e os autarcas vão continuar a sua luta.

A nova jornada convocada pela CGTP abre uma nova possibilidade de confluência dos diferentes caudais da luta e de manifestação dos sentimentos de descontentamento que não tiveram ainda possibilidade de se exprimir.

Continuando a luta em todas as frentes e fazendo-a convergir em grandes jornadas comuns como a que se anuncia, há a possibilidade real de parar a ofensiva anti-social do Governo Cavaco Silva e de concretizar os justos objectivos que estão a ser reivindicados.

Em neste quadro de pleno desenvolvimento da luta popular que ocorre, no próximo dia 6 de Março o 71º Aniversário do PCP.

Na sequência das torpes e prolongadas campanhas contra o nosso Partido, especialmente a pretexto do desaparecimento da URSS e das derrotas do socialismo no Leste europeu, muitos desejariam e esperaríamos que o PCP chegasse aos seus 71 anos isolado, virado para dentro, dividido e vencido.

Ora o PCP, comemora o seu aniversário profundamente envolvido e empenhado nas lutas em curso, trabalhando, como nenhum outro partido, para encorajá-las, impulsioná-las e projectá-las na opinião pública e contribuindo com a sua grande experiência da luta de classes para que atinjam com sucesso os seus objectivos.

A situação a que o país está a ser conduzido pela política de direita confirma aliás as previsões e as justas propostas do PCP, nomeadamente o Programa da Democracia Avançada no Limiar do Século XXI que os comunistas apresentaram como grande resposta aos problemas de Portugal.

Os actos comemorativos do aniversário do nosso Partido - tanto os grandes comícios de massas como as singelas iniciativas locais - são a melhor demonstração de que o PCP não é um Partido enconchado nos seus problemas, mas um Partido virado para fora e intervindo nos problemas do país e da humanidade lutando sem descanso pelas causas da justiça social, do progresso, da defesa do ambiente, da paz e do socialismo.

O PCP comemora o seu aniversário como um grande Partido do nosso tempo, firme, convicto, coeso, sempre com o povo e voltado para o futuro.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilfoes, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 5.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (E ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

TRABALHADORES

Pré-aviso de greve na Siderurgia Nacional

Os representantes do pessoal operário consideram «miseráveis» os 8,5 por cento de aumentos salariais

Os dirigentes da Federação dos metalúrgicos acusam a administração da Siderurgia Nacional de se comportar, quanto aos aumentos de salários, como se de uma «autêntica farsa negocial» se tratasse. Daí a entrega em 28 de Fevereiro de «um pré-aviso de greve de 8 horas por trabalhador para os próximos dias».

A comissão executiva da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) marcou essa greve para 4 e 5 do corrente, na tentativa de conseguir que os salários sejam revistos imediatamente «numa base justa».

Esclarece a FSMMMP que a intenção de greve se

concretizará, no caso de em 2 do corrente (data anunciada para nova reunião com os representantes dos gestores) se mantiverem os mesmos 8,5 por cento — aumentos que aquela Federação considera «miseráveis».

Sublinham os dirigentes da FSMMMP que marcaram a greve depois de um plenário de trabalhadores ter mandatado as ORTs da empresa para o efeito e de «já se terem realizado 4 reuniões» (até sexta-feira passada) com a administração da Siderurgia sem qualquer resultado.

Os mesmos dirigentes sindicais salientavam em 28 de Fevereiro que os aumen-

tos salariais já «deveriam ter sido revistos e aplicados em Janeiro» do ano corrente.

«O recurso à luta é inevitável, se a administração não alterar favoravelmente as suas posições», frisam os representantes sindicais dos metalúrgicos.

Para os mesmos dirigentes é de salientar também que os administradores da Siderurgia «jogam com a chantagem dos salários, na tentativa de atingir os seus objectivos»: a «substituição do actual AE (acordo de empresa) por um outro, onde os trabalhadores só tenham deveres, obrigações e baixos salários».

As reuniões administração-representantes sindicais

foram suspensas em 19 de Fevereiro findo. Os negociadores da empresa alegaram que a suspensão se devia à necessidade de receberem «orientações» da administração para «o prosseguimento do processo».

Quinta-feira passada, as posições dos negociadores patronais mantiveram-se. Declararam os negociadores da entidade gestora «não estarem em situação de apresentar quaisquer remodelações à sua proposta salarial» de 8,5 por cento.

Além dos salários, os representantes dos trabalhadores querem negociar outras matérias do acordo de empresa, para as quais já apresentaram uma proposta sindical.



Na Siderurgia Nacional (foto de arquivo: Paio Pires), as organizações representativas (ORTs) advertem que «está nas mãos da administração evitar que a greve se realize»

Administração Pública

Convocada nova luta

A realizar-se hoje a reunião anunciada quinta-feira com a Secretaria de Estado do Orçamento, dependerá dos seus resultados a atitude sindical face a novas lutas na Administração Pública. Entretanto a Plataforma, que reúne várias organizações sindicais afectas ou filiadas na CGTP, convocava em 27 de Fevereiro uma nova greve nacional para fins de Março.

Fonte da Plataforma Reivindicativa Comum para a

Administração Pública, citada pela Lusa nesse dia, deixava entender que a data e a duração da greve dependerão do que for decidido amanhã 6, no plenário de dirigentes, delegados e activistas sindicais da Função Pública.

Entretanto o STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local) vinha a público manifestar «total concordância com as decisões tomadas em plenário de sindicatos da Plata-

forma». Propunha também, sexta-feira passada, as datas de 16 e 17 do corrente para a «hipótese mais que provável da realização de nova greve na Administração Pública».

O STAL, com sede em Santarém, abrange todo o País e representa na prática todos os trabalhadores das autarquias nas lutas sindicais. Os administrativos, principalmente.

No que se respeita à concentração de trabalhadores

da Função Pública nas galerias do Parlamento em 25.2, o Sindicato do Centro (STFPZC), filiado na Federação da CGTP-IN (FNSFP) esclarece que foram alguns desses trabalhadores — e não autarcas — que, «ao assistirem ao modo como o grupo parlamentar do Governo se tinha comportado na discussão do art.º 39.º» (verbas para as autarquias) «não puderam deixar de manifestar ruidosamente o seu descontentamento», condenando «a hipocrisia desses deputados e do Governo do PSD».

Ministro da Educação obriga à convergência na luta. Assim se intitula a nota à Imprensa que a comissão executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública distribuiu a semana passada sobre a permanência em 26 de Fevereiro dos representantes dos 75 mil trabalhadores não docentes à porta daquele Ministério a fim de serem recebidos e fazerem ouvir as suas reivindicações. A convergência é proposta pela FNSFP aos «representantes das organizações sindicais dos professores, das associações de estudantes dos ensinos superior e secundário e da Confederação Nacional das Associações de Pais e Encarregados de Educação». A proposta adianta a data de 4 do corrente para a reunião conjunta.

Sabia-se sexta-feira passada que o secretário de Estado dos Recursos Educativos (ME) receberia, ontem, os representantes da Fe-

depois da grande greve de 18, dirigentes sindicais da FP reúnem-se amanhã em Lisboa. Nova greve dependerá da reunião anunciada com a Secretaria do Orçamento

deração para tratar dos problemas dos não docentes que dependem do mesmo Ministério.

A Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos adiantava, também a semana passada, que caso não sejam resolvidas as dificuldades existentes na RTP, os sindicatos representativos «deliberaram subscrever um pré-aviso de greve às horas extraordinárias» naquela estação de TV.

Segundo o Sindicato do sector, os trabalhadores aduaneiros poderão voltar

por seu turno à greve ainda este mês.

Nos albergues nocturnos de Lisboa, os trabalhadores pararam em 26 de Fevereiro. Na sua maioria, o pessoal é pago segundo o salário mínimo nacional. O director da Associação dos Albergues, Ribeiro de Carvalho, disse à Lusa que está «solidário com os funcionários». A greve foi convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul. Mas os trabalhadores dos albergues pertencem também, de algum modo, à Administração central e local.

Médicos

Serviço permanente deve funcionar à noite

• ARS encerra atendimento nocturno em três localidades do distrito de Beja

A decisão de encerrar os SAP (serviços de atendimento permanente), durante parte da noite nos centros de saúde de Almodôvar, Castro Verde e Ourique, é fortemente contestada pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

A medida de encerramento abrange o período das 0 às 8 da manhã e foi tomada pela Administração Regional de Saúde (ARS) de Beja.

Aquele Sindicato afirma que o encerramento nocturno dos SAP «vem aumentar as desigualdades de acesso aos serviços de saúde para cerca de 40 mil pessoas residentes a mais de 40 qui-

lómetros (algumas de 60 a 100 quilómetros) do serviço de urgência do Hospital Distrital de Beja».

Esta situação é considerada pela direcção do Sindicato uma confirmação da preferência ou mesmo da «opção» do Governo «por um modelo privatizado da prestação de cuidados» de saúde e na doença.

Afirma também o Sindicato dos Médicos da Zona Sul que a redução das respectivas verbas no Orçamento do Estado vem confirmar a aposta do Governo na «objectiva degradação de tudo o que é público, descuidando e abdicando do seu bom funcionamento,

para amanhã lhe apontar insuficiências, erros e ineficiências que permitam justificar a opção pela privatização dos serviços de saúde».

Em Évora, o presidente da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral, Mário Moura, confirmava entretanto que os centros de saúde estão «mal equipados» e, segundo a Lusa, que é necessária «a criação de condições de trabalho para o exercício da profissão» no sector.

Mário Moura disse também que se verifica «um excesso de burocratização no funcionamento das Administrações Regionais de Saúde».

Quadros técnicos

Couto propõe expulsão

O assim chamado «líder» da UGT anunciou a semana passada que proporia a expulsão do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) de entre os filiados naquela Central. No mesmo dia (25.2) o referido Sindicato acusara a UGT de ser «pior que o patronato» ao assinar um acordo, ou pacto social com o Governo, sem que nesse acordo ou pacto se incluía a revogação da Portaria dos 8 por cento para a Função Pública. Para Bettencourt Picanço, dirigente do STE, a assinatura da UGT no sobredito acordo de concertação social «potencia o descontentamento dos seus associados e, se Torres Couto não compreende isso, deve mudar de vida». Em declarações à Lusa, Picanço adiantou: «A expulsão não nos afecta nada», mas já agora «eles (UGT) têm que levar a farsa até ao fim e ter o ónus de nos expulsar». Fundado em 1977, o STE é um dos sindicatos fundadores da UGT que, como se sabe, surgiu no ano seguinte. O STE tem cerca de 15 mil associados.

TRABALHADORES

ELEIÇÕES

Quando estavam apurados os votos em 129 secções (faltando os resultados de 11), a lista única candidata aos corpos gerentes nacionais da Associação Sócioprofissional da PSP, e que foi encabeçada pelo subchefe José Carreira, contava com uma percentagem de 65 por cento. A participação nestas eleições foi bastante superior à verificada nas anteriores eleições, comentou um dirigente da ASP à Lusa, considerando que tal facto, a que se somam cerca de 400 novos associados só no dia das eleições (27 de Fevereiro), traduz um reforço da representatividade da associação.

A lista unitária viu reforçadas as suas posições na comissão de trabalhadores da Siderurgia Nacional, em resultado das eleições de 26 e 27 de Fevereiro. Dos 1984 votantes (58,6%), 1627 escolheram a lista A, que ficou com 10 mandatos na CT. Os 325 votos na lista B (conotada com a UGT) garantiram a eleição de um membro da comissão de trabalhadores. Na CT eleita em 1991 a lista unitária tinha 9 mandatos e a da UGT ocupava 2 lugares.

Também nas eleições para a CT da Solisnor (ex-Setenave), que tiveram lugar a 20 e 21 de Fevereiro, se verificou uma subida da votação na lista unitária, mantendo-se contudo a proporção de mandatos: 9 para a lista A, com 1338 votos, e 2 para a lista B (afecta à UGT), com 422 votos. Votaram 1833 trabalhadores (75% do total).

GREVES

Na sequência das paralisações de fins de Janeiro, os 370 trabalhadores da Cel-Cat (Sintra) voltaram à greve a 24 e 26 de Fevereiro, exigindo aumentos salariais superiores aos 10 por cento que a administração aplicou unilateralmente, bem como a manutenção de direitos que o patronato pretende retirar nas negociações do acordo de empresa. Reivindicam ainda a redução do horário para o máximo de 40 horas semanais.

A administração da Autosil (Paço d'Arcos) aplicou unilateralmente aumentos salariais entre 8,5 e 15,5 por cento, que as estruturas dos trabalhadores consideram assentar em critérios discriminatórios. Por aumentos mais elevados e pelo horário máximo de 40 horas, os trabalhadores fizeram desde Janeiro 36 horas de greve, distribuídas por 12 dias.

Uma greve de três dias (18 a 20 de Fevereiro), culminando um processo de luta em defesa da empresa e dos postos de trabalho ameaçados, forçou o patronato da Fisel (Seia) a estabelecer um acordo com os trabalhadores comprometendo-se a pagar até 17 de Março 2 meses de salários em atraso, recuando na aplicação do cancelamento dos turnos (que levaria à perda do subsídio de 15 por cento).

Contra o não pagamento dos salários em devido tempo têm-se movimentado também as estruturas e os trabalhadores do Hotel Espadarte (Sesimbra) e dos estabelecimentos da Torralta no Algarve.

Para o dia 9 de Março foi convocada uma paralisação dos trabalhadores do Conservatório do Porto, com concentração junto da Direcção Regional de Educação, acções que foram já precedidas de cinco dias de greve em defesa da definição dos estatutos da instituição e dos que lá trabalham.

Com uma desão de 100 por cento, paralisaram dia 26 os trabalhadores dos albergues nocturnos de Lisboa, exigindo a negociação do acordo de empresa. Os 400 trabalhadores da SAAL concentraram-se na sexta-feira passada junto ao Ministério dos Transportes, exigindo que a TAP respeite os compromissos que assumiu para salvaguardar os postos de trabalho ameaçados de extinção após a rescisão do contrato da transportadora aérea nacional com a abastecedora.

FESTRU

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos realizou a 14 e 15 de Fevereiro o seu 5.º Congresso, que contou com a participação de 200 delegados, que aprovaram um programa de acção para o próximo triénio e algumas alterações aos estatutos da Festru. No encerramento interveio o coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva.

MADEIRA

O Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria da Madeira vai promover na próxima semana plenários nos locais de trabalho para analisar a situação criada com a ruptura, na passada sexta-feira, das negociações do contrato colectivo para o sector. O sindicato, que vai recorrer para a Direcção Regional do Trabalho, acusa os representantes patronais de se agarrarem ao acordo assinado na Concertação e insistirem em aumentos salariais de 10 por cento, recusando discutir outras matérias. Recordando que o salário médio na hotelaria da Região é três vezes inferior ao praticado nos restantes países da Comunidade Europeia, o sindicato exige aumentos de 16 por cento.

Precariedade do emprego

As primeiras vítimas são os jovens

Exigida uma «boa política» de formação profissional e de ensino

A organização juvenil da CGTP, que efectua a sua 1.ª Conferência Nacional no Porto, em 28 e 29 do corrente, reafirma que «na Administração Pública, a precariedade de emprego atinge dezenas de milhar de jovens com contratos a prazo ou recibos verdes».

A situação, já má, agrava-se ainda quando o Governo — como aconteceu recentemente — legisla contra os jovens sem emprego certo.

Afirma a Interjovem que os trabalhadores mais novos, admitidos na Administração em qualquer das suas áreas de actividade «não podem estar contratados a prazo mais de um ano».

De acordo com a nova le-

gislação, findo esse ano, o trabalhador «vai para a rua, não podendo voltar a ser contratado nos seis meses seguintes».

A Interjovem sublinha outro indicador de precariedade: Os trabalhadores «classificados como independentes, são na prática «falsos independentes», pois se trata de trabalhadores por conta de outrem.

Esse facto leva-os «a não se inscreverem na Segurança Social». Também não fazem «apólice de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais».

Ao mesmo tempo, «debilitando ainda mais a sua situação», o Governo «cria mecanismos de redução dos

encargos financeiros às empresas que admitam jovens por tempo indeterminado em prejuízo da Segurança Social».

Por variadas razões, que esclarece em documentos distribuídos para a preparação da Conferência, a Interjovem aborda a questão do ensino e a da formação.

Ao exigir «uma boa política» para esses aspectos determinantes, a organização juvenil da CGTP-IN afirma nomeadamente:

«Portugal é dos países mais atrasados a nível educativo. Com efeito, 86 por cento da população nos países da CEE já possui pelo menos o ensino secundário».

A Interjovem salienta a

necessidade — entre outras e são muitas — da promoção e do acesso dos jovens trabalhadores aos vários graus de ensino.

Quanto à «formação contínua», propõe a Interjovem:

— Que decorra privilegiadamente durante o horário de trabalho;

— Que, quando o trabalhador pretenda obter uma formação que a empresa não desenvolva, possa ter crédito ao tempo/licenças para formação;

— Que se deve privilegiar as formações profissionais que alterem a qualificação dos trabalhadores, que dêem lugar a novos desempenhos profissionais, à melhoria no enquadramento e nos salários.



Transportes

Agravam-se em Março os conflitos laborais

Depois da greve às horas extras na Carris, que provocou nos últimos dias grandes atrasos nas carreiras normais, os trabalhadores paralisam hoje durante quatro horas. Por resolver continuam graves problemas de ordem sala-

rial no Metro, na CP e naquela empresa pública que serve a capital.

Na CP, os trabalhadores comunistas protestaram recentemente «contra a gestão ruinosa da empresa». Num comunicado distribuído a semana passada, o se-

cretariado da célula do PCP (ferroviários) acrescenta que «o Governo não cumpre os compromissos que assume».

A tutela não paga à CP as «indenizações compensatórias actualizadas». Os prejuízos em 1991 são da

ordem dos 25 milhões de contos.

Os ferroviários comunistas reclamam «uma efectiva modernização da CP», mas sublinham que «os trabalhadores dos transportes têm sido dos mais atingidos pela política de contenção salarial levada a cabo pelo Governo nos últimos anos».

No Metro, os trabalhadores e a Federação (Festru) continuam a «exigir que a gestão inicie negociações». Após as greves parciais do mês passado, que afectaram em grande escala todos os transportes e utentes, foram anunciadas sexta-feira passada novas paralisações do Metropolitano para os dias 5, 6, 10, 11, 12 e 13 do corrente.

Como aconteceu nos últimos dias, as paralisações no Metro abrangem o período das 6 e 30 às 9 e 30 na «exploração», isto é, na rede. As paralisações noutras áreas têm, segundo a Festru um «esquema interno próprio».

Saliente-se, ainda no que respeita ao Metro, «a recusa do trabalho suplementar por tempo indeterminado».

Entretanto, os sindicatos do sector afectos à CGTP não excluem a hipótese, segundo a Lusa, de «num futuro próximo haver convergência de formas de luta».



Com mais de 80 por cento de adesão

Encerram por todo o País as escolas de enfermagem

Adesões superiores a 80 por cento assinalaram a nível nacional a greve dos docentes das escolas superiores de enfermagem, salienta a Fenprof.

A greve de 25 e 26 de Fevereiro findo deveu-se à «não aplicação do estatuto da carreira dos docentes do ensino superior politécnico aos docentes de enfermagem».

Os professores do ensino superior de enfermagem

continuam a auferir «menos de metade que os seus colegas do ensino superior politécnico», revela a mesma fonte.

Numa nota de 26 de Fevereiro, a Fenprof refere, quanto a este caso, «as contradições e as mentiras do Governo».

Trata-se da «prometida» publicação da carreira docente. Para 27 de Fevereiro estava, aliás, prevista a con-

tinuação da luta no sector. Dava-se «início de uma greve por tempo indeterminado» com incidência nas avaliações.

Ao falar à Lusa, Laura Coutinho, da comissão intersindical dos docentes de enfermagem, acrescentava que o total de 25 escolas existentes no País tinham encerrado por completo durante os dois dias de greve.

TRABALHADORES

Greve na construção civil

A paralisação de 27 deu resultado

— «Vale a pena continuar», salienta o sindicato. Decretada nova greve para amanhã

Parados com 55 por cento de adesão quinta-feira passada, os trabalhadores da construção civil decidiram voltar à greve amanhã, durante todo o dia e por todo o País.

Na média de 55 por cento, «há a destacar os distritos do Porto e de Braga». Para a Federação Nacional dos Sindicatos de Construção, Madeiras e Mármore (CGTP-IN), a adesão nesses distritos «foi superior a 80 por cento».

Como o «Avante!» noticiou na semana passada, um dos motivos da greve de 24 horas em 27 de Fevereiro foi a proposta de aumentos salariais de 8 por cento.

Com a paralisação nacional desse dia os trabalhadores obtiveram nova proposta patronal com aumentos na tabela salarial «da ordem dos 9,5 por cento».

O conselho nacional daquela Federação não considera esse ponto e meio e mais na tabela um «avanço significativo». Daí a nova greve.

Internato médico

Reunida em Coimbra (1 do corrente) a Federação Nacional dos Médicos (Fnam) criticou o facto de o Ministério da Saúde se propor publicar no «Diário da República» o novo regulamento do internato médico sem previamente ouvir a Federação.

A comissão executiva da Fnam reclama do ministro, Arlindo Cunha, a continuação do «diálogo com os médicos» e critica a sua ausência em relação àquele problema.

A Federação critica também, segundo a Lusa, a falta de resposta do ministro quanto ao caderno reivindicativo que a Fnam lhe fez chegar em Novembro do ano passado.

O patronato continua a querer «introduzir a flexibilização do horário de trabalho». A ser aceite, essa alteração elevaria o período semanal para as 50 horas.

A flexibilização dos horários e o aumento do período experimental — alterações aceites de início pelos sindicatos da UGT — continuam a não merecer o apoio dos trabalhadores que aderiram à greve de 27.

Depois de salientar «com a luta isto vai!», a direcção do Sindicato do Porto (CGTP) reafirma que a proposta sindical continua a ser de 16 por cento de aumento na tabela salarial, 600 escudos de subsídio de alimentação, 40 horas semanais sem flexibilização.

Por seu turno, a Federação, com sede em Lisboa, sublinhou que o elevado nível de adesão à greve de 27 obrigou os sindicatos da UGT «a recuar face à resposta dada pelos trabalhadores» na paralisação da semana passada.

Segundo uma estimativa da Federação, há em Portugal 104 mil trabalhadores clandestinos na construção civil. A afirmação foi feita à Lusa por José Dinis, coordenador da Federação. De acordo com este dirigente

sindical, é no Algarve que existe o maior número desses trabalhadores contratados à hora, à peça ou ao metro. Isso explica que a greve não tenha expressão na zona. No Porto e em Braga, a situação é di-

ferente. E de salientar que, além da grande adesão rondando os 80 por cento, os trabalhadores concentraram-se em frente à Expo-nor, onde decorrem as negociações com os sindicatos.

Coordenação metropolitana Reúnem-se amanhã as uniões sindicais

Depois de terem efectuado quinta-feira passada uma reunião com o presidente da Comissão Coordenadora Regional de Lisboa e Vale do Tejo, as organizações sindicais de Lisboa filiadas ou intermédias da CGTP-IN reúnem amanhã, 6, em Setúbal as respectivas comissões executivas, tendo em vista a Área Metropolitana de Lisboa.

Em fase de instalação, essa área foi discutida na reunião com o presidente da Coordenadora Regional e, segundo o departamento de informação da USS (União dos Sindicatos de Setúbal), as organizações da CGTP manifestaram àquela entidade «a sua preocupação

em participarem efectivamente, como parceiro social em todo o processo, nomeadamente no Conselho Metropolitano».

Essa «pretensão mereceu a compreensão do presidente da CCR e será objecto de análise», acrescenta a mesma fonte.

Na reunião de amanhã, as comissões executivas sindicais vão estudar e debater «a criação de formas de coordenação sindical metropolitana, adequadas à nova realidade nascente».

De acordo, aliás, como acrescenta a USS, «com as conclusões da Conferência Sindical Nacional (da CGTP) de Dezembro» findo.

Greve de apoio na Dialap



Como forma de manifestar o seu apoio aos 137 camaras que a administração pretende despedir e também para

pressionar a entidade patronal a resolver os problemas da empresa, os trabalhadores da Dialap não abrangidos

pelo processo de despedimento decidiram fazer greve ontem e no próximo dia 9.

«É do interesse de todos que se pague indemnizações justas» a quem venha a ser despedido, e o impasse criado nas negociações com a recusa da administração em subir o quantitativo das indemnizações «é prejudicial a todos», afirma-se na proposta que foi aprovada a 28 de Fevereiro pelos trabalhadores que (por enquanto) não estão ameaçados de despedimento.

Na véspera os trabalhadores que são alvo da intenção de despedimento tinham mandatado a CT para apresentar uma contraproposta de 3,2 meses de indemnização por cada ano de trabalho (considerando como valor de um mês o duodécimo dos rendimentos globais de 1991).

O Grupo Parlamentar do PCP, através de um requerimento apresentado por Jerónimo de Sousa na AR, questionou o Governo sobre as responsabilidades do IPE (accionista maioritário da Dialap) e do Ministério do Emprego na situação da empresa e na procura de soluções alternativas.

Greve nos EF das Forças Armadas

Os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas (EF-FAS), que têm sindicato próprio, declarando este que o pessoal não está disposto «a pagar os erros de quem governa», decidiram parar o trabalho no próximo dia 11. Tendo marcado para ontem às 16 horas uma conferência de Imprensa na Praça D. Luís em Lisboa, o Sindicato (STEFFAS) limita-se neste aspecto a reclamar uma «proposta» de au-

mento salarial para 1992. Isto, como se sabe, porque não aceita a imposição dos 8 por cento, ou mesmo dos 10/10,5, impostos à Função Pública sem verdadeira negociação. Por outro lado, «exigem participação nos estudos de reestruturação dos EFAS, por forma a evitar os encerramentos já anunciados pelo Governo», afirma o Sindicato. A paralisação foi inicialmente (26.2) marcada com a duração de 2 horas (10 às 12) de 11 do corrente.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Regionalização PCP avança com quadro legislativo

Um conjunto de iniciativas na área da Regionalização e do Poder Local deu entrada na semana finda na Mesa da Assembleia da República por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP. Ao todo são sete projectos de lei cuja elaboração obedeceu ao propósito de contribuir para a concretização de um quadro legislativo que consagre de uma vez por todas «respostas indispensáveis ao aprofundamento da vida democrática do País e à melhoria da qualidade de vida dos portugueses».

A exemplo de outras iniciativas legislativas que têm vindo a ser tomadas desde o início da presente Legislatura, para os deputados comunistas trata-se ainda de honrar compromissos assumidos perante o eleitorado nas últimas eleições legislativas.

No caso da criação e instituição das regiões administrativas, o essencial do projecto de lei agora apresentado assenta na ideia de que a sua constituição deverá corresponder a um «processo dinâmico» que, com base num ponto de partida definido, crie os «instrumentos necessários para através de mecanismos de participação constitucionalmente estabelecidos se chegar a uma regionalização definida e querida pelas populações».

De acordo com o processo proposto, numa primeira fase, as assembleias municipais serão obrigatoriamente ouvidas antes da aprovação do diploma que defina o ponto de partida, devendo numa segunda fase os municípios ser chamados a participar na tarefa de conformar a área das regiões.

O projecto de lei preconiza, deste modo, como refere a sua nota preambular, uma metodologia para o processo de regionalização desenhada de «baixo para cima», arredando o «primado da vontade política central» e dando primazia à vontade popular, indispensável à garantia do êxito do processo.

Ainda no quadro da instituição das regiões administrativas, dois outros projectos foram apresentados: num caso, estipula-se o calendário para a sua criação; noutro, define-se o sistema de finanças das regiões, designadamente ao nível da fórmula de cálculo e dos critérios de distribuição.

No que se refere ao calendário, de acordo com o projecto de deliberação subscrito pela bancada comunista, o processo de consulta às assembleias municipais, após a aprovação da lei de criação das regiões administrativas, deverá estar concluído até ao final do ano em curso, após o que deverá ter lugar a revisão da Lei Eleitoral das Autarquias, no primeiro trimestre de 1993, nos pontos em que for necessária, em virtude da eleição das regiões administrativas.

Reforçar os poderes das assembleias municipais e aumentar a operacionalidade das Câmaras, constituem, por sua vez, os objectivos centrais de um outro projecto de lei, cujos pressupostos radicam na necessidade de garantir uma maior democraticidade aos órgãos de poder local.

Competência para discutir e aprovar as tarifas; imposição à Câmara de um prazo de resposta aos requerimentos da Assembleia e dos seus membros; pôr fim à situação actual, de, em relação a matérias determinantes, a Assembleia estar limitada à rejeição ou aprovação sem emendas do que a Câmara lhe envia, constituem as soluções propostas relativamente aos poderes das assembleias municipais.

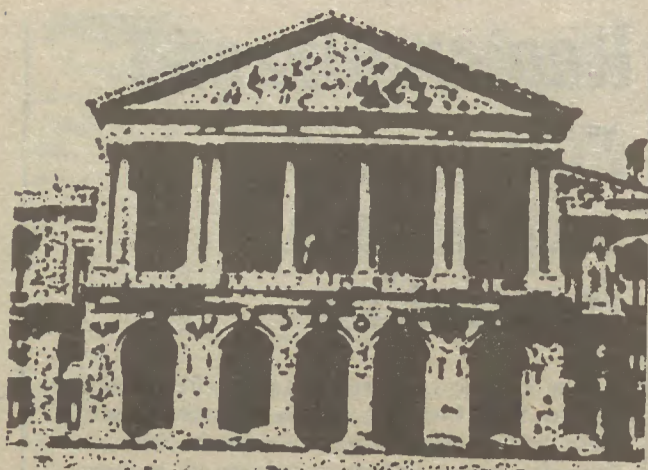
Quanto às câmaras municipais, face à imposição do PS e PSD em limitarem o número de vereadores a tempo inteiro, o projecto defende que a deliberação sobre os vereadores em regime de permanência deve pertencer aos órgãos do Município, em inteira liberdade e responsabilidade.

Permitir que as associações de municípios tenham um quadro de pessoal próprio, garantindo simultaneamente que todos os municípios associados possam participar em reuniões dos conselhos de administração das respectivas associações, sem prejuízo de manutenção da sua actual composição, constituem por seu lado os propósitos do projecto de lei que se pronuncia sobre organização e quadros de pessoal das associações de municípios.

Com vista a garantir uma maior autonomia das autarquias e a impedir ingerências abusivas da tutela administrativa na vida dos órgãos autárquicos, um outro diploma foi elaborado nesse sentido pela bancada comunista, de quem partiu por fim a iniciativa de rubricar o texto de um projecto que garante maior eficácia e eficiência aos municípios ao estabelecer a Lei Quadro das empresas públicas municipais, intermunicipais e regionais.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Autonomia do Ministério Público Oposição rejeita inconstitucionalidades defendidas pelo PSD



Pacote laboral regressa ao Parlamento



A Assembleia da República analisa hoje um projecto de lei do PCP que revoga e altera as normas mais gravosas do pacote laboral. Marcada ao abrigo do exercício do seu direito de agendamento para plenário, discussão deste projecto de lei da formação comunista permitirá de novo trazer a lume os aspectos mais nefastos do pacote laboral, cuja aplicação é interpretada como uma «verdadeira subversão» do quadro constitucional onde se inscreve o direito ao trabalho.

Partindo de situações concretas, os deputados comunistas demonstrarão, durante os trabalhos de hoje, os prejuízos causados aos trabalhadores em consequência da assinatura do acordo Económico e Social em 1990, agravado pelo que consideram a «grave capitulação dos principais dirigentes da UGT no acordo de Fevereiro de 1992».

O projecto de lei, que foi submetido a uma ampla consulta pública, recorde-se, tem como grandes objectivos a revogação das normas mais penalizantes para os trabalhadores nos processos de despedimento colectivo e por inadaptação, na flexibilização dos horários, alargamento do período experimental, regime de férias e das comissões de serviço (ver nesta edição entrevista a Jerónimo de Sousa).

Taxas moderadoras



As Comissões de Base de Saúde enviaram à Comissão Parlamentar de Saúde uma carta em que contestam a implementação das taxas moderadoras, nas actuais condições portuguesas, alegando que só poderiam fazer sentido se integradas num conjunto de medidas dirigidas para a educação do utente.

Os signatários admitem que essas taxas poderiam ser correctas, por exemplo, nas urgências e consultas dos hospitais distritais e centrais, quando o doente a estes se dirige sem referência prévia do seu centro de saúde.

No entanto, acrescentam, é ainda muito elevado o número de pessoas que não têm sequer médico de família a que possam recorrer com regularidade e em tempo útil, na comunidade em que se inserem, sem falar dos meses de atraso para as consultas de especialidade ou da falta de meios técnicos e humanos nos serviços de atendimento permanente (SAP), sem resposta para acudir às situações menos graves e mais comuns.

Com este panorama, o doente recorre às urgências dos hospitais distritais e centrais porque a isso é obrigado, assinam ainda as Comissões de Base de Saúde, adiantando que é óbvio que a aplicação de taxas pagas, nestas condições, «seria uma forma evidente de injustiça social, incompreensível e inaceitável».

Barragem do Alqueva



A possibilidade de o Governo abandonar o projecto inicial da Barragem do Alqueva e a sua substituição por um projecto de barragem com uma altura e uma quota inferior em cerca de 40 por cento, com abandono da valia hidroeléctrica, veiculada numa notícia recente do «Expresso», esteve na base de um requerimento subscrito pelos deputados comunistas Lino de Carvalho e Lourdes Hespagnol, onde estes questionam o Governo sobre a forma de compaginar tal possibilidade ao facto de estar a decorrer um estudo de avaliação global do empreendimento, co-financiado pela CEE no quadro da assistência técnica estabelecida no PDR.

A ser verdade tal notícia, referem os signatários, poderá estar em causa o impacto global no processo de desenvolvimento do Alentejo que decorre de um projecto de valias múltiplas, designadamente ao nível da produção energética, da possibilidade de irrigação de cerca de 200 mil hectares, do abastecimento de águas às populações e à indústria, sem falar na valia turística e em todos os efeitos multiplicadores não contabilizáveis no desenvolvimento.

Duas concepções distintas sobre a autonomia do Ministério Público estiveram em confronto faz hoje uma semana na Assembleia da República, opondo frontalmente Governo e partidos da oposição em questões essenciais que se prendem com o garante da liberdade e da justiça.

O essencial da questão, suscitada pelo debate de quatro projectos de lei da autoria do PSD, PS, PCPeCDS, pode resumir-se em poucas palavras à ideia de um Ministério Público mais ou menos representante do Governo, sujeito à ingerência deste, perseguidor dos cidadãos, ou, pelo contrário, um Ministério Público que seja representante do Estado, capaz de garantir as liberdades e zelar pela legalidade, com autonomia e isenção.

Por esta última concepção, escusado será dizê-lo, bateram-se ao longo do debate os partidos da oposição, pondo o acento tónico das suas críticas no facto de o projecto do PSD, pelas soluções ensejadas, enfermar todo ele de variadíssimas inconstitucionalidades.

Odete Santos, definindo a posição do PCP, sintetizou o fundamental do que está em causa ao assinalar que o diploma da maioria estrutura um quadro «em que não tem assento a legalidade democrática, um quadro de domínio da investigação criminal pelo poder político que ditará aquilo que na gaveta deve ficar encerrado, e aquilo

que deve ser objecto de acusação por parte do Ministério Público».

Desta estratégia do PSD, ainda segundo a deputada comunista, não podem entretanto ser dissociadas as medidas preconizadas no seu diploma, designadamente as que fixam um prazo renovável para o mandato do Procurador Geral da República, extinguem os Tribunais de Instrução Criminal e suprimem os poderes de fiscalização do Ministério Público relativamente aos órgãos de Polícia Criminal, nomeadamente em relação à Polícia Judiciária.

Estes acabaram por ser, de resto, os aspectos mais polémicos do debate, atentamente seguido por várias centenas de magistrados, envergando toga preta, que praticamente encheram as galerias do Hemiciclo reservadas ao público.

A sua presença, ainda antes do debate começar, depois de terem entrado pela porta principal do Palácio, com autorização de Barbosa de Melo, Presidente da Assembleia da República, esteve aliás na base de um incidente entre este e a bancada da maioria.

Na origem, o incómodo evidenciado pelos deputados do PSD, que chegaram a ameaçar não entrar na Câmara, face ao que consideraram ser um tratamento de privilégio conferido por Barbosa de Melo aos magistrados, ao deixá-los entrar no Hemiciclo ainda antes da abertura dos trabalhos. Depois de ter

ouvido críticas de Pacheco Pereira a este respeito, Barbosa de Melo respondeu calmamente ao protesto dos deputados do PSD, perante o aplauso da oposição, assumindo ter partido de si a ordem para mandar entrar os juristas, com a justificação de que ela foi dada «para que não se perdessem nos corredores».

Mas voltando ao debate e às questões mais polémicas nele suscitadas, importa ainda referir que o essencial dos pontos de vista aduzidos pelo Governo e pela sua maioria parlamentar acabaram por esbarrar nos argumentos dirimidos com eficácia pelos partidos da oposição, que souberam pôr a nu o carácter flagrantemente inconstitucional de muitas das propostas avançadas.

Disso se encarregou, por exemplo, Luís Sá, ao recordar em nome da bancada comunista que no caso da inclusão de dois membros indicados pelo Governo para o Conselho Superior do Ministério Público, tal desiderato está claramente arredado do texto da Lei Fundamental, uma vez que esta define claramente quem designa os seus membros: a Assembleia da República e os magistrados do Ministério Público.

Sobre a fiscalização dos órgãos de polícia criminal pelo Procurador-Geral da República, a proposta da sua eliminação avançada pelo PSD foi considerada pelo deputado do PCP como uma «aberração» que pode «pôr

em causa liberdades e direitos individuais». «A investigação criminal e o combate à corrupção podem passar a pautar-se por critérios políticos e partidários», alertou, antes de sublinhar que a «polícia criminal depende e não pode deixar de depender do Ministério Público», dependência que aliás decorre da Constituição e das funções que esta lhe confere.

Profundo desacordo por parte da bancada comunista mereceu igualmente a proposta de eliminação dos auditores jurídicos pretendida pelo PSD. Justificando esta posição, Luís Sá recordou que as suas funções de consulta jurídica de membros do Governo, que podem não acatar os seus pareceres, e de acompanhamento de processos em que é parte ou interessado o respectivo Ministério, «podem ser úteis, e mais ainda quando não se propõe qualquer alternativa para apreciar preventivamente a legalidade».

Questionando a Câmara sobre a razão e a oportunidade da limitação do mandato do Procurador-Geral da República - outra das propostas da maioria governamental que maiores críticas suscitou -, Luís Sá assinalou a este respeito que é difícil não ver nesta iniciativa «uma medida que visa directa, embora envergonhadamente, a figura do actual Procurador-Geral da República», cuja dignidade, isenção e independência no desempenho do seu cargo foram saudados pelo parlamentar comunista.



Magistrados no Parlamento

Mais de 300 magistrados, na sua grande maioria envergando a beca negra, assistiram das galerias ao debate dos projectos de lei sobre a autonomia do Ministério Público. Esta não foi, porém, a única forma encontrada para expressar o seu protesto e descontentamento perante as inconstitucionalidades que perpassam o projecto de lei do PSD e atingem aspectos do Estatuto do Ministério Público. Com efeito, centenas de telegra-

mas foram enviados nesse mesmo dia por magistrados ao Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, provenientes de todo o País, manifestando apoio ao Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues. «Rejeitamos inconstitucionalidades à Lei Orgânica do Ministério Público e apoiamos o Procurador Geral da República», podia ler-se, exprimindo o sentimento geral, nos diferentes telegramas.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

«Pacote laboral subverte direito ao trabalho»

● afirma ao «Avante!» Jerónimo de Sousa

Alvo de um forte movimento de contestação dos trabalhadores e suas organizações representativas, o pacote laboral volta hoje à Assembleia da República para ser de novo apreciado em plenário. A iniciativa partiu do Grupo Parlamentar do PCP que, honrando compromissos anteriores, apresentou para o efeito um projecto de lei visando a revogação e alteração das suas normas mais gravosas, normas estas que na opinião dos comunistas reduzem a «meras declarações de intenções as linhas programáticas que tratam da dimensão social e da solidariedade».

Disso mesmo são testemunho, para só citar alguns exemplos, as propostas governamentais que preconizam o despedimento por inadaptação, a flexibilização dos horários, o alargamento desmesurado do período experimental ou a abdicação do direito irrenunciável às férias, cuja aplicação irá repercutir-se com especial gravidade sobre as mulheres, as jovens e os trabalhadores de maior idade.

Nesta entrevista ao «Avante!», o deputado Jerónimo de Sousa explica as razões que levaram a sua bancada a elaborar o diploma, antecipa algumas das questões que estarão no centro de debate, com as quais o PSD vai ser confrontado, e faz a demonstração de que o Governo tem no seu horizonte a execução de uma política de exclusões e sacrifícios para a maioria dos portugueses.

A Assembleia da República aprecia hoje um projecto de lei do PCP que revoga e altera as normas mais gravosas do «pacote laboral». Quais as principais razões que presidiram à elaboração do diploma?

A primeira razão é concretizar um compromisso assumido pelo PCP perante os trabalhadores aquando da aprovação do pacote laboral pelo PSD na Assembleia da República. Tal compromisso assumiu um carácter de prioridade no nosso programa eleitoral. A segunda, e talvez a principal razão, é dar expressão legislativa a uma reivindicação central dos trabalhadores e do movimento sindical unitário.

O pacote laboral foi alvo de uma frontal oposição do PCP logo que foi discutida, ainda muito antes das eleições, a pro-

posta de lei de autorização legislativa sobre a matéria. Os vários diplomas posteriormente publicados no âmbito dessa autorização vieram ou não confirmar os alertas e apreensões então manifestados pela bancada comunista?

Sim. Confirmam-se as nossas previsões, embora muitos dos diplomas emanados do pacote laboral comecem agora a vigorar. Como sabes, o Governo PSD manteve-os «congelados» até passarem as eleições. Mas mesmo assim aí está o patronato em quase todas as mesas de negociação da contratação colectiva a tentar incluir os normativos mais gravosos dos decretos...

Quais no concreto?

A aplicação de horários semanais de 50 horas, o alargamento desmesurado do período experi-

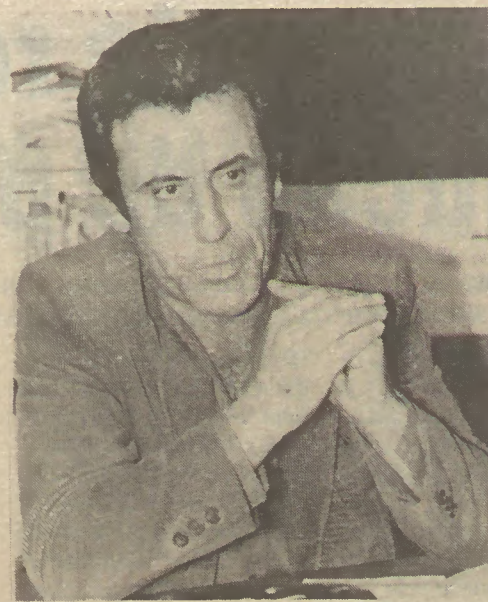
mental, a mutilação do direito a férias. A seguir vão deitar mão dos chamados despedimentos por inadaptação do trabalhador. Mas se aqui ainda a «precissão vai no adro», as alterações feitas à Lei dos Despedimentos, particularmente no aspecto dos despedimentos colectivos, têm já consequências brutais para os trabalhadores. Os exemplos abundam no sector têxtil e do vestuário, na AEP, na Dialap, na Seagate, na Firestone, na Cometna, na Siemens, entre outras.

Chegou a falar-se de «verdadeira subversão» no quadro do direito ao trabalho. Não há exagero na afirmação?

Não. Não há exagero. A Constituição da República insere os direitos dos trabalhadores no capítulo dos Direitos Fundamentais, nomeadamente o direito ao trabalho e à segurança no emprego. Recusando ser neutra, a Constituição assume a defesa da estabilidade no emprego ante o Poder, o abuso e o privilégio do lucro. O pacote laboral subverte tal princípio. O Governo de Cavaco Silva sacraliza o lucro e sacrifica a segurança dos postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores.

Podes dar alguns exemplos concretos dos aspectos mais gravosos dos diplomas?

A dificuldade reside na síntese, tão vastas são as malfetorias dos diplomas. Mas o despedimento por inadaptação, visando atingir os trabalhadores mais velhos; a possibilidade de o patronato gerir os horários de trabalho até 50 horas por semana; os 90 dias de período experimental nas pequenas empresas que visam substituir, para pior, o regime de contrato a prazo; a troca por dinheiro do direito a



férias e o descanso dos turnos são alguns dos aspectos mais salientes.

Acresce que as alterações à Lei dos Despedimentos resultantes do primeiro pacote aumentaram o poder discricionário do patronato e transformam o Governo numa espécie de Pôncio Pilatos já que «sacode a água do capote» nos processos de despedimento.

A anteceder o debate de hoje houve um período de consulta pública, previsto na Lei, com vista a auscultar as mais variadas entidades e estruturas representativas dos trabalhadores. Qual o alcance e o resultado dessa consulta?

Os números falam por si. Uma confederação sindical, 13 federações, sete uniões sindicais, 55 sindicatos, 272 comissões sindicais e intersindicais, 112 comissões de trabalhadores e mais 25 encontros e organizações de trabalhadores pronunciaram-se a favor da iniciativa do PCP. Foi das maiores consultas públicas até hoje realizadas pela Assembleia da República.

No caso de esta iniciativa do Grupo Parlamentar comunista vir a ser chumbada, como é previsível, por força dos votos da maioria PSD, significa isto que ficam esgotadas as soluções capazes de repor o quadro jurídico-constitucional no domínio laboral?

É uma evidência que a primeira linha de acção reside na luta e na unidade dos trabalhadores para impedir que estes diplomas sejam «enxertados» na contratação colectiva. Aliás, alerta desde já os trabalhadores para o facto de o Governo ter já apresentado na Assembleia uma proposta de lei visando aquilo que considero o «trinco» do pacote laboral, substanciado na arbitragem obrigatória que pode limitar a liberdade de contratação, o direito à greve e os direitos dos trabalhadores nas empresas privatizadas.

Mas quanto à essência da pergunta, qualquer acção jurídico-constitucional necessita de uma iniciativa conjugada da oposição já que o recurso para o Tribunal Constitucional tem de ter 23 assinaturas de deputados. Trata-se pois de uma questão interessante a colocar ao Partido Socialista.

Permite-me uma última reflexão. Havia quem discutisse muito se o Acordo Económico e Social, de onde emanou o pacote laboral, era globalmente positivo ou negativo. A vida provou que o Governo tinha pressa naquilo que era profundamente negativo para os trabalhadores, adiando ou desvalorizando tal ou tal aspecto positivo.

A vida deu razão à CGTP-IN.



Problemas do distrito de Setúbal

A deputada comunista Apolónia Teixeira, em intervenção proferida antes da Ordem do Dia na passada sexta-feira a propósito do distrito de Setúbal — tratava-se de abordar «Problemas Regionais» —, traçou o quadro das grandes dificuldades que o distrito atravessa, apesar das iniciativas do Poder Local e da cooperação deste com os agentes económicos, sociais e culturais, responsabilizando o poder central pelo

impasse e pela não resolução dos problemas mais graves.

«É longa a lista de empresas em Setúbal com salários em atraso», afirmou a deputada, referindo as «Águas da Bela Vista», os «Vestuários D. Almeida», a «Convex», a «Camionagem Torreira», a «Veiga e Lopes», as «Malhas Ranito», a «Nordaltêxtil» e o «Hotel Espadarte». Falou seguidamente dos processos de falência em 23 empresas,

cujas dívidas aos seus 2600 trabalhadores ascende a 2 milhões de contos. Do desemprego que atinge 12 por cento da população. Dos 37 mil inscritos nos Centros de Emprego. Da diminuição dos postos de trabalho, do encerramento de empresas, de novos despedimentos colectivos.

A longa lista de problemas graves no distrito de Setúbal não terminaria aqui — para além daqueles que a deputada referiu — como

os da habitação, transportes, saúde, ambiente e outros.

«Por isso», disse, «se impõe reflectir sobre os entraves».

E Apolónia Teixeira abordou assim uma longa série de medidas e de ausência delas, outras tantas acusações ao poder central:

«Se a Lei de Finanças Locais fosse cumprida, o Distrito de Setúbal seria dotado de 12,430 milhões de contos.

Com a aprovação do Orçamento de Estado para 1992 vêm para o Distrito apenas cerca de 10 500 milhões de contos.

Comparativamente aos restantes distritos, Setúbal é o que menos sobe à excepção do Distrito de Faro e 7 dos seus 3 concelhos têm a percentagem mais baixa prevista.

Importa igualmente reflectir sobre a capacidade de execução do Poder Central. No PIDDAC de 1991,

dos 42 projectos que se previam concluídos, 19 não foram iniciados, 14 estão em curso com grande atraso e só 10 foram efectivamente cumpridos.

Das obras que não foram iniciadas destacam-se pela sua importância 5 estradas, 7 sobre ambiente, 6 escolas, 3 quartéis das forças de Segurança, 1 pavilhão desportivo e 1 terminal de transportes.

E o PIDDAC de 92 continua a não atender às reais necessidades do Distrito.»

Orçamento retarda solução de problemas no Porto

O Orçamento de Estado aprovado apenas com os votos do PSD foi vivamente criticado pela DORP que apresentou várias propostas alternativas

Em recente conferência de imprensa, a DORP do PCP divulgou várias propostas do sobre o Orçamento de Estado, com particular incidência no distrito do Porto. Na conferência de imprensa participaram Luís Sá, da Comissão Política e deputado pelo distrito do Porto, Ilda Figueiredo, membro da DORP, Emídio Ribeiro e Avelino Gonçalves, ambos da CEN do PCP.

Segundo declararam os jornalistas, «o OE caracteriza-se por um sério agravamento fiscal que nenhuma necessidade de «harmonização» exige e, ao mesmo tempo, pela desresponsabilização do Governo em relação à concretização dos direitos à habitação, à saúde, à educação, à justiça e ao ambiente».

O documento divulgado afirma que «as autarquias, contrariando a Constituição,

são especialmente sacrificadas. O distrito do Porto sofre uma importante parte do corte a nível nacional e é afectado por novos critérios: no conjunto perde 5 milhões 567 mil 132 contos por corte do FEF, além das autarquias serem sacrificadas por pagar mais impostos, por isenções fiscais em impostos das autarquias sem compensações e por participarem em investimentos da responsabilidade central».

Por outro lado, as propostas do PCP, «sem constituírem um orçamento global alternativo, representam uma alteração profunda que corrigiria alguns aspectos em que, de forma mais clara, surge a natureza de classe e antipopular do OE». Os comunistas propõem designadamente a manutenção da «taxa zero do IVA e outras medidas de redução da carga fiscal, o cum-

primento da Lei das Finanças Locais, a revogação da portaria que pretende um aumento de apenas 8 por cento para os trabalhadores da Administração Pública e a duplicação (de 6 para 12 milhões) da verba prevista para a habitação».

O PCP considera que «do ponto de vista de equipamentos e infra-estruturas, o distrito do Porto é duramente sacrificado, tal como o é em matéria de habitação e saneamento, sendo um dos distritos mais carenciados do País nestas áreas».

Entre os vários exemplos apresentados destaca-se a exiguidade da verba para a ponte do Freixo, adiada para 1995, apesar de ser fundamental para a resolução do problema de trânsito entre o Porto e Gaia, as carências de investimento em equipamentos de saúde e educação e a

falta de investimentos na área da cultura e ambiente. Para além da referida ponte, o PCP lamenta que o PSD tenha «diferido para 1995, ano de eleições legislativas, a conclusão dos tribunais judiciais de Gaia e Matosinhos, as obras de remodelação do Hospital Pediátrico Maria Pia e as obras do nó ferroviário do Porto».

Mais adiante o texto refere as propostas apresentadas pelo grupo parlamentar do PCP que visavam o reforço de verbas tendo em conta as prioridades fundamentais do distrito.

3 meses na AR

A sessão realizada no Porto foi ainda aproveitada para prestar contas de alguns aspectos da intervenção do PCP em defesa dos trabalhadores

e populações do distrito nos três primeiros meses da sessão legislativa.

A par de diversos projectos de lei apresentados, em particular na área da saúde, do ambiente e do poder local, foi sublinhado o facto de o PCP ter elaborado dezenas de requerimentos ao Governo sobre o distrito, enquanto o PSD apenas apresentou quatro e o PS um.

Segue-se uma extensa lista de problemas abordados pelos comunistas na AR, durante o referido período: as condições de consulta do Centro de Saúde de Vila Nova de Gaia, os serviços de urgência do Hospital de Matosinhos, a situação financeira do Hospital de Stº António, a grave contaminação de aquíferos em Gaia e Stº Maria da Feira, a poluição do rio Ovelha em várias freguesias de Amarante, os direitos das crianças deficientes do Porto, os transportes públicos em

Valbom e Vilar do Paraíso, a insuficiência de meios da Inspeção Geral de Trabalho no distrito, o futuro dos despachantes oficiais, o mau estado das pinturas de Nicolau Nasoni e outros importantes pintores e escultores da região, o péssimo estado da casa do pintor Artur Loureiro, as carências do Centro de Saúde de Lousada, a situação dos trabalhadores da CNB/CAMAC, da EDP e da Siderurgia Nacional, o mau estado das estradas do concelho de Penafiel, a situação do Estabelecimento Prisional do Porto (Custódias), o atraso do pagamento de bolsas a estudantes e a sede das freguesias de Pedrouços e SP Cova.

Este trabalho, que entretanto continua, foi referido como um produto da cooperação entre o grupo parlamentar e a ORP, de visitas e do contacto directo do deputado eleito com as realidades de vários concelhos.

3.ª Assembleia de Aveiro é já no sábado

Reunida a 25 do corrente mês, a C. Concelhia de Aveiro do PCP debruçou-se sobre a preparação da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia, o Aniversário do Partido, analisando ainda a situação social e política.

Relativamente à preparação da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia, no próximo dia 7 de Março, a partir das 14.30 h, na Biblioteca da Escola Secundária Homem Cristo, a C. Concelhia aprovou o projecto de Resolução Política, o Regulamento, as Comissões da Assembleia e a proposta da nova Comissão Concelhia a ser submetida a eleição.

Resumidamente, o projecto de Resolução Política faz um balanço às alterações económicas, sociais e políticas ocorridas desde a

2.ª Assembleia, realizada em Junho de 1990, e à actividade dos comunistas neste período. Deste modo, é referido que, no plano local, se assistiu ao adiantamento e à conclusão de importantes infra-estruturas que influenciam o crescimento económico da região (Central TIR, IP5, ampliação da Universidade), mas que também se assistiu ao aprofundamento dos problemas sociais, provando que tal crescimento não significa desenvolvimento.

Igualmente é referido que a renovação da maioria absoluta do PSD, nas últimas eleições, teve repercussões negativas na vida da região, como são disso exemplos a redução do número de trabalhadores na Renault e na Portucel e a intenção do Governo de privatizar esta última, a de-

gradação dos serviços públicos de saúde e de ensino, os crescentes problemas da habitação e as consequências óbvias da não aplicação da Lei de Finanças Locais.

No que diz respeito à Organização e à acção dos comunistas, o documento constata que, apesar das condições extremamente adversas, e não escamoteando dificuldades e deficiências existentes, no fundamental a Organização Concelhia respondeu positivamente às inúmeras tarefas e problemas a que teve de dar resposta, sejam no plano da intervenção nas empresas e locais de traba-

lho em geral, nas organizações de classe, nas lutas, nas Autarquias.

Baseada nesta análise, o projecto de Resolução Política aponta orientações e medidas visando o reforço da capacidade de intervenção da Organização Concelhia junto dos trabalhadores, das populações e das instituições, apontando-se como principais frentes de trabalho, dar mais atenção às lutas e às acções de massas, o reforço das organizações unitárias e de classe e a luta institucional, com particular destaque para as Autarquias.

A 3.ª Assembleia da Or-

ganização Concelhia de Aveiro do PCP, que terá por lema «Com o povo de Aveiro — voltados para o futuro!», contará com a participação de S. Teixeira e de José Casanova, respectivamente, membros da CEN e da Comissão Política do CC do PCP.

Significativamente, esta 3.ª Assembleia ocorre quando se comemora o 71.º Aniversário do PCP, o que representa, aliás, e por si só, uma iniciativa de comemoração desta efeméride. É pois um momento para recordar a história de 71 anos de luta contínua em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do

país, pela liberdade, a democracia, por uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, e projectar o futuro deste Partido neste concelho, como aliás o lema desta 3.ª Assembleia aponta «Com o povo de Aveiro — voltados para o futuro!».

As comemorações do 71.º Aniversário, em Aveiro, constarão ainda de um jantar-convívio aberto à participação dos democratas, pelas 19.30 h do dia 7 de Março, no Restaurante Mercantel. Este jantar constará também com a participação do dirigente do PCP, José Casanova.

Saúde sem melhoras em Viseu

A Saúde em Viseu tem sido duramente atingida pela política dos sucessivos Governos do PSD e o Orçamento do Estado para 1992 não anuncia melhoras, refere um comunicado da DORV do PCP.

A área dos Cuidados Primários — essencial para uma resposta mais directa e adequada aos problemas — tem permanecido com carências gravíssimas (são os próprios responsáveis da Administração Regional de Saúde de Viseu que o afirmam), particularmente no que respeita à falta de enfermeiros e falta de médicos, apesar de os haver no desemprego ou com vínculos precários de trabalho.

Mas o caminho que tem sido seguido — encerramento ou ameaças de encerramento de internamentos, redução do número de camas e dos horários de atendimento dos Centros de Saúde, continuação da falta de funcionários administrativos e auxiliares (situações vividas em Armamar, Nelas, Carregal do Sal, Mangualde, Vouzela, etc.) — tem agravado o problema prejudicando os doentes e as populações que cada vez mais se vêem obrigados a procurar os hospitais.

O Governo e o PSD procuram fazer crer que a situação da Saúde no nosso distrito se resume à construção do novo Hospital Distrital em Viseu. Mas enquanto a propaganda é feita, os factos falam por si. As verbas que no PIDDAC de 1991 (ano de eleições) estavam previstas e inscritas para 1992 (1 milhão e 130 mil contos) para a construção do novo Hospital, foram reduzidas no PIDDAC de 1992 para 250 mil contos, indiciando atrasos importantes, para além dos

pelo menos 5 anos já previstos (passaram as eleições).

Entretanto, enquanto se anunciam assinaturas de contratos para a construção, não fica clarificado quando estarão terminadas essas obras e o velho Hospital sofre com as faltas e carências de todos notadas e por todos sentidas e cuja resolução é constantemente adiada e remetida para o novo Hospital (a Maternidade com pavilhões pré-fabricados e sem quaisquer condições; doentes transportados num único elevador que nunca se sabe quando avaria, deixando todos a pé; tempo de espera exagerado nas Urgências criando situações extremas; degradação das condições de trabalho para médicos, enfermeiros e todo o pessoal, etc.).

Mas a situação do Hospital de Lamego (que também é distrital e também é do distrito de Viseu) é bem pior. Aí, falar em Hospital novo é ainda um «sonho impossível».

A tudo isto o Governo PSD/Cavaco responde com clareza. Há falta de instalações, há pouco pessoal! Então é de aplicar as taxas moderadoras para reduzir o gosto exagerado dos portugueses pelos cuidados médicos, pois parece (na opinião de Cavaco) que todos adoram os povos das Urgências dos Hospitais! Para reduzir o consumo de medicamentos (pelos vistos tão do gosto de todos nós), o Governo acha que é melhor aumentar os preços e reduzir as participações.

Esta é a política anunciada e que os deputados do PSD votaram favoravelmente (mesmo aqueles que antes de ser deputados tinham responsabilidades na Saúde em Viseu).

CAMARADAS FALECIDOS

FERNANDO CORREIA

Faleceu, no passado dia 16 de Fevereiro, Fernando Martins Correia, membro da célula da UTIC.

PEDRO CARNEIRO

Faleceu, com 75 anos, Pedro Zeferino Carneiro, que pertencia à organização de Estombar, do concelho de Lagoa.

OFÉLIA LAMEIRAS

Faleceu no passado dia 22 de Fevereiro, depois de prolongada doença, Maria Ofélia da Cunha Lameiras que contava 55 anos de idade e era natural de Gouveia. Inscrita no Partido desde 1975, participou sempre na actividade política, sobretudo nas batalhas eleitorais para as autarquias. Era empregada de farmácia e gozava de grande estima por parte da população.

ANTÓNIO ALVES PENICHE

António Alves Peniche, operário da Iberol-Copaz, faleceu a semana passada. Era membro da célula do PCP naquela empresa e desempenhava ainda, desde 1975, outras tarefas que lhe eram distribuídas. À família enlutada a Comissão de Freguesia de Alhandra do PCP envia as condolências.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

ACORDO COZINHADO

Numa recente tomada de posição, a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores Comunistas qualificam o acordo de política de rendimentos para 1992, assinado pelo Governo, UGT e entidades patronais, como «mais um cozinhado que contém aumentos salariais insuficientes e gravosos para os jovens trabalhadores». «Mais uma vez», prossegue o texto, «se verifica que os aumentos não acompanham a evolução dos salários e das regalias sociais dos restantes países comunitários».

O acordo assinado, segundo este organismo da JCP, «vai claramente ao encontro dos interesses do capital, relegando para segundo plano os interesses dos trabalhadores, como se demonstra por não constarem questões como a redução do horário de trabalho». Por outro lado, os jovens trabalhadores comunistas consideram insuficiente o aumento do salário mínimo nacional para 44 500 escudos e exigem que o seu montante passe para 50 mil escudos.

ELEITO SECRETARIADO

A Comissão Distrital de Santarém da JCP elegeu no passado sábado o seu Secretariado e definiu as iniciativas para o primeiro semestre deste ano. O organismo foi eleito por consenso e é composto por cinco camaradas dos diferentes sectores de actividade e dos concelhos prioritários. Entre as actividades previstas destaca-se a realização de um plenário de jovens trabalhadores estudantes, a 21 de Março, a promoção de iniciativas de convívio e de desporto e a mobilização para o encontro de jovens trabalhadores, marcado para 21 de Maio em Lisboa. A Comissão Distrital de Santarém apreciou ainda as lutas dos estudantes do secundário e do superior, contra a PGA e o aumento das propinas, respectivamente, aos quais manifestou a sua solidariedade.

SETÚBAL

O resultado das eleições para a Comissão de Trabalhadores da Solisnor/ex-Setenave foi saudado pela Comissão Concelhia de Setúbal do PCP. «A eleição de nove elementos da lista unitária e apenas de dois do PS/PSD/UGT é tanto mais significativa quanto o facto de ocorrer num momento de crescendo da luta de vastos sectores da sociedade portuguesa contra o Governo de Cavaco Silva», afirma aquele organismo do PCP. O total desmascaramento de Torres Couto e da UGT reflectiu-se na eleição da lista unitária, que integra destacados militantes do PCP e outros democratas, que viu aumentar percentualmente a sua votação atingindo os 76,3 por cento contra 23,2 por cento da outra lista concorrente.

A Comissão Concelhia de Setúbal salienta ainda o papel e a acção dos comunistas em diversas manifestações de solidariedade com a luta dos povos de Timor-leste, Angola e Cuba.

VISITA AO BARREIRO

No âmbito do plano de reuniões e visitas aos concelhos do distrito de Setúbal por parte de camaradas da Direcção do Partido ligados às autarquias, Luís Sá, da Comissão Política, deslocou-se recentemente ao Barreiro, acompanhado de Manuel Sobral, da CEN, e Carlos Humberto, do Comité Central e da DORS. Durante a visita, verificou-se que a autarquia continua a investir dezenas de milhares de con-

tos em infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento de água, e que avança na regularização urbana e industrial. Os visitantes observaram ainda grandes melhorias em todas as freguesias do concelho no que respeita ao asfaltamento e recuperação da rede viária, assim como na higiene e limpeza. No final da jornada realizou-se um debate sobre a política autárquica e as eleições de 1993.

AUMENTO ESCANDALOSO

Para o PCP, os aumentos da água aprovados pelo PSD, na CM da Covilhã, são escandalosos, razão pela qual os vereadores comunistas votaram contra. O 1º escalão passou de 0 a 5 metros cúbicos para 0 a 3 metros, tendo sofrido um aumento de 40 por cento. O 2º escalão passou de 4 a 10 metros cúbicos, sendo o aumento nos 4º e 5º metros de 180 por cento. Refira-se que o agravamento nos dois primeiros escalões abrangem 61 por cento da população, que terá de pagar ainda o aumento de 100 por cento das tarifas de contador, de restabelecimento e de saneamento. A Comissão Concelhia da Covilhã do PCP acusa ainda a Presidência da Câmara PSD de, «recusando-se a condenar a retirada de verbas às autarquias pelo Governo, pretender colmatar este roubo à custa do agravamento do nível de vida das populações».

OURIQUE

A Comissão Concelhia de Ourique do PCP organizou recentemente uma visita de dirigentes do Partido ao concelho para observarem o trabalho desenvolvido pelos eleitos da CDU. Na iniciativa participaram António Vitória, membro suplente do CC, António João, membro do Secretariado da DORB e responsável pela Comissão Concelhia de Ourique, e ainda Augusto Pereira, António Vaz, Francisco Pepe, Fernando Pratas, Jacinto Coelho e Joaquim Marques, membros deste organismo.

Ainda no mesmo dia, realizou-se uma reunião de quadros do PCP do concelho, que teve como objectivo analisar as causas subjectivas e objectivas das dificuldades e deficiências do trabalho partidário e traçar medidas para as ultrapassar. Para além de marcar a data das assembleias de organização de Carvão e Panoias, a reunião definiu como tarefas prioritárias do Partido o trabalho autárquico e sindical, a juventude, os pequenos e médios agricultores e os reformados.

Quadros da ORB reuniram em Ferreira do Alentejo

Sob o lema «Sempre com o povo, voltados para o futuro» realizou-se, sábado passado, em Ferreira do Alentejo, uma reunião de quadros da Organização Regional de Beja, que contou com a participação de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Em debate foi colocado um ponto único sobre a situação política e o reforço da organização. Na mesa da reunião estavam, para além do secretário-geral, António Murteira, da CEN do PCP, José Soeiro, do Secretariado e da Comissão Política, Carlos Pereira, da Comissão Concelhia de Ferreira do Alentejo, Lourdes Hespanhol, vereadora e deputada do PCP, e José João, presidente da Câmara Municipal, bem como os membros do Executivo Político da DORB.

Os quadros presentes de-

bateram e aprovaram um documento que contém as propostas do PCP para o desenvolvimento do distrito de Beja e preconiza várias medidas com vista ao reforço da organização.

No final dos trabalhos, houve uma sessão pública de encerramento com a intervenção de Álvaro Cunhal, a que se seguiu uma outra promovida às 21 horas em Aljustrel, na sede do Sindicato Mineiro.

Álvaro Cunhal afirmou que «o Governo quer reconstruir o capitalismo em Portugal, restaurando os grandes monopólios e entregando-os às mesmas pessoas ou famílias que apoiaram o regime fascista». Mais adiante, o dirigente comunista criticou o acordo de rendimentos e preços, acusou a UGT de «estar ao serviço do Governo

e do patronato», elogiando a CGTP-IN por se recusar a assinar o documento.

Salientadas foram também as recentes greves, a luta dos autarcas e dos jovens, que «restringem a base de apoio político do Governo», acrescentando que o Executivo de Cavaco Silva foi surpreendido porque «pensava que tinha a juventude na mão».

Álvaro Cunhal reafirmou que «a unidade dos trabalhadores na luta pela melhoria das condições de vida é importante, mas também o é a convergência das forças democráticas». Neste sentido considerou que o PS se «devia virar para a esquerda, ao contrário do que tem feito nos últimos anos».

Sobre o PCP, o secretário-geral declarou que «não é um partido que se limita a cri-

ticar, temos propostas e obra realizada, em especial no poder local e não esperamos o 25 de Abril para defender a liberdade, a democracia, a identidade nacional e a soberania do País». Álvaro Cunhal referiria ainda que «o PCP tem dificuldades com a perda de militantes e com a perda eleitoral, mas vai ultrapassá-las porque é um partido indispensável e insubstituível na sociedade portuguesa».

«Enganam-se aqueles que, perante a actual conjuntura, nos gostariam de ver desmoralizados, conformados e abatidos, porque continuamos a intervir e não mudaremos o símbolo, a natureza e a política do nosso Partido, nem copiaremos um modelo que fracassou, com tão maus resultados nos países de Leste», sublinhou.

Eleitos CDU indignados com cortes no FEF

Eleitos CDU em autarquias do distrito de Viseu estiveram reunidos no passado sábado, no salão da Junta de Freguesia de Armamar, numa iniciativa promovida pela DORB do PCP, em que participou Luís Sá, da Comissão Política e deputado do PCP.

Os presentes fizeram o balanço do trabalho desenvolvido e das dificuldades encontradas, onde ressaltou a continuação do empenho e dedicação dos eleitos da CDU na resolução dos problemas da população. Foi dado especial destaque às juntas de freguesia de maioria CDU, as quais a meio do mandato já conseguiram cumprir os seus programas eleitorais para além de realizarem outras obras deles não constantes.

O encontro de autarcas de-

nunciou as grandes dificuldades financeiras das juntas de freguesia, com particular gravidade nos concelhos onde as transferências se limitam à simples aplicação da lei ou onde esta nem sequer é cumprida. Foi também assinalada a necessidade da existência de legislação que permita a permanência a tempo inteiro dos eleitos nas juntas de freguesia e reconhecida a importância da ajuda prestada pela AECOD na resolução de algumas dificuldades financeiras de freguesias do distrito.

No decorrer do encontro, os participantes sublinharam o interesse de uma intervenção do deputado Luís Sá no sentido de questionar o Governo, através da Mesa da Assembleia da República sobre questões que se colocam no distrito de Viseu.

Os eleitos CDU aprovaram

uma moção demonstrando a sua indignação pelo facto das autarquias do distrito terem sido «levadas em 3 milhões e 800 mil contos com a não aplicação da lei de finanças locais no cálculo do valor do FEF no Orçamento Geral do Estado para 92». O texto considera esta decisão do Gover-

no como uma «ilegalidade lesiva do distrito e das suas populações, susceptível de ser fiscalizada pelo Tribunal Constitucional» e pronunciou-se «a favor da convergência dos eleitos autárquicos e das populações na denúncia e na luta para fazer cumprir a lei das finanças locais».



Luís Sá, da Comissão Política e deputado do PCP, participou no encontro de eleitos CDU, em Armamar

BREVEMENTE À VENDA

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

Sobre

UNIÃO SOVIÉTICA

Mesa-redonda com

ABOIM INGLEZ • VICTOR ALVES
LURDES GONÇALVES

PGA e propinas

Educação defendida na rua

Estudantes universitários e do secundário estão em processo de luta que as férias do Carnaval não suavizaram. Na base de tudo isto: PGA, propinas e (agora) preços de refeições e apoio social.

Uma Jornada Nacional de Luta a 24 de Março, Dia Nacional do Estudante, é uma das possibilidades encaradas para as próximas acções dos alunos do ensino secundário e universitário em todo o país. Os primeiros protestam contra a PGA que limita as possibilidades de acesso ao ensino superior, posição agora reforçada com o sucesso da greve às aulas da semana passada.

Os outros lutam contra o aumento das propinas e também na semana passada manifestaram-se frente ao Ministério da Educação. Todos mostram-se solidários com as reivindicações apresentadas e as razões das lutas.

Se em relação aos estudantes do secundário o ministro Diamantino Durão prometeu receber hoje uma delegação que os representa, os alunos

universitários queixam-se de já ter pedido audiências dezena e meia de vezes mas, até agora, não receberam qualquer tipo de resposta.

Ação Social Escolar em risco

Como foi tornado público, o Governo tem justificado os aumentos das propinas como necessárias para «melhorar a justiça social» no Ensino Superior. No entanto, um anteprojecto de lei que modifica a Acção Social do Ensino Superior prevê o encerramento de alguns serviços sociais e o aumento dos preços das refeições das cantinas e bares aproximando-as do custo real.

Entretanto as Associações Académicas do Ensino Superior tomaram posição contrária a este anteprojecto apresentado pelo Governo de reformulação do sistema de Acção Social Escolar, considerando-o «irrealista, ultraliberal, incompleto e desequilibrado».

Para os estudantes o anteprojecto de Lei «pretende acabar com os serviços sociais universitários, sem apresentar alternativa credível que assegure a manutenção dos mecanismos de apoio social».

Num comunicado assina-

do por representantes dos alunos das universidades públicas e do ensino politécnico, o Ministério da Educação é acusado de pretender cancelar benefícios «até agora nunca postos em causa».

«A implementação do anteprojecto conduziria a uma situação de caos ao nível do apoio social», dizem os estudantes que assinalam que, caso as intenções do Governo sejam concretizadas, «seria subvertida a linha mestra que deveria nortear uma justa política de apoio social: assegurar que nenhum estudante deixe de o ser por razões de índole económica».

Os universitários acusam ainda o Ministério de pretender «impor um modelo rígido» na execução da política de Acção Escolar, «em vez de flexibilizar e autonomizar».

No que concerne ao regime jurídico de atribuição dos graus de licenciatura, mestrado e doutoramento, cujo anteprojecto de decreto-lei foi apresentado há duas semanas pelo Ministério da Educação, os discentes realçam que as propostas de alteração do número de anos de licenciatura e de redução da carga horária devem ser objecto de «cuidadoso e prudente regime de transição».



Alunos hoje com Durão

Não à terceira PGA

A abolição das duas chamadas da Prova Geral de Acesso (PGA) ao Ensino Superior e a recusa de participação na terceira chamada são exigências de uma delegação representativa dos estudantes do Ensino Secundário que hoje tem reunião marcada com o ministro da Educação, Diamantino Durão, depois de a greve às aulas da semana passada ter atingido níveis acima dos 90 por cento em todo o país. Os alunos levam a proposta de a selecção de candidatos ser efectuada através das médias obtidas pelos estudantes nas frequências dos 10º, 11º, e 12º anos com as classificações de provas específicas a realizar.

A proposta foi aprovada na reunião de Coimbra que no fim-de-semana passado juntou representantes de 128 Associações de Estudantes de todo o país com 76 votos a favor, 45 contra e quatro abstenções. A reunião ficou marcada por intensa discussão sobre a participação ou não dos alunos na anunciada 3ª chamada da PGA deste ano, com elementos conotados com a Juventude Social-Democrata a defenderem a participação dos alunos nesse exame.

Um grupo de alunos de três associações de estudantes defensoras da participação na 3ª chamada retirou-se da reunião depois de a mesa que presidia aos trabalhos ter detectado uma tentativa de fraude de um grupo de estudantes, não credenciados, que pretendiam ter direito a voto por alegadamente representarem as escolas secundárias de Viseu e de uma moção, apresentada por alunos de Braga, a favor da participação dos estudantes na terceira chamada, aparecer subscrita por 56 escolas quando na realidade muitas delas declararam não a ter subscrito enquanto muitas outras não estavam representadas na reunião.

Numerus clausus

Entretanto, Pedro Tavares, representante eleito pelos estudantes do Ensino Superior para a Comissão de Avaliação e Consulta do Novo Regime de Acesso ao Ensino Superior, tomou posição no seio daquele organismo na quinta-feira passada defendendo a reavaliação do decreto-lei que há três anos criou a PGA. O estudante defende que para além desta Comissão e do Conselho Nacional de Edu-

cação, o debate sobre a matéria seja alargado a outras entidades e pessoas «em particular aos estudantes do ensino secundário».

No parecer deste representante dos estudantes, as «recentes manifestações e greves, envolvendo centenas de milhares de estudantes são «o parecer que o Ministério da Educação deve ter em conta em primeiro plano».

Anular a PGA deste ano e não a criação de uma 3ª chamada são as medidas imediatas defendidas por Pedro Tavares que afirma que a anulação da prova não implica «o caos no regime de acesso ao ensino superior» caso o Ministério saiba «ser suficientemente criativo para encontrar a solução desejada pelos estudantes».

«A par deste processo deve ser elaborado imediatamente um plano com vista à supressão do *numerus clausus* no ensino superior público no mais curto espaço de tempo possível, pois só suprimindo o *numerus clausus* se podem ter algumas garantias de encontrar um regime de acesso ao ensino superior justo», conclui Pedro Tavares.

sim «como um investimento social e um factor decisivo de desenvolvimento económico, social e cultural do país».

Diversas perguntas são dirigidas ao ministro e Governo, entre as quais o que têm feito para fazer cumprir o que determina a Constituição sobre gratuidade de todos os graus de ensino e o destino dos pesados impostos cobrados aos cidadãos.

Os signatários do documento sublinham que o aumento das propinas não diz respeito apenas aos estudantes pois terá «graves repercussões para toda a população e para os seus filhos».



Encontro nacional do PCP sobre Educação e Ensino

O PCP vai promover um Encontro Nacional sobre Educação e Ensino, nos próximos dias 21 e 22 de Março, no Instituto Superior Técnico em Lisboa.

Na sequência de outros Encontros já promovidos pelo PCP, este Encontro Nacional tem por objectivos prosseguir e alargar o debate sobre as questões da educação e do ensino, envolvendo nessa reflexão diversos intervenientes do processo educativo — professores, estudantes, pais, autarcas, técnicos de educação — e aprofundar o sentido da intervenção em matérias tão determinantes, complexas e controversas como as que actualmente se relacionam com os problemas educativos.

Cinco anos passados sobre a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo importa analisar os resultados da Reforma Educativa que está a ser levada a cabo e avaliar a sua adequação aos objectivos proclamados. Importa também considerar a situação do ensino superior e as orientações para uma mais activa intervenção na resolução do complexo quadro de problemas actualmente existente. Tudo isto na linha da valorização da escola e da plena democratização do ensino, questões centrais e estruturantes para o futuro da educação em Portugal.

2. O Encontro Nacional do PCP sobre a Educação e o Ensino, que é promovido pela Comissão para as Questões da Educação e do Ensino, pela Comissão Nacional de Professores e pelo Grupo de Trabalho para o Ensino Superior do PCP, tem o início dos seus trabalhos marcado para sábado, 21 de Março, às 11 horas no Instituto Superior Técnico, estando a intervenção de abertura a cargo de Edgar Correia, da Comissão Política do PCP.

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do PCP, intervirá no encerramento do Encontro, no domingo, 22 de Março, às 12 horas.

3. Os trabalhos do Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino vão decorrer em duas sessões plenárias, inicial e final, e em três secções.

Na secção dedicada à Reforma Educativa, o tema «Um ensino de qualidade, uma qualificação para todos» vai permitir abordar, entre outros aspectos, a reforma curricular, a avaliação das aprendizagens, o ensino tecnológico, artístico e profissional; e o tema dedicado «à escola, um espaço para crescer» vai envolver o debate da autonomia e dos projectos educativos da escola, da comunidade de interesses e de esforços para uma escola de sucesso — o papel dos alunos, dos professores, dos pais, das autarquias, e ainda a questão essencial do investimento público na educação.

No que respeita à secção dedicada à Estratégia de Desenvolvimento do Ensino Superior, o tema «Investir para democratizar» tem por objectivo aprofundar o debate quer sobre a extinção da PGA, o regime de acesso ao ensino superior, a questão das propinas, a acção social escolar, quer sobre os momentosos problemas de financiamento do ensino superior, da autonomia, da avaliação das instituições e do desenvolvimento do sistema; o tema sobre «o ensino superior e a investigação científica e tecnológica» vai permitir entre outros aspectos, abordar a questão de grande actualidade das graduações e pós-graduações universitárias; e, finalmente, as questões do ensino público e do ensino privado, das carreiras docentes, e do ensino superior em Portugal no quadro comunitário, integram o tema dedicado ao «presente e futuro» deste importante grau de ensino.

Na secção que debaterá especificamente os problemas dos professores e a valorização da sua profissão, irão ser abordados um conjunto vasto de questões, desde a formação (inicial e contínua), ao direito ao trabalho e à estabilidade de emprego, à avaliação e progressão nas carreiras e à intervenção sindical.

O Gabinete de Imprensa do PCP
2/3/92

DORL apoia universitários

A Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) e a Comissão de Juventude do Distrito de Lisboa do PCP apelaram num comunicado da semana passada «à luta e a um grande movimento de opinião da população» do distrito contra o projectado aumento das propinas no Ensino Superior, defendendo a gratuidade do Ensino Público.

A DORL e os jovens comunistas defendem que o Governo realize «uma efectiva política de apoio social» aos estudantes que dela necessitem para que o ensino não seja encarado «como uma despesa e um privilégio individual de quem estuda» mas

NACIONAL

Dia 8 de Março - Dia Internacional da Mulher

«A vida exige, nós reclamamos - igualdade de direitos, participação das mulheres» é o lema das iniciativas que o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) tem agendadas para todo o país a comemorar o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. O combate às desigualdades e às discriminações em função do sexo, o cumprimento das Leis que consagram a igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres, o respeito pela função social da maternidade/paternidade e o reconhecimento do estatuto de parceiro social são algumas das preocupações e exigências do MDM para o vasto leque de actividades que a partir de amanhã aquela organização vai desenvolver em todo o país.

Internacionalmente o MDM destaca e presta solidariedade às mulheres palestinianas, da África do Sul e de Timor, assinalando os vinte milhões de pessoas que passam fome em vários países do continente africano e os milhões de raparigas mantidas num sistema de exclusão social e económi-

ca «pois o seu nascimento é considerado uma punição para a família» como sucede em alguns países da Ásia, África e Médio Oriente.

Um folheto editado pelo MDM e que será distribuído nas iniciativas do movimento, assinala, quanto à situação portuguesa, que «Leis tão fundamentais como as que se referem à maternidade/paternidade, à educação sexual, ao planeamento familiar e à in-

terrupção voluntária da gravidez não são cumpridas», facto patente, por exemplo, na «ausência de regulamentação da lei de protecção às mulheres vítimas de violência».

O MDM exige do poder político, «designadamente o Governo e a Assembleia da República» uma acção de combate às desigualdades sociais e às discriminações em função do sexo, «garantindo o cumprimento das leis e a implementa-

ção de medidas que promovam uma efectiva distribuição da riqueza, bens e serviços».

«Nós mulheres temos de exercer um papel crítico e fiscalizador da acção do Governo e da Assembleia da República e de confrontar as promessas eleitorais com as decisões agora tomadas» como os aumentos da carga fiscal, dos preços e a introdução de taxas moderadoras na saúde, diz ainda o documento.

Festejar em todo o país

Algumas actividades de comemoração do Dia Internacional da Mulher, da iniciativa do MDM ou em colaboração com outras estruturas:

No distrito de Setúbal o MDM promove bancas, animação de ruas, jantares e almoços em todos os concelhos do distrito. A partir do dia seis, o MDM de Setúbal promove sessões-convívio com estudantes e professores. No dia 8, em Sesimbra, na Galeria do Posto de Turismo, Monique Rutler inaugurará a exposição «Recortes e Imagens de Mulheres nos Filmes de Monique Rutler» enquanto no Cine-Teatro Municipal, pelas 15 horas, será exibido «Núvem» de Ana Luísa Guimarães. No mesmo dia em Setúbal, pelas 16 horas, no círculo cultural da cidade será exibido um filme de Manuela Serra, que estará na sessão. Estará patente uma exposição intitulada «Gestos do Quotidiano de Mulheres». Ponto alto destas comemorações é o VI Grande Prémio de Atletismo do Dia Internacional da Mulher - «Corrida Pela Igualdade e a Paz», aberta a ambos os sexos, no Parque do Bonfim, ao mesmo tempo que será lançado um folheto com o título: «Desporto feminino no mundo. Sinais de Mudança para a Igualdade. Século XX Tempo de Evolução de Práticas e Mentalidades». Em Palmela no cine-teatro São João, será exibido o filme «Uma Mulher de Sucesso». Na Baixa da Banheira no Parque José Afonso, ginástica feminina.

No distrito de Santarém, no dia 7, distribuição de propaganda no mercado de Santarém, entrevista numa rádio local e, às 15 e 30, um lanche convívio com animação musical no Forum do Centro Cultural Regional de Santarém, onde intervirá Helena Bastos, membro do Secretariado Nacional do MDM. No dia 8, sessão comemorativa em Constança, organizada pela Junta de Freguesia local onde também estará Helena Bastos.

No distrito de Aveiro, em Ovar, uma Festa Popular em Valega, na Sr. de Entre Águas, é promovida no dia 8 pelo sindicato das Indústrias Eléctricas, pelo MDM e pela UMAR. Em Cortegaça o sindicato dos Têxteis de Aveiro faz pela primeira vez uma festa sobre o dia da Mulher, com vídeo e rancho folclórico. Em Aveiro o MDM promove uma sessão debate com o tema «Mulher Timorense-Sofrimento e Luta» no Auditório do Centro Paroquial de Vera Cruz. Em Santa Maria da Feira, no dia 13 de Março, será apresentado pelo MDM o livro «História da Vida de uma Operária da Indústria Corticeira», com a presença das autoras.

Em Vila Real, no dia 8 de Março, na escola secundária Camilo Castelo Branco, o MDM e a União de Sindicatos local promovem um debate sobre os direitos da mulher seguido de animação cultural.

Em Faro o MDM com os Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública e o apoio da Câmara de Faro têm marcado para domingo um programa comemorativo do Dia da Mulher que inclui poesia, música clássica, música popular portuguesa no auditório do Instituto da Juventude (rua da PSP junto à Alameda João de Deus), a partir das 17 horas depois de nessa manhã ter sido feita uma distribuição de flores às mulheres de Faro.

Em Lagos as comemorações incluem a distribuição de um documento num supermercado e em escolas. À noite jantar/convívio na Taberna Algarvia.

Em Beja no dia 7, Noélla de Oliveira do MDM dá entrevistas a duas rádios locais e no dia 8 as comemorações terão lugar em Ferreira do Alentejo e Aljustrel. Em Beja, Paula Coelho, do Secretariado Nacional do MDM, participará num jantar nos «Infantes».

No distrito de Leiria, será lançada uma petição exigindo a colocação de um ginecologista-obstetra no Centro de Saúde da Marinha Grande onde será distribuída propaganda e promovido um almoço convívio.

No distrito de Lisboa, no dia 7, no bar Pintado de Fresco, às 21 horas, será lançada uma campanha «Por uma Lisboa Mais Formosa e Mais Segura» para a qual estão convidados os vereadores Vasco Franco e Rui Godinho. No dia 8 a Junta de Freguesia de São Vicente de Fora promove com o MDM um espectáculo.

No dia 8 em Sintra realiza-se um almoço-convívio do MDM de Idanha e ainda neste dia realiza-se uma conferência de imprensa no Parque Delfim Guimarães (Amadora) para a comunicação social de Amadora e Sintra, seguido de distribuição de propaganda nos mercados da Falagueira, Mina e Venteira, acompanhada por uma banda. Uma prova de atletismo, uma exposição de pintura de Hélia Cunha na Galeria da Câmara Municipal, um debate no Clube da Venda Nova e um Festival Desportivo no Pavilhão da Académica, são outras iniciativas do MDM promovidas conjuntamente com a edilidade. No dia 8, conferência de imprensa e distribuição de propaganda em Vila Franca de Xira.

Em Loures, na zona ocidental, no dia 6, uma iniciativa da Câmara para as trabalhadoras da autarquia contará com a presença de dirigentes do MDM. Será ainda, no dia seguinte, distribuída propaganda em Loures e Odivelas para no dia 8 se realizar um almoço-convívio. Na zona oriental o MDM participará numa sessão da junta de freguesia da Bobadela (dia 6). Serão feitas distribuições de propaganda em Moscavide, Santa Iria e Sacavém no dia 7. No dia 8, na Sociedade 1.º de Agosto, a Junta de Freguesia de Santa Iria promove com o MDM um espectáculo com Maria Guinot e uma exposição fotográfica. Luísa Basto estará num espectáculo promovido pela Junta de Freguesia do Prior Velho, nas novas instalações da junta.

Um jantar-convívio organizado por uma Comissão de Mulheres ocorrerá em Viana do Castelo enquanto em Évora também no dia 8, o MDM juntamente com a Câmara Municipal e a Associação de Estudantes da Escola André de Gouveia, promove um desfile de Trajes Regionais Femininos e outro de moda do séc. XIV sob o lema «A importância da moda para a emancipação da Mulher». Espectáculo e lanche ajantarado completarão o programa.

Em Castelo Branco, Odete Braz, do Secretariado Nacional do MDM, participará em diversas iniciativas de 8 a 11 de Março, entre elas um almoço convívio em Castelo Branco (a 8) e na Covilhã um jantar convívio no restaurante «A Regional». Nos dias 9 e 10 terão lugar encontros em serviços de saúde, empresas, sindicatos e associações do concelho da Covilhã.

PCP com a luta pela igualdade

Numa mensagem de saudação às mulheres portuguesas, por ocasião do 8 de Março — Dia Internacional das Mulheres —, o PCP expressa a sua solidariedade e apoio pela «luta determinada e firme» que estas travam em «defesa da igualdade de direitos no trabalho, na família e na sociedade».

No documento, subscrito pela Comissão junto do CC do PCP para os problemas e a luta das mulheres, afirma-se a vontade dos comunistas continuarem a «denunciar todas as situações que violam frontalmente os direitos das mulheres», propósito que tornam extensivo à necessidade de reforçar a intervenção no sentido de «aumentar a consciencialização e o envolvimento das mulheres na defesa dos seus direitos».

Inserido num pequeno folheto que

está a ser distribuído por todo o País, no qual se evocam algumas das lutas actualmente a decorrer em empresas com grande número de mulheres e onde se enumeram actos do Governo que desmentem as promessas do PSD, o texto da mensagem reafirma ainda o compromisso do PCP de levar ao Parlamento várias iniciativas legislativas relacionadas com a problemática feminina.

Estão neste caso, assinala o documento, o projecto de lei que garante às organizações de mulheres o estatuto de parceiro social, bem como os diplomas que garantem a «protecção jurídica às pessoas em união de facto», «alimentos devidos a menores», «um subsídio mensal especial aos filhos a cargo de mães e pais sós» e «medidas tendentes à efectivação dos direitos das mães sós».

Diz ANMP

FEF só se resolve com o cumprimento da Lei

O diferendo sobre o FEF que opõe os municípios ao Governo «só se resolve com o cumprimento da lei», afirma a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), tendo o seu Conselho Geral, órgão máximo entre Congressos, marcado uma reunião para hoje, dia 5 de Março, para tomar uma posição sobre o assunto.

A alteração de um artigo da Lei das Finanças Locais, em sede de Lei do Orçamento de Estado para 1992, implicou a diminuição de 53 milhões de contos no montante do FEF, fixado este ano pelo Parlamento em 180 milhões de contos.

Ao referir-se aos recentes contactos entre a ANMP, o Primeiro-Ministro e o ministro das Finanças, Mário de Almeida, presidente da ANMP, disse que Braga de Macedo mostrou «maior abertura» para aumentar o montante do FEF, do que Cavaco Silva.

Segundo o autarca, o ministro das Finanças «deu a entender que apresentaria uma proposta capaz de proporcionar aos municípios uma verba aproximada a 200 milhões de contos».

Mário de Almeida considerou, contudo, que «o Governo, nos últimos dias, demonstrou vontade de passar

a dialogar com as autarquias».

«Houve da parte do Executivo uma resposta positiva a algumas questões que eram levantadas pela ANMP há vários anos», disse o presidente da Associação, referindo-se à eventual transferência para os municípios de competências que actualmente estão sob a alçada da Administração Central.

Ao reportar-se à recente redução da taxa do IVA sobre as empreitadas da responsabilidade das autarquias (de 16 para 5 por cento), o dirigente disse que a medida vem reconhecer «o interesse público e social» dessas obras.

Mário de Almeida reiterou estar «confiante de que o Presidente da República irá solicitar a apreciação da constitucionalidade da suspensão da fórmula de cálculo do FEF».

O presidente da ANMP lamentou a impossibilidade de realizar um referendo no País, acentuando que «seria interessante» saber se as populações preferiam que fossem entregues mais 53 milhões de contos às autarquias ou atribuídos à Administração Central.

Contra o FEF e a favor do Tua

A Assembleia Municipal de Vila Flor, em reunião Ordinária de 28 de Fevereiro, aprovou no Período Antes da Ordem do Dia 2 Moções:

1.ª — Aprovada por unanimidade foi proposta pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas (CDU). Abordava a situação da Linha Férrea do Tua, manifestando o desacordo em relação a um possível encerramento. No texto aprovado defendia-se ainda que «sejam efectuados investimentos que contribuam para melhorar o estado da Linha».

2.ª Aprovada por maioria (abstenção do PSD e voto favorável dos restantes) foi proposta pelos 2 eleitos da CDU (José Prudêncio e Rui Tadeu).

Na Moção a Assembleia Municipal de Vila Flor protesta contra a suspensão da aplicação da Lei das Finanças Locais, por parte do Governo, no que respeita às verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Esta medida aprovada na A.R. pelos votos

do PSD retira ao concelho de Vila Flor 146 mil contos.

Foi ainda decidido apelar ao sr. Presidente da República para que declare a inconstitucionalidade desta medida.

Pormenorizando a questão da linha do Tua, a Moção recorda:

«No passado dia 16 de Dezembro o Conselho de Gerência da CP deu mais um passo no sentido de acabar com a Linha Férrea do Tua.

«Após nos últimos anos terem sido encerradas estações, suprimidos comboios, degradados os serviços prestados, entregue o transporte de mercadorias a empresas privadas, procuram agora substituir os comboios e automotoras por autocarros de empresas privadas no troço entre Mirandela e Bragança.

«A esta medida estão a opor-se as populações e órgãos autárquicos das zonas afectadas, nomeadamente as mais isoladas».

INTERNACIONAL

Salvador

O secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali, fez um balanço positivo da evolução na situação salvadorenha após o envio dos primeiros capacetes azuis.

Num documento enviado ao Conselho de Segurança, Ghali sublinha que a missão de observadores das Nações Unidas para El Salvador (ONUSAL), começou a tomar conta das tarefas que os acordos de paz, concluídos em Nova Iorque em 31 de Dezembro, lhe confiaram.

Os acordos, assinados em 16 de Janeiro na Cidade do México, acabaram com uma guerra civil de 12 anos que provocou 75 mil mortos no mais pequeno país da América Central, habitado por seis milhões de pessoas.

Pelo menos 368 observadores militares dos 373 previstos já se encontram em El Salvador para fiscalizar o cessar-fogo e separar os efectivos do Exército e da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

«A mudança nos comportamentos políticos é crucial para a consolidação do processo de reconciliação nacional», afirma Ghali no seu documento enviado ao Conselho de Segurança.

Le Pen

Nacionalistas corsos obstruíram as pistas do aeroporto de Bastia, norte da Córsega, para impedir a aterragem de um avião a bordo do qual se encontrava o líder da extrema-direita francesa, Jean-Marie Le Pen.

O avião, pertencente à companhia Corse-Mediterranee, teve de aterrar em Calvi, no noroeste da Córsega.

Pouco antes da hora prevista para a chegada do aparelho, procedente de Nice, cerca de 60 nacionalistas invadiram as pistas do aeroporto colocando nelas camiões.

Dada a impossibilidade de aterrar, o avião acabou por dirigir-se para Calvi, uma cidade a duas horas de viagem, de carro, de Bastia.

Este «contratempo» obrigou Le Pen a modificar o programa da sua visita à ilha.

Irão

O Irão gastou mais de 500 milhões de dólares e enviou 1300 pregadores islâmicos fundamentalistas para influenciar as antigas Repúblicas soviéticas da Ásia Central, segundo afirmou um líder da oposição iraniana.

Mohammed Mohaddessin, responsável máximo pelas questões externas nos Mujahidin do Povo, principal grupo iraniano da oposição, disse que tinha sido criado um departamento especial do governo para apoiar a acção iraniana face aos seis Estados recentemente independentes cuja população é predominantemente muçulmana.

Foram, entretanto, constituídos quatro centros de treino em cidades iranianas, Qum, Mashad, Tabriz e Teerão, para líderes religiosos da Ásia Central «organizar células fundamentalistas nas Repúblicas», disse Mohaddessin em conferência de imprensa.

Mohaddessin declarou ainda que o foco da atenção iraniana na Ásia Central tem sido o vizinho Azerbaijão onde, tal como no Irão, a maioria da população é muçulmana xiita.

Os outros Estados da Ásia Central, Cazaquistão, Kirguízia, Uzbequistão, Turquemenistão e Tadjiquistão, têm uma população maioritariamente muçulmana sunita.

Droga

Os presidentes dos Estados Unidos, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, México e o chefe da diplomacia venezuelana comprometeram-se a prosseguir esforços na luta contra a droga.

A Declaração conjunta saída da reunião refere que a nova etapa da guerra a travar neste campo tem de ser conduzida de forma equilibrada, respeitando a soberania dos países e dividindo responsabilidades.

Alguns dos principais jornais das seis nações latino-americanas que participaram na cimeira noticiaram por seu lado que a reunião de Santo António constituiu a morte de uma proposta inexistente.

Jornais do Peru, México e Bolívia sublinharam a rejeição da força multinacional de luta contra a droga, apesar de os Estados Unidos não o admitirem.



Estudantes franceses manifestam-se em Paris contra política governamental

França

Estudantes em luta

Estudantes universitários e liceais desfilaram pelas ruas de Paris, dia 25 de Fevereiro, numa manifestação que juntou dezenas de milhar de jovens, representantes de todas as universidades da região parisiense, para além de alguns milhares de estudantes liceais.

Em causa, a reforma pretendida pelo ministro da Educação, Lionel Jospin, que compromete os dois primeiros anos da universidade no sentido de uma especialização mais rápida dos alunos.

Num «Apelo a todos os estudantes», aprovado pela coor-

denadora, logo depois da manifestação, sublinha-se que o projecto Jospin «não responde em nada aos nossos problemas, que exigiriam uma verdadeira mudança na universidade para satisfazer as nossas reivindicações com os meios adequados para as levar à prática: reempenhamento financeiro por parte do Estado, manutenção do quadro nacional das universidades e dos diplomas, igualdade de direitos entre estudantes franceses e estrangeiros».

A coordenadora apela a nova manifestação, em Paris, para dia 19 de Março.

El Salvador

«Estamos a viver uma revolução»

«Num momento em que muitos diziam que já não havia resoluções, sentimentos orgulhosos porque aqui, em El Salvador, estamos a viver uma revolução, e a esquerda goza de boa saúde política, de vitalidade, e assume-se como factor de mudança», diz-nos Roberto Cana, membro da Comissão Político-Diplomática da FMLN-Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), numa brevíssima conversa na redacção do «Avante!».

Terminada uma etapa da história de El Salvador, caracterizada pela dominação da vida política pelos militares, inicia-se uma outra etapa, no sentido da democracia e da justiça social. Um novo período, com «novos desafios, perigos e dificuldades», caracterizado por uma luta muito forte entre o velho e o novo. «Um período de transição para a democracia em que se vai definir se — sim ou não — se avança na revolução democrática».

Nesta fase, Roberto Cana define, como a «mais importante conquista, o fim da hegemonia militar, o predomínio da sociedade civil», e como o maior inimigo, a pobreza.

A situação económica e social no país é extremamente difícil, e naturalmente a paz não traz automaticamente consigo a solução dos problemas socioeconómicos.

O dirigente da Farabundo Martí destaca o problema da terra como «o

problema mais importante, uma das causas da guerra».

Os acordos negociados entre guerrilha e governo e que levaram à paz, garantem o acesso à terra da população em geral e dos combatentes. Trata-se agora de os concretizar, o que não será tarefa fácil.

No plano socioeconómico, a FMLN aposta, em particular, na «criação de empresas produtivas — cooperativas ou outras formas de organização — e que estamos convencidos virão a ser um êxito».

Todo um difícil processo para que se pede o apoio internacional, «para ajudar as pessoas a ajudarem-se a si próprias».

Concretamente, a ajuda internacional é pedida para: reinserção social dos combatentes; compra de terras pelos camponeses em geral e os ex-guerrilheiros; formação profissional; criação de empresas produtivas.

Neste novo quadro político, coloca-se também a questão da própria transformação da Frente Farabundo Martí, ou seja, a «transformação do aparelho político-militar num aparelho político para ganhar eleições».

Um processo que, como afirmou Roberto Cana, implica, antes do mais, a elaboração de um programa que se baseie de facto nos

interesses nacionais, pois o objectivo é «crescer como esquerda», e não fechar-se numa «esquerda anã».

Trata-se, por outro lado, de organizar uma «coligação o mais ampla possível. Uma coligação de centro esquerda para derrotar a Arena» (o partido de direita, do poder).

Em termos políticos, a Frente aposta assim numa ampla política de alianças, numa coligação — «porque não é fácil converter em votos o apoio político» —, que nessa qualidade e pelo programa proposto, possa também contar com amplos apoios a nível internacional.

— diz
Roberto Cana
ao «Avante!»



Alcançada a paz, a grande batalha terá que ser contra a pobreza

Haiti

Acordo em Washington para solução política da crise

A situação política do Haiti está em plena evolução, com o acordo agora assinado em Washington, e negociado sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA). Duas questões fundamentais mantêm-se, entretanto, no primeiro plano das preocupações: a manutenção do general golpista Raoul Cedras à frente do exército, e o regresso previsto, mas sem data marcada, do presidente eleito Jean-Bertrand Aristide.

Sobre a data do regresso do presidente deposto, René Theodore, dirigente comunista e primeiro-ministro designado, afirmou que não poderia avançar com um calendário, como era vontade de Aristide durante as negociações de Washington.

«Temos o sentido das responsabilidades e não porremos em risco a vida de um presidente», acrescentou Theodore, sublinhando ser necessário o «apaziguamento» e evitar qualquer confronto que «ponha em risco o processo» e provocar dramas, como a intervenção estrangeira.

O primeiro-ministro designado apelou «à unidade nacional» e convidou «todos os sectores, independentemente das suas opções políticas», a associarem-se a ele «para acabar com a crise no Haiti».

Entretanto, o comandante em chefe do exército, general Raoul Cedras, proclamou a neutralidade do exército face ao acordo assinado em 23 de Fevereiro em Washington para uma

solução negociada da crise haitiana.

O texto do acordo prevê, nomeadamente: o reconhecimento do padre Aristide como chefe de Estado constitucional; o convite a uma missão civil da OEA e de representantes da Comissão Interamericana dos Direitos do Homem no quadro dos esforços no sentido do reforço das instituições democráticas; o compromisso de formar um governo de unidade nacional cujo programa será elaborado de acordo com todos os partidos que o compõem; a designação de ministros por consenso entre as partes; o compromisso de prestar particular atenção à instituição militar tendo em vista «a sua profissionalização e o estabelecimento das melhores condições materiais e morais que lhe permitam contribuir para o processo democrático e cumprir a sua missão constitucional».

O acordo é menos explícito em relação ao regresso do presidente Aristide. René Theodore compromete-se a trabalhar para criar as condições adequadas a esse regresso. Um mês após a sua confirmação pela Assembleia, o primeiro-ministro deverá ter um encontro com Jean-Bertrand Aristide e o secretário-geral da OEA para «fixar as modalidades do regresso do presidente da República».

Entretanto a insegurança e a repressão continuam a ser uma realidade. Nas últimas duas semanas, René Theodore foi alvo de duas tentativas de atentado. Teve que recorrer à protecção da OEA e de diploma-

tas americanos e canadianos, pois havia, entre os militares, quem pretendesse impedi-lo de se deslocar a Washington.

Nos campos, a política de bastonada continua a ser prática corrente contra os militantes das organizações camponesas. Prossegue o movimento de fuga de haitianos, muito embora a situação política tenda a alterar-se.

Relativamente a esta fuga em massa, a Câmara de Representantes dos EUA aprovou um projecto de lei para bloquear a repatriação de haitianos retidos há seis meses na base naval norte-americana de Guantánamo, em Cuba.

O projecto opõe-se à deportação de refugiados haitianos levada a cabo pelo governo norte-americano após o Supremo Tribunal ter permitido essa medida. Esta decisão da Câmara terá ainda de passar pelo

Senado onde os congressistas republicanos tentarão a sua rejeição.

Cerca de 14 mil haitianos fugiram em frágeis embarcações do seu país desde 30 de Setembro de 91, data do golpe militar contra o presidente Aristide.

Pouco antes desta decisão da Câmara de Representantes, a Amnistia Internacional tinha manifestado profunda consternação porque «a administração Bush continua a negar a realidade a que são confrontados os cidadãos haitianos que pedem asilo político, repatriados à força para o Haiti e enviados para a base naval norte-americana de Guantánamo, em Cuba».

Em carta enviada ao presidente americano, o secretário-geral da Amnistia Internacional, Ian Martin, exprimiu a sua «preocupação relativamente à situação dos direitos do homem do



René Théodore, à chegada a Port-au-Prince, no regresso de Washington

Haiti». Acusa também o governo de Washington de não «reconhecer os riscos

de perseguição» com que são confrontados os refugiados repatriados.

Polónia

Dois anos depois

Os resultados da «terapia de choque»

Dois anos após o início da «terapia de choque», a situação socioeconómica na Polónia é particularmente difícil, o que se tem vindo a reflectir nomeadamente em claras divergências no seio do governo.

Em meados de Fevereiro, o então ministro das Fi-

nanças, Karol Lutkowski, apresentou a sua demissão devido a «divergências crescentes sobre as prioridades e a maneira de realizar a estratégia social e económica» com «vários responsáveis da vida económica e política polaca». Em sua substituição o Parlamento apro-

vou, por indicação do governo, o nome de Andrzej Olechowski, que nos anos 80 trabalhou no Banco Mundial, tendo sido colaborador do FMI.

A experiência polaca no plano da transformação da economia assume particular importância, tanto mais que é considerada como um exemplo para o actual governo russo. Marek Dobrowski, próximo do antigo ministro polaco das Finanças, Balcerowicz, foi nomeado conselheiro de Boris Eltsine. A equipa do economista norte-americano Jeffrey Sachs multiplica as suas idas e voltas entre Moscovo e Varsóvia. Indícios de que em Moscovo se pretendia avançar com uma outra versão da «terapia de choque» à Polaca.

Entretanto, quais os resultados registados por tal «terapia» na vida económica e social polaca?

Antes do mais, se é verdade que agora as prateleiras das lojas estão bem providas, e não vazias como outrora, isso não significa necessariamente que se viva melhor. Sobretudo quando a inflação aumenta à média de 70% ao ano.

Isto num quadro de desemprego crescente (que em fins de 1991 atingia já 11% da população activa), sem que da parte do Estado

se concretizem tão pouco as correspondentes medidas de apoio social. Regista-se simultaneamente uma compressão das despesas sociais, nomeadamente nos sectores de saúde e educação.

Nestes dois anos, o desenvolvimento do sector privado foi espectacular, representando entre 20 e 40% do produto nacional bruto (PNB). Em 1991 foram criadas cerca de um milhão e meio de novas empresas, principalmente no sector do comércio e distribuição.

Entretanto, enquanto se prevê novos aumentos dos impostos sobre a população em geral, a legislação em vigor apresenta todas as lacunas favoráveis a quem se empenhe nos negócios de dinheiro fácil e raros são os empresários que pagam impostos.

Simultaneamente, o sector de Estado afunda-se numa crise de que ainda não há indícios de superação. A recessão marca a vida económica do país. A baixa da produção industrial é da ordem dos 14%, atingindo mesmo em alguns sectores os 20%.

Como consequência, aprofundam-se as desigualdades sociais, e as dificuldades quotidianas da maioria da população.

EUA

Armas para o Médio Oriente

Um ano volvido sobre o fim da guerra do Golfo, os EUA não só mantêm ainda um pesado dispositivo militar no Médio Oriente como contribuem, com mais vendas de armas, para uma maior militarização da zona.

Um estudo do grupo privado norte-americano «Arms Control Association», publicado em meados de Fevereiro, revelou que o governo de Washington já exportou armas para o Médio Oriente por um valor de 6000 milhões de dólares depois de o presidente George Bush ter apelado em Maio de 1991 a uma limitação deste tipo de vendas para a região.

«Entre 2 de Agosto de 1990 e 31 de Dezembro de

91, o fornecimento de armas norte-americanas atingiu 19 000 milhões de dólares», afirma-se no texto divulgado pelo «Arms Control Association».

Mais ainda, este processo tende a prosseguir, muito embora possa haver alguns adiamentos em fornecimentos de material militar, por receio do acréscimo de instabilidade no Médio Oriente num momento particularmente delicado.

Concretamente, os Estados Unidos estudam a possibilidade de realizar em 1992 cerca de 35 mil milhões de dólares na venda de armas a países aliados, principalmente no Médio Oriente. Washington planeia realizar cerca de 16 mil milhões de dólares na

venda de mísseis Patriot ao Kuwait, Bahrein, Emiratos Árabes Unidos, Qatar e Turquia.

As encomendas possíveis compreendem cerca de 3000 milhões de dólares de material para a construção de bases aéreas pedidas pelo Egipto e 1700 milhões de carros de combate para os Emiratos Árabes Unidos.

Entretanto, as forças norte-americanas na Arábia Saudita continuam a operar mísseis Patriot e a controlar uma potente força de aviões de combate, não havendo nenhum plano definido para que os militares regressem em breve.

Actualmente permanecem no Golfo Pérsico 24 823 militares dos vários ramos das Forças Armadas

norte-americanas, segundo informações do quartel general do Comando central na base da Força Aérea de Medill, na Flórida. Em tempo de guerra este número ascendeu a 541 mil.

Anteriormente à invasão iraquiana do Kuwait, em Agosto de 1990, a única força militar norte-americana estacionada na área era a frota para o Médio Oriente, composta por meia dúzia de navios e 2000 marinheiros. Encontra-se no Golfo desde o final da década de 40.

Responsáveis do Pentágono têm afirmado desde que a guerra acabou há um ano que não há intenção de manter forças aéreas ou terrestres permanentes na Arábia Saudita.

Um êxito português na Comunidade? Os esforços da Indonésia

Para Cavaco Silva, o êxito da diplomacia portuguesa foi pôr a Indonésia a trabalhar. Talvez este seja também um dos riscos que correm os estudantes do Lusitânia.

«Pela primeira vez, desde 1975, a Indonésia fez grandes esforços para contrariar a ofensiva diplomática portuguesa». Este o melhor resultado que para, Cavaco Silva, primeiro-ministro português, foi obtido pela diplomacia portuguesa junto da Comunidade Europeia: ao que parece, ter obrigado o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, a visitar uma série de capitais europeias para defender os pontos de vista do seu Governo.

Terá sido o suficiente para o primeiro-ministro considerar-se satisfeito com os seus parceiros da Europa dos doze ao fazer o balanço de dois meses de presidência

portuguesa da Comunidade. Portugal «conseguiu bastante nos últimos meses», disse Cavaco Silva, salientando que se mantém em «reanálise a cooperação da Comunidade com a Indonésia».

No final da semana passada, em Espanha, Ali Alatas, depois de se encontrar com membros do Governo do nosso país vizinho, tentaria provar uma alegada divisão da estratégia diplomática portuguesa ao afirmar que «o Governo Português quer uma solução para o problema de Timor mas os impedimentos vêm do Parlamento».

Alatas disse que «ouviu falar» de uma proposta do

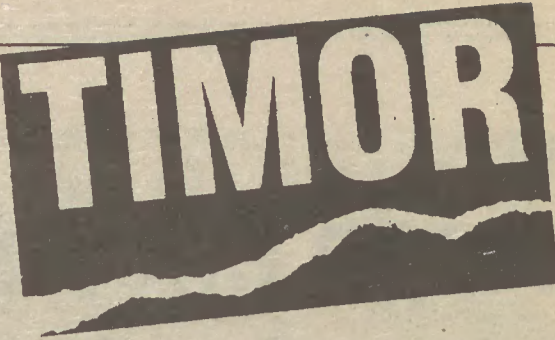
Governo português para o reinício de negociações tripartidas entre Portugal, a Indonésia e as Nações Unidas e, embora diga que não foi informado oficialmente, considerou que concordaria com essas negociações a nível superior.

Mas o ministro indonésio diria ainda que os problemas podem surgir se Portugal exigir a presença de uma representação da Fretilin que Alatas afirma ser «um partido entre quatro, que não representa a população de Timor». «Um acto de provocação» foi como Alatas considerou a viagem do Lusitânia Expresso.

Depois de alguns contratempos (financeiros segun-

do os promotores) que levaram ao adiamento por 24 horas a partida do avião de Lisboa, na Austrália estarão já os membros da missão «Paz em Timor» que aguardam que no próximo sábado chegue a Darwin o barco Lusitânia Expresso, para depois se proceder ao embarque de estudantes de 20 países, personalidades e jornalistas que rumarão em direcção a Díli a tentar um desembarque que a Indonésia já afirmou não ir permitir.

Na Austrália os timorenses ali residentes organizam uma recepção de boas-vindas aos membros da «Paz em Timor» enquanto informações de Díli dizem que ti-



morenses dos 13 distritos do território vão convergir para a capital quando o Lusitânia Expresso chegar.

Jakarta está a reforçar a presença militar em Timor, e embarcações militares patrulham as águas da região. Num comunicado, as forças armadas indonésias afirmam que protegerão a soberania, Indonésia e aplicarão a Lei Internacional à pretendida visita do navio português.

Rui Marques, promotor da iniciativa, diria entretanto que a missão «não é uma iniciativa suicida ou louca» e que o Lusitânia «parará se houver um bloqueio naval», sendo a sua finalidade a de alertar a comunidade internacional para a questão de Timor.

O Governo australiano tem condenado a missão «Paz em Timor», apesar de

afirmar que tratará o Lusitânia como outro barco qualquer, lançando alertas para «os perigos» da viagem. A oposição, sindicatos e a generalidade da imprensa local têm dado o seu apoio à iniciativa. Observadores receiam que o Governo australiano, que tem interesses comerciais na Indonésia, venha a pôr problemas para a safda do barco, levantando questões de segurança, documentação de passageiros ou condições de navegação.

No Lusitânia está assegurada a presença de estações de televisão da Austrália, Japão e Portugal e devem seguir viagem jovens estudantes timorenses, da Indonésia, Japão, Austrália, entre personalidades desses e outros países, como o ex-presidente da República Portuguesa, Ramalho Eanes.

Ximenes Belo e Carrascalão aconselham Indonésia

Coincidentemente, o bispo de Timor-Leste, D. Ximenes Belo e o Governador timorense nomeado pela Indonésia, Mário Carrascalão, prestaram declarações a dois órgãos de comunicação social diferentes (um jornal local e a agência LUSA, respectivamente) conhecidas terça-feira, defendendo a ideia de que a Indonésia deveria dar

autonomia ao território e mais liberdade de expressão à população. O bispo apelaria às autoridades para não suscitarem dos timorenses que adoptavam «modos de vida» baseados na cultura portuguesa, uma tradição de mais de quatro séculos; enquanto o Governador defende agora a instauração de um período de transição com a constituição

de um Governo «que contemple todos os interesses, incluindo os de Portugal, da Indonésia e das populações de Timor-Leste».

O período de transição é justificado por Carrascalão pelo «passado histórico de Timor-Leste, diferente de todas as outras regiões da Indonésia».

D. Ximenes Belo defende que os cargos locais de chefia sejam entregues à população local e aconselha o Governo indonésio a «aproximar-se dos timorenses de forma humana e não através do reforço de medidas de segurança» dizendo que se o massacre de 12 de Novembro se repete, «o problema nunca mais será resolvido».

Para reforçar posições no Parlamento Europeu Intergrupo sobre Timor aprova Declaração de Princípios

Os deputados portugueses de todas as forças partidárias nacionais que têm representação no Parlamento Europeu e que constituem a Comissão Organizadora do «Intergrupo sobre Timor-Leste» aprovaram uma declaração de princípios que tem como objectivo servir de base a contactos que conduzam a futuras adesões de outros deputados europeus ao Intergrupo e posterior escolha do presidente e *bureau* desta organização.

Na declaração de princípios, os deputados afirmam que a criação deste Intergrupo «responde a uma necessidade do Parlamento Europeu melhor conhecer e fundamentar as suas posições» sobre a situação de Timor-Leste, assinalando-se que o povo de Timor «tem uma identidade cultural secular, nascida numa vivência já anterior à chegada dos portugueses, e encontrou no contacto e interpenetração com a cultura portuguesa um reforço e uma continuidade para essa identidade específica e caracterizadora».

Por Portugal ser, à luz do direito internacional, a potência administrante do território, «pode afirmar-se que existe uma directa ligação com a Comunidade», embora, segundo sublinham os signatários, não se possa limitar este problema a «uma questão a derimir entre Portugal e a Indonésia» mas sim uma «questão a ter de ser derimida entre um Estado que viola o direito internacional e a Comunidade Internacional».

A luta do povo de Timor-Leste pela autodeterminação e pela liberdade tem resistido «perante atentados aos direitos humanos, perante deslocamentos de populações» e «até, perante o genocídio que procura apagar, do património da Humanidade, os sinais vivos de uma presença histórica, cultural», diz a declaração de princípios.

Entre os objectivos do Intergrupo está também conseguir que as posições do Parlamento Europeu sejam um contributo «e parte integrante» de uma posição internacional «para se exigir o

cumprimento de regras de direito internacional e de convivência humana», assinala o documento.

Ações de informação sobre a história e situação actual de Timor-Leste; debates, trocas de informação e perspectivas com as autoridades comunitárias e internacionais, portuguesas e indonésias, da região; encontros e debates com representantes do povo de Timor-Leste;

exercício de formas de pressão sobre os países da Comunidade e outros (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão) e ainda sobre diversas organizações internacionais com a finalidade de repor o direito internacional, impedir o genocídio e ajudar o processo de autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste; são actividades que o Intergrupo pretende levar a efeito.



Com risco de pena de morte

Timorenses começam a ser julgados domingo

Dois timorenses vão ser julgados pelas autoridades indonésias por terem participado na manifestação em Díli de Novembro passado, acusados de subversão, crime para o qual a Lei Indonésia prevê a morte como pena máxima.

A informação foi dada terça-feira pela TAPOL, uma organização de defesa dos Direitos Humanos, que afirma que o primeiro dos dois julgamentos começará no próximo domingo sendo o réu do jovem de 29 anos, Gregório da Cunha Saldanha, devendo começar alguns dias depois o de Francisco Miranda Branco, 41 anos.

Os acusados não podem escolher os seus advogados e a TAPOL considera que «não há qualquer justificação para os julgamentos. Os arguidos estavam a exercer o direito legal de manifestação em defesa da autodeterminação de Timor», apelando ao Governo Britânico para que intervenha junto da Indonésia para não concretizar os julgamentos que considera «viciados à partida» e para libertar estes e mais seis timorenses igualmente presos e à espera de julgamento.

A imprensa indonésia afirmou entretanto que a polícia em Timor-Leste libertou 24 dos 32 timorenses detidos após o massacre de 12 de Novembro, embora tenham de regularmente de apresentar-se às autoridades indonésias por serem considerados «suspeitos».

Estas informações são coincidentes no tempo com as fornecidas por Jakarta acerca da punição de dez oficiais e quatro soldados pelo seu papel no massacre do cemitério de Santa Cruz: três dos oficiais punidos foram expulsos das forças armadas, outros três serão sumariamente transferidos e verão o seu tempo de serviço prolongado enquanto outros quatro oficiais mais os quatro soldados serão levados a tribunal marcial.

Um inquérito indonésio ao massacre de Díli fez o balanço de 50 timorenses mortos e 90 feridos, embora testemunhas oculares dos acontecimentos elevem o número de vítimas mortais acima dos 100.

Estas informações fornecidas pelo Governo da Indonésia levaram já o porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Richard Boucher, a dizer que os Estados Unidos se sentem «encorajados pelos sérios esforços do Governo da Indonésia para corrigir o que reconhece ter sido um excessivo uso de força por unidades militares locais», o que constitui mais uma posição da administração Bush de apoio à Indonésia.

O anúncio indonésio coincidiu com a realização, em Washington, de uma audiência pública promovida pela Comissão de Relações Externas do Senado, presidida pelo Senador Clairbone Pell, uma semana depois da presença de uma delegação parlamentar portuguesa que tentou sensibilizar as autoridades norte-americanas para a questão de Timor.

Pell foi o único senador presente e o Departamento de Estado não se fez representar, pelo que a audiência foi adiada.

A PGA ferida de morte

A movimentação dos estudantes do ensino secundário pela anulação e abolição desta prova absurda e realmente misantrópica, que percorre Portugal de norte a sul, do continente às regiões autónomas, assume uma dimensão e um impacte nacionais que ninguém pode silenciar e a que ninguém pode ficar indiferente.

A transparência dos objectivos assumidos pelos estudantes, a alegria contagiante que tem caracterizado as suas formas de luta e a fraternidade que une os jovens que participam nas manifestações que ocorrem por todo o País, são, só por si, um exemplo de maturidade cívica dos jovens portugueses e revelam a confiança e a determinação de quem sabe que tem a razão do seu lado e de quem acredita que, com a sua acção, conseguirá obter uma solução mais justa para o acesso ao ensino superior.

A contrastar com a seriedade com que os estudantes exprimem as suas opiniões e se propõem dialogar francamente para encontrar um sistema mais justo para o Acesso ao Ensino Superior, o Governo PSD foge ao diálogo sério, e na falta de boas razões, ensaia manobras de diversão e manipula argumentos, procurando, através de mentiras e manobras de baixa política, confundir e desmobilizar o movimento estudantil.

A incomodidade e a má consciência do Governo, do PSD e da JSD, têm causas evidentes. Depois de terem inventado a PGA, depois de a Assembleia da República terem votado contra um Projecto de Lei do PCP que propunha a sua abolição e a adopção de um sistema alternativo; depois de ter esgotado todos os argumentos a defender a justiça e os méritos de semelhante prova, são confrontados com a completa falência do sistema assente na PGA.

A condenação generalizada da Prova Geral de Acesso não se restringe, como o PSD quer fazer ver, a criticar conjunturas sobre a sua elaboração, mas incide sobre a sua própria existência sobre os pressupostos em que assenta a sua realização.

É uma evidência que uma prova como a PGA, que não se destina a avaliar a aprendizagem escolar, mas que faz exclusivamente apelo a conhecimentos adquiridos no meio extra-escolar, não tem outro objectivo que não seja o de seleccionar em função da origem social, potenciando o efeito das desigualdades sociais sobre as possibilidades reais de acesso ao ensino superior.

Está comprovado pela recolha de dados credíveis, que não há qualquer relação das classificações obtidas na PGA com as classificações obtidas pelos mesmos alunos, quer no ensino secundário, quer no ensino superior.

Só não vê quem não quer

ver que a PGA contraria o que dispõe a Lei de Bases do Sistema Educativo sobre o acesso ao ensino superior e é mais um expediente a que o Governo recorreu para garantir clientela para o Ensino Superior Privado.

Tornou-se claro que a PGA é uma prova aleatória, uma lotaria, uma rasteira sem sentido e que não resta ao Governo outra solução digna que não seja anular a PGA deste ano e aceitar um debate sério e responsável sobre o regime de acesso ao ensino superior.

O consenso que se gerou em torno destas reivindicações lançou o pânico que é visível entre o Governo, o PSD e a JSD, defensores de sempre da PGA. De tal modo que, confrontados com a aptidão dos protestos anti-PGA, tentam, com manhas de contorcimento político, manter as suas posições, quando da defesa exaltada da PGA, à condenação do júri e daí ao reconhecimento de alguns defeitos onde até aqui só havia virtudes e à defesa, já não da PGA, mas de uma PG-de-qualquer-coisa cuja diferença ninguém sabe explicar.

A argumentação esfarrapada e os métodos baixos



supostamente independentes, que deram a cara em defesa da PGA, no momento em que a JSD começa a não ter cara para o fazer frontalmente, não merece, sequer, ser levada a sério.

O que importa desmascarar é a atitude de, face à pressão estudantil, começar a criticar a PGA deste ano, defendendo no entanto a sua validade e defender a continuação da PGA ou algo semelhante e a enfatizar os seus supostos méritos e virtudes.

Tornou-se claro que a PGA é uma prova aleatória, uma lotaria, uma rasteira sem sentido e que não resta ao Governo outra solução digna que não seja anulá-la

um sistema justo, é porque nenhum pode ser, nem nunca o será. Talvez nem o próprio júri se atrevesse a tanto.

Desta tirada, fica o pobre argumento de que mais injusto que a PGA seria o sistema anterior, quando o PSD e a JSD nunca se opu-

PGA. Importa deixar bem claro que a atitude do Governo de não querer dar ouvidos aos estudantes e de continuar a defender a PGA ou algo semelhante contra tudo e contra todos não se deve apenas ao ministro da Educação, mas sobretudo ao Primeiro-

disso dependendo a sua eventual anulação, das duas uma: ou não está a ser sério, ou revela uma ignorância científica e pedagógica que é incompatível com as funções que desempenha.

Quando o secretário de Estado do Sistema Educativo afirma, aos estudantes que com ele se reúnem, que a alteração do sistema de acesso ao Ensino Superior não é da competência do Governo mas sim da Assembleia da República, por implicar uma alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, sabe que está a mentir.

Sabe que está a mentir, porque a PGA foi criada, exclusivamente, pelo Governo Cavaco Silva sem qualquer interferência da Assembleia da República, porque sabe que o Governo pode, se quiser, abolir e anular a PGA e porque sabe que a PGA não está prevista, nem pressuposta, na Lei de bases do Sistema Educativo.

Mais: o secretário de Estado sabe que o Governo pode anular a PGA deste ano e adoptar um regime de acesso para o próximo ano, ainda que transitório, sem que daí decorram prejuízos seja para quem for.

Mas tem razão, numa coisa, o secretário de Estado: é que a Assembleia da República pode, se quiser, acabar com a PGA. Desde Novembro que está para discussão um Projecto de Lei do PCP que extingue a PGA e cria um novo regime de acesso ao ensino superior.

O Governo faz por ocultar este facto porque sabe que a PGA não é inevitável e que o PCP tem uma proposta concreta, responsável, alternativa, de um sistema de acesso ao ensino superior mais justo e onde a PGA não tem lugar.

■ António Filipe



com que o PSD, a JSD e o Governo têm procurado sustentar a manutenção da PGA e confundir os estudantes, são tão infundados e caricatos como o conteúdo da própria prova e merecem figurar em antologias da hipocrisia política.

A instrumentalização grotesca de 7 cavaquinhos,

Um exemplo esclarecedor de verdadeira face da JSD deu-o o seu presidente na Assembleia da República, há cerca de 2 meses, quando afirmou que a PGA «não só não é uma fonte de graves injustiças, como veio corrigir algumas do anterior sistema», e quando considerou que a PGA, se não é

seram ao sistema anterior e quando o seu elemento fundamental — o *numerus clausus* —, se mantém intacto no actual sistema.

O ministro Diamantino Durão não passa de um executor da política de Cavaco Silva para a Educação. É o Primeiro-Ministro o primeiro responsável pela

-Ministro Cavaco Silva, que por isso mesmo não quer assumir o papel odioso nesta matéria. Mas quando um ministro da Educação, conhecendo o conteúdo, a natureza e os resultados da PGA, exige aos estudantes que lhe apresentem «provas científicas» que ponham em causa a validade da prova,

No pelotão de trás

O Grupo de Estudos para a Política Desportiva junto do CC do PCP promoveu na semana passada uma conferência de imprensa para divulgar a sua posição sobre algumas medidas recentes do Governo PSD, sobre o Orçamento para o Desporto, a situação da Alta Competição e a participação portuguesa nos Jogos Olímpicos de Barcelona e ainda sobre a situação preocupante do Desporto Escolar. Na sessão em que foi distribuído o texto que publicamos, participaram Carlos Rabaçal, da CEN do PCP, António Vilela, Rogério Mota e Costa Lourenço, do Grupo de Estudos para a Política Desportiva.

1. O actual governo PSD faz gala em manter a tradição de incapacidade dos seus antecessores na condução da acção governativa na área do desporto.

De facto não é visível nem no programa do Governo, nem nas medidas mais recentes, nem no Orçamento de Estado uma perspectiva mais larga, global e integrada do desenvolvimento desportivo do País. Após mais de uma década de responsabilidade da pasta do Desporto (cumprindo pelo menos um ciclo olímpico e meio - 6 anos, a governar sozinho) o PSD e os seus governos foram e continuam a ser incapazes de tomar uma única medida, de projectar uma única acção que aponte para o alargamento e democratização da prática desportiva, para criar condições de infra-estruturas, de apoio técnico, de apoio médico e de formação, para o desenvolvimento harmonioso do sistema desportivo.

Ao contrário, pela acção continuada dos governos PSD, nos últimos anos o número de praticantes desportivos decresceu, estagnou ou sofreu crescimentos percentuais mínimos, conforme a modalidade ou a região, colocando-nos no pelotão de trás a largas milhas dos outros países da CEE nesta área (na última década - 80/90 - o número de praticantes desportivos cresceu em Inglaterra 15% a 20%, em Espanha 40% e em França duplicou).



Entretanto o défice de instalações desportivas traduzido em dinheiro que se cifrava em 1988 no valor de 140 milhões de contos, estima-se hoje em 300 milhões de contos. A área desportiva por habitante continua baixíssima sendo em Portugal de 2,2 m² enquanto a média noutros países europeus é de 4 m².

2. O Grupo de Estudos para a Política Desportiva considera que a acção negativa do Governo PSD tem nesta área a sua tradução prática nas medidas tomadas pelo secretário de Estado dos Desportos de que se destacam três exemplos:

— Foi dissolvida a Comissão do Programa Integrado de Desenvolvimento Desportivo (PROIDD) cuja actividade acabou por pôr a nu o carácter pontual e inconsequente da política do governo anterior e apontava soluções de investimento, no desenvolvimento desportivo, claramente em choque com a política também pontual e avulsa que o actual governo procura implementar.

— Foi dissolvida e reconstituída (alargada no dizer do Governo), a Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Sistema Desportivo com o único objectivo de lhe alterar a composição assegurando uma forte participação do Governo (35,7% do total dos membros da Comissão), numa clara linha de governamentalização e controlo de todo o processo de análise, avaliação e regulamentação do sistema desportivo.

Um ano após a publicação do DL n.º 95/91, de 26 de Fevereiro, que veio estabelecer o regime jurídico da Edu-

cação Física e Desporto Escolar o Governo, por despacho ministerial, considera que «não se encontra ainda suficientemente definido o modelo conceptual, institucional e orgânico do desporto escolar» e que «não estão criadas as condições administrativas, pedagógicas e materiais previstas no referido DL e necessárias à sua aplicação».

O resultado prático desta medida é a paralisação ilegal do DL 95/91, a confusão total nas escolas, e a eventual poupança por parte do Governo, dos 15% do Fundo de Fomento Desportivo que cabem ao Desporto Escolar, prefazendo este ano cerca de 1 milhão e 500 mil contos, sendo os estudantes portugueses os únicos prejudicados por este processo.

É assim urgente que se criem as condições indispensáveis para a prática generalizada, regular e continuada do Desporto Escolar pelos estudantes portugueses, direito que ao longo dos anos lhe vem sendo sonogado.

3. O Orçamento de Estado para 1992 reflecte com rigor a política do Governo PSD para a área do desporto. Não aponta para uma perspectiva de desenvolvimento desportivo. Não permite alterar a situação de crescente agravamento do défice de instalações desportivas. Mantém uma situação de desinvestimento crescente na actividade desportiva sendo que, cada vez mais, «quem quer praticar desporto que o pague» é a consigna oficial.

Para além de representar uma parcela ínfima do Orçamento do Ministério da Educação (12 milhões de contos em 646 milhões) e uma percentagem insignificante do PIB (0,1% enquanto a média dos outros países da CEE é de 2,5 a 3%), o Orçamento de Estado para a área do Desporto subsiste ainda, no fundamental, à custa da suas próprias receitas.

Importa referir que o aumento percentual da participação do OE será de 4,3%, de 1991 para 1992, quando havia sido de 6,2% de 1990 para 1991.

A comparticipação do Orçamento de Estado no orçamento de funcionamento do desporto será, em 1992, da ordem de 1 milhão 683 mil e 700 contos (verba inferior a

um dia de despesa do Ministério da Educação), à qual se somam 8 869 440 contos de receitas próprias.

Estes dados revelam a profunda insuficiência da despesa pública com o Desporto e mesmo uma evolução negativa do OE para o desporto mas sobretudo a manutenção do orçamento do desporto a níveis perfeitamente irrisórios (que o corte de mais de 50 milhões de contos no FEF irá agravar criando novas dificuldades ao poder local também no seu investimento na área do desporto).

O investimento da Direcção Geral do Ordenamento do Território (DGOT) em equipamentos desportivos baixará em 1992. O Programa RIID (Rede Integrada de

O Grupo de Estudos para a Política Desportiva considera indispensável alargar o debate sobre a análise da situação do desporto nacional e sobre as soluções necessárias. Neste sentido decidiu promover um Seminário do PCP sobre os Problemas do Desporto no dia 16 de Maio de 1992. Este grupo de estudos apela ainda à comunicação social (televisão, rádio e imprensa) para que se realize um debate amplo e plural sobre o presente e o futuro do desporto no nosso país, debate para o qual o PCP manifesta desde já a sua disponibilidade para dar o seu melhor contributo.

Infra-Estruturas Desportivas) registará uma evolução que não é significativa. Desconhece-se ainda o futuro da Nave Desportiva do Jamor e são legítimas todas as dúvidas quanto à data da sua concretização.

Tendo em conta que o essencial do orçamento do desporto, traduzido em receitas próprias, corresponde aos dinheiros do Fundo de Fomento Desportivo, é indispensável que este deixe de funcionar como um enorme «saco azul» gerido ao sabor das opções do Governo, e que sejam definidos critérios de atribuição de verbas, públicas e transparentes e que a atribuição dos dinheiros seja acompanhada por um organismo com a participação do movimento associativo.

Considera-se ainda indispensável que o orçamento do desporto cresça para níveis percentuais do PIB, próximos das percentagens dos outros países da CEE.

4. Na sequência dos Jogos Olímpicos de Seul foram assumidos um conjunto de compromissos por parte do Governo, tendo em conta a participação portuguesa quatro anos depois nos Jogos Olímpicos de Barcelona, no Verão de 1992.

Nenhum dos compromissos assumidos foi cumprido:

- as pistas de sintético não foram construídas;
- Portugal continua a não ter uma piscina olímpica coberta obrigando os nossos nadadores a estagiarem em Espanha;

- a nave do Jamor não foi construída;
- as obras do Estádio Universitário marcam passo;
- o Centro de Alto Rendimento Desportivo (CARD), cuja presidência foi oferecida ao Professor Moniz Pereira pelo ministro Roberto Carneiro (em homenagem nacional que lhe foi promovida) faliu por falta de condições para avançar e é já um projecto abandonado;

- o plano quadrienal de preparação olímpica ainda não começou a cinco meses dos jogos;
- o Estatuto de Alta Competição, legislação ainda não completamente regulamentada, logo sem mecanismos de aplicação prática, leva a que os atletas tenham problemas laborais, chumbem nos cursos ou deixem de estudar para se prepararem, os dirigentes e particularmente os técnicos têm inúmeras dificuldades laborais para acompanharem os seus atletas, é quase impossível assegurar o acompanhamento médico por falta de libertação dos médicos;

- o seguro desportivo revela-se insuficiente para assegurar a recuperação de atletas com lesões graves ou prolongadas;

- os prometidos apoios ao movimento associativo, a conta-gotas e insuficientes, não permitiram uma planificação adequada ou dar cumprimento às planificações estabelecidas pelas federações, havendo ainda dinheiros em atraso no apoio às actividades normais;
- não há uma concepção de apoio ao processo da Alta Competição globalmente considerado, desde a captação ao desenvolvimento e preparação de atletas mais jovens com o objectivo de evoluírem ao longo dos anos (1, 2 ou 3 ciclos olímpicos) para performances mais elevadas;

- finalmente, os 500 mil contos recentemente disponibilizados para a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos, sendo um contributo tardio, permite apesar de tudo a participação dos atletas portugueses em estágios, provas para obtenção dos mínimos e pagar investimentos já realizados pelo movimento associativo ao longo deste tempo.

Não se compreende a auto-satisfação dos governantes face à disponibilização destas verbas, quando o que de facto acontece é que por um lado foram sonogados ao longo destes anos alguns milhões de contos que seriam indispensáveis para uma preparação olímpica adequada, em condições e ao nível dos outros países europeus, e, por outro lado, a cinco meses dos jogos bem que se poderia pôr todo o Orçamento de Estado ao serviço da chamada preparação olímpica que os resultados não seriam muito diferentes. É significativo o facto de um dos nomes prestigiados do desporto nacional ter considerado que a preparação olímpica para Barcelona-92 é semelhante à de 1947.

O que está em causa é a completa incapacidade dos sucessivos responsáveis do desporto (todos do PSD há mais de uma década) em perceber o fenómeno desportivo e as suas necessidades e a completa ausência de um plano de desenvolvimento do desporto de Alta Competição, de profundo interesse nacional com uma visão larga, envolvendo 2 ou 3 ciclos olímpicos, capaz de potenciar meios, seleccionar e promover valores e alterar de forma decisiva a situação da Alta Competição em Portugal.

O Grupo de Estudos para a Política Desportiva considera que é em 1992 que se deverá iniciar a preparação olímpica para 1996 e as bases para a participação nas olimpíadas do ano 2000 e que é urgente dar passos nesse sentido.

O Grupo de Estudos para a Política Desportiva junto do Comité Central do PCP



Tem a palavra o povo da Grã-Bretanha

■ **Manoel de Lencastre**

Quem estiver interessado em conhecer, antecipadamente, a data das eleições gerais britânicas, dirija-se ao Palácio de Belém em Lisboa. Aí, mora a ansiedade, a frustração, o desespero. Porque, com efeito, ainda que nada tenha sido, oficialmente anunciado, supõe-se que as eleições para o parlamento de Westminster venham a ser marcadas para 9 de Abril, o que não permitirá ao «establishment» político a perda de tempo que a visita do Estado do Dr. Mário Soares ocasionaria. Esta visita estava programada para realizar-se de 31 de Março a 3 de Abril próximos. Os altos interesses britânicos não se condoem com as nervosas objecções da Presidência da República Portuguesa. A visita do Dr. Mário Soares fica cancelada. Os chás com a rainha mãe e em Buckingham Palace deixam de poder realizar-se. «Sorry»...

Eleições. Tempo de verdade? Hora de esclarecimento. O povo destas ilhas irá em breve pronunciar-se. Para reconduzir ao poder um Partido Trabalhista cujas últimas administrações (Harold Wilaen o James Callaghan) fizeram cair a Grã-Bretanha na indiferença e na incerteza quanto ao seu futuro dando lugar à catastrófica chegada ao poder de Margaret Hilda Thatcher?

Para reeleger os conservadores que, sob o automático sorriso de John Major, procuram através de múltiplas promessas de última hora e de falsas avaliações da situação económica reconquistar a credibilidade perdida? O povo britânico chegou a uma encruzilhada decisiva no seu destino.

Os resultados estão à vista

A verdade é que a situação social, política, económica e financeira, em nada favorece os conservadores, actualmente no poder. Eles empurraram o país para a mais grave crise que aqui se conheceu desde os sombrios anos 30. Com que autoridade pretendem obter do povo um novo mandato? O declínio do «output» da indústria transformadora britânica voltou a ver-se confirmado. O «Central Statistical Office» acaba de revelar que a quebra do produto nacional bruto (GDP), 2,5% em 1991, foi a maior que se verificou desde que existem estatísticas neste país. O desemprego subiu para 2 673 864. O encerramento de fábricas e empresas de todos os tipos constitui uma carnificina no conjunto do tecido económico britânico. Nada menos de 200 famílias, em cada semana, encontram-se obrigadas a entregar aos Bancos as respectivas casas de habitação. Estes entretanto, acabam de divulgar os seus relatórios — as dívidas duvidosas (dos clientes que não pagaram) representam a astronómica quantia de £ 5 biliões, ou sejam, um bilião e duzentos e setenta milhões de contos).

Milhões de pessoas vivem sob o aterrador espectro das dívidas. As questões financeiras dominam o viver deste povo. Assumem, na vida de cada um, uma extraordinariamente desproporcionada importância. Afogam as pessoas.

Os thatcheristas transformaram a Inglaterra numa questão simples: num mercado. Cada cidadão é uma fracção do mercado, uma unidade de consumo, de aquisições, de força geradora de lucros. Agora, os resultados estão à vista. Nem vale a pena repetirmos os prejuízos da «Ford» 590 milhões — o grande desastre das companhias de seguros (4,5 biliões) ou a catástrofe em que operam as grandes companhias do ramo da construção civil (Laing, Tarmac, Wimpey, Taylor Woodrow) cujas perdas ascendem a £3,5 biliões. Os «buracos» no sistema financeiro surgem dos mais diversos sectores e ascendem a centenas de biliões de libras. As companhias encerram. Os cidadãos não pagam. Todo o sistema sofre. A catástrofe generaliza-se.

Apesar de recente, a passagem de Margaret Thatcher pelo poder, em Downing Street, já se inscreve na História do nosso tempo como tendo dado origem ao maior cataclismo económico que a Grã-Bretanha conheceu e cujas consequências mal começam, agora, a revelar-se. Por isso a mandaram embora. O povo britânico, consequentemente, tentará dar resposta às graves questões que o cercam quando, a 9 de Abril (se não se registarem outros adiamentos) for chamado às urnas para eleger a nova Câmara dos Comuns e, aí, o novo governo. O ambiente, parece-nos, está consolidado numa inevitável direcção: a de que se torna necessário mudar de governo.

New Hampshire: cartas na mesa

O New Hampshire tem sido desde sempre o estado americano cujas eleições primárias costumam definir melhor o estado de espírito do eleitorado dos Estados Unidos. Aí, recentemente, os americanos fizeram saber a George Bush o que, na realidade, pensam dele como homem e como presidente. A situação, de facto, não podia ser mais clara e é por isso que o sentido do voto, naquele Estado, se regista sempre com toda a atenção. Vejamos as realidades do New Hampshire tomando como base certos valores estatísticos cobrindo o período de 1988 a 1991: o desemprego subiu de 2,4% para 7,2 da mão-de-obra activa; as falências registadas oficialmente, de 835 para 3,848; as falências dos Bancos, de 0 para 14; os preços das casas de habitação desceram, em média, de US\$138 134 para US\$119 651; a construção

de novas casas caiu de 12 313 para 4850. Quanto ao número de pessoas dependentes de subsídios estatais de alimentação, esse subiu de 18 851 para 51 893.

Alegrias de Espanha sofreres do mundo

Estão publicados os números referentes aos registos de automóveis novos durante o mês de Janeiro de 1992, nos principais países europeus. Dizem-nos alguma coisa. Assim, a Alemanha registou 308 000 novos carros (-3,8% em relação a Janeiro de 1991); a Itália, 235 000 (-2,4%); a França, 180 000 (+0,1%); o Reino Unido, 154 000 (-6%); a Espanha, finalmente, 86 000 (+31,5%). O futuro (ou o pecado), como se vê, mora mesmo ao nosso lado. E dá vontade de gritar: «Arriba Espanha!»

Últimas notícias: a «Nissan», o grande império japonês da indústria automóvel, vai declarar quebras nos seus lucros de, sensivelmente, 58%. A «Norak», grupo norueguês do sector da informática, registou prejuízos de N.Kr. 810 milhões (17 milhões de contos); a «Saab» (automóveis e aviões) vai, a conselho dos seus principais accionistas, a General Motors, começar a vender as suas próprias agências de distribuição a fim de realizar receitas extras que permitam atenuar os gigantescos prejuízos; o «Bikuben», o primeiro dos grandes Bancos dinamarqueses a publicar os resultados de 1991, teve de fazer provisões contra as malditas dívidas duvidosas que se cifraram em muitos milhões de contos e deram lugar a um prejuízo final de US\$317 000. Os restantes Bancos dinamarqueses, o Unibank (formado por fusão do Privatbanken, do SDS e do Andelsbanken) e o Den Danske Bank já disseram que os respectivos resultados não serão de molde a aliviar a tensão que vai pelo mundo dos Bancos escandinavos. O Unibank, particularmente, parece que não consegue convencer a praça quanto à qualidade dos valores activos inscritos no seu balanço.

Assim, olhando com horror a situação de toda a Banca internacional, não podemos senão reflectir no que nos foi dito, há dias, por um dos funcionários do Banco Borges, de Lisboa:

«Se fosse feita uma auditoria competente aos Bancos portugueses, meu caro senhor, estaríamos todos falidos» o que nos leva a, dando liberdade aos nossos sentimentos e à nossa visão dos acontecimentos, concluir:

Comunistas! Nestes tempos difíceis em que alguns se deixaram apossar pelo desânimo, novas bandeiras de vitória surgem no horizonte: conquistem-nas!

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

A nau do consenso

Cá vai a Nau do Consenso que tem muito que contar. Ouvi agora senhores mil histórias de pasmar...

Estes ministros somente Cavaco os pôde inventar: o fracote que é Valente Mira de pouco mirar Nogueira que não dá nozes Durão que não vai durar mais o Pinheiro sem pinha mais o Braga a desbragar e o Cavaco a tocar a flauta para a quadrilha dançar...

A Nau do Consenso em perigo em perigo no alto mar...

— Acima, acima, gageiro, acima ao mastro real Que novas me dás da Europa?

— Vejo dinheiro a chegar envolto em mil danações que nos podem azedar. Eles bebem nossas terras eles comem nosso mar eles são ricos e os ricos tiram, parecendo dar...

— E que mais vês tu gageiro nas manhas do concertar? — Vejo um Torres Couto um coito contranatura brindar e a figueira em que se há-de em que se há-de enforcar já o Cavaco, o Braga e a HIP já a mandaram plantar ele já está pendurado e diz-nos que está a dançar...

— Cá vai a Nau do Consenso nas ondas do alto mar. Gageiro de olhar desperto que vês tu, para contar? — Vejo os professores contra sem vontade de ensinar. Vejo os alunos zangados pois os querem amestrar. Estão contra os funcionários pois os querem enganar. Doutores e pescadores prontos a escavar. Dizem não os magistrados no alto do alto julgar. Estão fartos os polícias com quem andam a mangar: todo um povo levantado contrário ao mau governar...

E assim Cavaco mordente com as facas a amolar vê a sua Nau do Consenso de repente a naufragar...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Os milhões dos ricos

A partir do ano 2000, a CEE canalizará para os países do Terceiro Mundo uma ajuda anual de 5000 milhões de contos com o exposto objectivo de os «ajudar a desenvolver-se sem que para isso tenham de destruir o ambiente».

Mesmo numa viagem historicamente superficial das relações que, ao longo dos últimos séculos, têm pautado os países que hoje integram a CEE com o referido «Terceiro Mundo», é no mínimo surpreendente esta preocupação. Que se saiba, foi a Grã-Bretanha que, da Índia ao Afeganistão, do Quênia e da Rodésia ao protectorado na China, que começou por destruir o ambiente do Terceiro Mundo, à compita com a Holanda na África do Sul, à França no Vietname, a Portugal no mundo em geral, à Alemanha em Tanganica e mais uns sudestes, à Itália no Norte de África, à Espanha nas terras dos Pinochet, à Bélgica mesmo, imagine-se, no Congo Belga e por aí fora, que não estamos aqui com rigores científicos, acrescentando a estes prodígios as potências subsidiárias de todo este «desbravar» europeu, com relevo óbvio para os EUA, onde o «Terceiro Mundo», nos últimos 100 anos, foi glória de descoberta e pasto de esmifranço até ao tutano pelas agora tão preocupadas potências ocidentais, aliás autoproclamadas de «Primeiro Mundo». Dissemos surpreendente, mas talvez não seja tanto assim. Afinal estes milhões todos da CEE para que o

Terceiro Mundo «não destrua o ambiente» configurarão, na melhor das hipóteses, 0,7% do Produto Nacional Bruto (PNB) de todos os seus membros, uma bagatela provavelmente logo recuperada na campanha que, entretanto, será necessário promover para explicar a «ajuda».

Os três perigos

Vale sempre a pena ouvir ou ler o que têm a dizer os reacçãoários ou os seus lacaios, sobretudo quando eles se consideram vencedores, isto é, livres das pressões que os obrigavam a parecer democratas. Veja-se a entrevista que o «Diário de Notícias» publicou no sábado passado, em exclusivo com «L'Express», ao antigo chefe da CIA, William Colby. Afastado - não por indecente e má figura - da direcção daquela central de espionagem dos EUA, e quando o essencial da batalha em que se empenhou parece ganho, Colby já pode falar mais abertamente. Depois de afirmar que, embora tenha criado redes de agentes treinados e esconderijos de armas em vários países para «resistir a uma invasão» por parte da URSS, pretende não estar ao corrente das actividades fascistas da Gládio, mas acha que a criação desta organização «é a sequência lógica do que tínhamos organizado»...

Era tudo para «defender a Europa», diz ele. Porque a Europa «defrontava-se com três perigos: o primeiro era o Exército Vermelho (...). O segundo era o colapso económico(...)». E o terceiro

perigo era o da subversão política. Donde as nossas actividades políticas. Mas nunca fizemos nada que prejudicasse a democracia»...

«Derrotas» e assassínios

«Apenas ajudávamos os democratas», disse Colby, recusando que se tivesse imiscuído na política italiana. Davam dinheiro aos partidos do «centro» para contrariar as ajudas da URSS aos PC's europeus. E infiltravam agentes nesses partidos «para ter uma ideia do que lá se passava». Os resultados dessa prática parecem ter sido satisfatórios em alguns casos...

Mas, «democraticamente», não se ficavam pelas informações. Colby confessa - ou admite - que Nixon ordenou à CIA para «derrotar Allende» no Chile. E, apesar de aparentar uma atitude crítica perante as ideias e as iniciativas dos antigos presidentes dos EUA, o ex-chefe da CIA poupa a sua antiga agência e defende o sistema em que ela foi criada. Coitados, os ciáticos não conseguiram derrotar o Presidente eleito do Chile, a culpa foi só de Pinochet...

Quanto aos assassinatos políticos, a «verdade» é que foram feitas «tentativas contra Castro». E que sabiam de Trujillo. E que «teve a intenção de envenenar Patrice Lumumba. Mas renunciou a isso»...

Agora, a CIA já pode prescindir dessas actividades «democráticas», diz ele. Talvez se engane.

frases da Semana

«(...) neste momento, as sanções económicas são necessárias para manter a pressão sobre o Governo, que, com o ressurgimento da extrema-direita, está a ser instigado a andar muito devagar ou mesmo a abandonar o processo de transição»

☞ (Nelson Mandela, «Expresso-Internacional», 29.02.92)

«Só haverá União Política Europeia com união económica e com uma política de defesa comum»

☞ (João de Deus Pinheiro — «Público», 1.03.92)

«Sucesso da CEE depende dos baixos salários»

☞ (Alain Minc, V Conferência do Semanário Económico — «Correio da Manhã», 29.02.92)

«Sou baixo mas não sou o Marques Mendes»

☞ (Nuno Brederode dos Santos, no Congresso do PS — «Expresso-Revista», 29.02.92)

«O nome PGA não me diz nada...»

☞ (Diamantino Durão — «Expresso», 29.02.92)

«Se perder, manter-me-ei no partido enquanto for aquele que eu ajudei a fundar»

☞ (Basilio Horta — «Público», 1.03.92)

«Cavaco deixa que Moniz mande mais que ele»

(Helena Roseta — «O Jornal», 28.02.92)

«O PSD que se cuide: vem aí o Partido Socialista!»

☞ (Jaime Gama, na AR — «Expresso», 29.02.92)

«Há marcelismo no ar!»

☞ (António Barreto — «Público», 1.03.92)

«Vaticano «está feito» com Braga de Macedo»

☞ (Título do «Correio da Manhã», 29.02.92)

Agenda

Quinta, 5

● ALMADA

Inauguração de uma exposição sobre o 71º aniversário do PCP no Centro de Trabalho concelhio de Almada.

● S. DOMINGOS DE RANA

Plenário de Reformados da Organização da Freguesia: no Centro de Trabalho de Tires com início às 15.30.

● SETÚBAL

Plenário da célula dos Professores: às 21.00 no CT concelhio.

Sexta, 6

● ALMADA

Confraternização comemorativa do aniversário do PCP no Refeitório da Lisnave, à hora do almoço, organizada pela célula do Partido na empresa.

● BARREIRO

Convívio no Centro de Trabalho da Freguesia do Barreiro, com a presença do camarada Dias Lourenço. A partir das 14.30.

● BRAGA

Jantar comemorativo no CAT da Segurança Social de Braga (R. de S. Marcos).

● FARO

Sessão comemorativa em Odeceixe; jantar-convívio em Tavira.

● GRÂNDOLA

Colóquio no salão da Biblioteca de Grândola, com início às 21.00. Participa o camarada Luís Sá.

● ÍLHAVO

Jantar comemorativo, com a participação do camarada Sérgio Teixeira. Às 19.00.

● LISBOA

Comício comemorativo do 71º aniversário do PCP, promovido pela DORL: às 21.30, no Pavilhão Carlos Lopes, com a participação do camarada Álvaro Cunhal.

● PORTO

Jantar comemorativo do aniversário do Partido, promovido pela DORP, com a participação do camarada Jorge Araújo: às 20.00, no Hotel Tuela.

● SANTIAGO DO CACÉM

Sessão comemorativa em Cercal do Alentejo, com a participação do camarada António Casarrinha. Às 15.00

Sessão comemorativa no Centro de Trabalho de Alvalade do Sado. Às 21.00.

● SEIXAL

Início da Jornada de Propaganda 71º aniversário em todo o concelho.

Plenário da célula da Siderurgia Nacional em Paio Pires - às 18.00.

Reunião-convívio promovida pela Comissão Concelhia do Seixal: às 21.30 no Centro de Trabalho.

Convívio-festa em Corroios. No Centro de Trabalho local, a partir das 21.00.

● SETÚBAL

Jantar-convívio comemorativo do aniversário do Partido, promovido pela Comissão Concelhia, com a participação do camarada José Soeiro: às 20.00, no restaurante «O Quintal» (Av. da Portela).

Sábado, 7

● ALCÁCER DO SAL

Sessão em Casa-

● ALMADA

Almoço comemorativo do 71º aniversário do PCP organizado pela Comissão de Freguesia da Trafaria, no Restaurante Pragal, com a participação da camarada Conceição Moraes.

Jantar comemorativo organizado pela Comissão de Freguesia do Pragal.

● AVEIRO

Assembleia da Organização Concelhia: às 15.00, na Esc. Secundária Homem Cristo, com a participação do camarada José Casanova.

Jantar comemorativo do aniversário do Partido, igualmente com a presença do camarada José Casanova: às 19.00, no restaurante das Feiras (recinto da Feira de Março).

● BARCELOS

Jantar comemorativo no Centro de Trabalho.

● BARREIRO

Almoço-convívio no Restaurante Nicola, com a presença do camarada Álvaro Cunhal.

● BARREIRO

Convívio no Cen-

tro de Trabalho, com a participação da camarada Helena Medina.

● ESPINHO

Jantar comemorativo com a participação do camarada Carlos Aboim Inglês: às 19.30, no salão da Piscina-Solário Atlântico.

● ESPOSENDE

Assembleia da Organização Concelhia: na cantina da Escola Primária, às 17.00.

Jantar comemorativo no Restaurante Frendy.

● FARO

Jantares comemorativos em Monchique e Odeceixe.

● GAIA

Jantar comemorativo no restaurante «Monumental» (R. António Correia de Carvalho, 176, junto ao Jardim Soares dos Reis), com a participação do camarada Emídio Ribeiro.

● GUARDA

Lanche-convívio comemorativo do aniversário do Partido, com a participação do camarada Armando Moraes. A partir das 15.00 no Centro de Trabalho.

● MACEDO DE CAVALEIROS

Reunião de militantes do concelho, com a participação do camarada Serafim Brás. Às 21.00 no Centro de Trabalho.

● MAIA

Jantar-convívio comemorativo no restaurante «O Feiticeiro», com a participação do camarada Agostinho Lopes. Música ao vivo com o «Duo Som+». A partir das 20.00.

● MATOSINHOS

Debate sobre o tema «Ser Comunista Hoje» com a participação do camarada Vidal Pinto. Às 15.00. Cerca das 19.00 haverá um jantar-volante.

● MOITA

Almoço-convívio no CT da Baixa da Banheira com a presença do camarada Domingos Abrantes.

Assembleia da Organização da freguesia de Baixa da Banheira. Com a participação do camarada Domingos Abrantes.

● OVAR

Jantar comemorativo com a participação do camarada Joaquim Gomes: às

20.00, no Restaurante Fonseca.

● PAREDES

Jantar comemorativo no restaurante «Zangão». Às 20.30.

● PINHAL NOVO

Jantar-convívio comemorativo no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Francisco Lopes.

● PORTO

Reunião da célula da CP/Porto: a partir das 15.00 no CT da Boavista.

● S. JOÃO DA MADEIRA

Debate sobre a situação internacional, com a participação do camarada Aboim Inglês. Às 15.30, no Centro de Trabalho.

Jantar comemorativo com a participação do camarada Sérgio Teixeira: às 20.00, no restaurante «Monte Peão».

● STA. MARIA DA FEIRA

Jantar comemorativo com a participação do camarada Vidal Pinto: às 20.00, em Fiães.

● SETÚBAL

Encontro Distrital da Juventude Comunista Portuguesa: com início às 10.00, no Centro de Trabalho concelhio do Barreiro. Participação do camarada Álvaro Cunhal.

Sessão pública de encerramento às 16.00.

Plenário da célula da Renault: às 15.00 no CT concelhio.

● TORRES NOVAS

Diálogo com a Juventude: debate sobre «Os conflitos no mundo actual». Às 14.30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Albano Nunes.

Domingo, 8

● ALHOS VEDROS

Almoço-convívio no restaurante «Os Valérios», com o camarada Rui Paixão.

● ALMADA

«O Ideal Comunista» - debate promovido pela Comissão Concelhia no CT de Pombal, com a participação do camarada Blanqui Teixeira. Às 15.00.

Almoços comemorativos nos Centros de Trabalho de Charneca da Caparica e Monte da Caparica.

COMÍCIO

71º Aniversário do Partido Comunista Português

6.Março.92
21.30 horas
Pavilhão Carlos Lopes LISBOA

8.Março.92
15.30 horas
Teatro Rivoli PORTO

Com a presença de

Álvaro Cunhal

Secretário Geral do PCP

Com a presença de

Carlos Carvalhas

Secretário Geral-Adjunto do PCP



PCP SEMPRE COM O POVO
VOLTADOS PARA O FUTURO

Excursões organizadas para o comício de Lisboa

Da Amadora: Partida às 20.30 do Parque Central; paragens em Reboleira (junto ao Bingo), Damaia (Pç. Águas Livres) e Buraca (Centro de Saúde).

De Cascais: Partida às 20.00 de Alcibideche (CT); paragens em Alcoitão, Manique, Alto de Tires (20.20), Lg. S. Domingos, Sassoeiros (Café Santos).

De Sintra: Partida às 20.00 de Algueirão (CT); paragens nos CTs de Rio de Mouro e Cacém e em Queluz (Quatro Caminhos).

Regressos assegurados pelos mesmos percursos. Inscrições nos Centros de Trabalho.



Encontro Distrital de Setúbal da JCP

com a participação de Álvaro Cunhal

Sábado, dia 7 no CT do Barreiro

bres com o camarada Luís Sá sobre o aniversário do Partido. No Centro de Trabalho às 17.00.

Reunião de professores, alunos e encarregados de educação para tratar de questões ligadas à juventude, educação e ensino. Às 15.00, no Centro de Traba-

tro de Trabalho da freguesia de Santo António. Às 14.30.

● CASCAIS

Reunião de professores, alunos e encarregados de educação para tratar de questões ligadas à juventude, educação e ensino. Às 15.00, no Centro de Traba-

● ALPIARÇA

Almoço comemorativo do 71º aniversário do Partido, com a presença do camarada Francisco Lopes: a partir das 13.00, no Pavilhão da Alpiagra.

● AZEITÃO

Almoço-convívio em Brejos de Azeitão, no restaurante «Moçambique», com a participação do camarada Valdemar Santos. Às 13.00.

● BRAGANÇA

Reunião concelhia de militantes: às 15.00, no CT, com o camarada Serafim Brás.

● CALDAS DA RAINHA

Almoço-convívio com a participação do camarada João Amaral. Às 13.00 no Centro de Trabalho.

● FAMALICÃO

Almoço-convívio no Centro de Trabalho local.

● FARO

Almoços come-

morativos do aniversário do Partido em Faro (na cantina da Esc. Secundária João de Deus), Olhão, Lagos, Albufeira, Portimão, Silves, Loulé, V. Real de Sto. António.

● MONTIJO

Almoço-convívio no CT de Sarilhos Grandes, com a participação do camarada Manuel Sobral. Às 13.00.

● PORTO

Comício comemorativo do 71º aniversário do PCP, promovido pela DORP: no Teatro Rivoli, às 15.30, com a participação do camarada Carlos Carvalhas.

● SANTO TIRSO

Almoço-convívio com a participação do camarada Agostinho Lopes. Às 13.00, na Escola Preparatória.

● SEIA

Almoço-convívio comemorativo do aniversário do Parti-

do. No Centro de Trabalho.

● SEIXAL

Almoço-convívio comemorativo do aniversário do Partido: na S. F. União Seixalense, às 13.00, com a participação do camarada Vítor Dias.

● SESIMBRA

Almoço-convívio no CT de Quinta do Conde, com a participação do camarada Domingos Lopes. Às 13.00.

Plenário de militantes do Zambujal, com a camarada Maria da Piedade Morgadinho: na Biblioteca do Zambujal, às 16.00.

● TOMAR

Almoço-convívio comemorativo do aniversário do Partido e do Dia Internacional da Mulher: às 12.30, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada António Orcinha.

● VIALONGA

Almoço-convívio no CT, comemorati-

vo do aniversário do Partido, com a participação do camarada Carlos Brito.

Segunda, 9

● PORTO

Reunião de quadros da cidade do Porto para discussão de problemas de organização. A partir das 21.30, com a participação do camarada Emídio Ribeiro.

Terça, 10

● LISBOA

«O que é o Estalinismo?» - debate promovido no âmbito do ciclo «O comunismo e o mundo contemporâneo», no CT Vitória a partir das 21.00. Participam os camaradas João Arsénio Nunes, Vítor Dias e Nuno Tito de Moraes.

Quarta, 11

Reunião de militantes Reformados: no Centro de Trabalho, a partir das 15.00.

tempo
de antena

PCP



HOJE
RTP-1
a seguir ao telejornal

Quinta, 5

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Saúde na Sua Mão
14.00 Brinca Brincando
14.35 Escândalo na Sociedade
(ver «Filmes na TV»)
16.25 Ponto por Ponto
17.15 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Os Simpson
21.50 Um Romance à Medida
23.00 Teatro: «A Dama das Camélias»
00.45 Notícias
01.00 Automobilismo - Rali de Portugal
01.20 Chimera

Canal 2

09.00 Videotexto
11.25 Especial Rali de Portugal
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Francês
12.40 A Idade da Razão
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.25 Recreio do 2
17.25 Em Busca de...
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 Música no Dois
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Rali de Portugal
22.05 Claude Nougaro
23.05 A Ilustre Casa de Black Adder
23.30 Enigma
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 6

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária

12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Catlow
(ver «Filmes na TV»)
16.15 RTP 35 Anos...
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.20 Amigos
(ver «Filmes na TV»)
23.05 RTP 35 Anos...
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.55 Fado, História de Uma Cantadeira
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Inglês
12.40 A Idade da Razão
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.00 Burlescos
17.25 Grandes Desastres
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Ecologia
20.00 Nunc Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Rali de Portugal
22.05 O Beijo de Judas
23.00 Pantanal
00.30 Rotações
01.30 Rick de Sherwood

Sábado, 7

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 André Topa-Tudo no País dos Gigantes
14.15 Tesouros Reais Portugueses
15.05 Swinging Out Live
16.05 Buggy Malone
(ver «Filmes na TV»)
17.40 Sobreviver
18.45 Totoloto
19.00 Jornal de Sábado
20.05 Desenhos Animados
20.15 Casa Cheia
21.00 Araçonga
22.00 Festival RTP da Canção
00.55 O Processo do Rei
(ver «Filmes na TV»)
02.35 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.05 Rali de Portugal
14.20 Esta Noite e Sempre
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Telas da Lei

Domingo, 8

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Um Espectáculo de Carro
13.40 O Mundo Animal
14.30 Top+
15.20 Documentário
15.45 No País das Fadas
(ver «Filmes na TV»)
17.00 As Aventuras do Cavalo Preto
17.30 ET - Entretenimento Total
19.00 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araçonga
22.25 Domingo Desportivo
23.35 Conversa Afiada
00.50 No Calor da Noite
01.45 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 A Voz do Planeta
10.50 Regiões Magazine
11.50 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.30 O Meu Amigo Mordomo
19.25 Crónica
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.30 Nós 2
22.05 Artes e Letras: «Carmen»
22.50 Carmen Jones
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Tauromaquia

Segunda, 9

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.30 América Selvagem
14.00 Brinca Brincando
14.35 Homens de Gelo
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.25 O Preço Certo
22.50 Crimes Pré-Feitos
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.40 Morre, Monstro, Morre
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Inglês
12.40 A Idade da Razão
12.55 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Vida Selvagem
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine

19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Acerto de Contas
22.45 Ópera - «Cândida»

Terça, 10

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Um Corpo Morto na Praia
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.20 As Causas da Justiça
22.15 Primeira Página
23.15 Carol & Companhia
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 California Show
12.20 Curso de Alemão
12.35 A Idade da Razão
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.15 Palombella Rossa
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Festival de Cinema de Berlim
00.30 Pop Off

Quarta, 11

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 O Ninho das Vboras
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Tu Cá, Tu Lá
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.30 Loulou
(ver «Filmes na TV»)
23.05 24 Horas
23.40 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Inglês
12.35 A Idade da Razão
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.15 Especial Desporto
16.30 O Caminho das Estrelas
17.30 Mulheres no Mundo
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 TV Artes
19.55 Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz:
«Quarta-feira»
22.45 Sinais do Tempo - «Staline»
23.30 E os Violinos Calaram-se

Filmes na TV

Escândalo na Sociedade

«All The Fine Young Canibals» (EUA/1960). Realização de Michael Anderson. Interpretação de Robert Wagner, Natalie Wood, Susan Kohner, George Hamilton, Pearl Bailey. Cor, 112 minutos.

Aos espectadores mais jovens e amantes da música pop, talvez seja interessante saber que o grupo britânico *Fine Young Canibals* veio ao título original deste filme buscar inspiração para o seu nome de baptismo. Aos espectadores menos jovens e, além disso, amadores do Jazz, pode despertar curiosidade a informação de que este filme se arroga inspirar-se na biografia (interpretada, aliás, sem qualquer verosimilhança por Robert Wagner) do grande trompetista que foi Chet Baker. Finalmente, aos cinéfilos, será desnecessário relembrar tratar-se apenas de um filme seguramente realizado, mas condimentado com os habituais rodiguinhos das comédias românticas.

Quinta, 14.30, Canal 1

Enigma

«Murder My Sweet» (EUA/1945). Realização de Edward Dmytryk. Interpretação de Dick Powell, Claire Trevor, Ann Shirley, Otto Kruger, Mike Mazurki. P/B, 89 minutos.

Continua a emissão deste excelente ciclo do «cinema negro» no Canal 2 da RTP, oportunidade que constitui (com mais dois ou três filmes) excepção flagrante para uma semana particularmente fraca da programação cinematográfica da televisão, o que é raro. Neste Cineclub de hoje, e com argumento baseado no romance de Raymond Chandler «Farewell, My Lovely», é projectado um fabuloso exemplar do «género», brilhantemente realizado por Edward Dmytryk e com Dick Powell desempenhando o papel do detective Philip Marlowe numa história de crime e chantagem cujo enredo, como convém a qualquer história policial, não interessa mesmo nada desvendar.

Quinta, 23.30, Canal 2

Catlow

«Catlow» (EUA/1971). Realização de Sam Wanamaker. Interpretação de Yul Brynner, Richard Crenna, Leonard Nimoy, Daliah Lavi, Jo Ann Pflug. Cor, 103 minutos.

Nesta comédia-western e num papel pouco habitual na sua carreira, Yul Brynner interpreta a personagem de um fora-da-lei que procura recuperar, após a Guerra Civil, uma fortuna de 2 milhões de dólares que tinha roubado, ao mesmo tempo que descobre estar a ser perseguido por um sheriff (Richard Crenna) que fora em tempos seu amigo. Uma tarde des preocupada, com algumas boas gargalhadas.

Sexta, 14.30, Canal 1

Amigos e Detectives

«Turner and Hooch» (EUA/1989). Realização de Roger Spottiswood. Interpretação de Tom Hanks, Mare Winingham, Craig T. Nelson, Reginald VelJohnson. Cor, 97 minutos.

Já era «o melhor amigo do homem» e agora é, sem dúvida, «o melhor amigo do espectador de televisão» em geral, pois é este o terceiro filme em oito dias que tem, como uma das personagens principais, o fiel canídeo. Este chama-se Hooch e foi adoptado, como testemunha de um crime, por um detective envolvido, ao que parece, em «hilariantes aventuras». Só os resquícios da época carnavalesca poderão justificar a hora nobre em que este filme é transmitido.

Sexta, 21.20, Canal 1

Fado, História de uma Cantadeira

(Portugal, 1947). Realização de Perdigo Queiroga, Interpretação de Amália Rodrigues, Virgílio Teixeira, António Silva, Eugénio Salvador, Vasco Santana. P/B, 110 minutos.

Como era então habitual, ao melodrama, aqui desempenhado por Amália Rodrigues e Virgílio Teixeira, contrapõem-se doses adequadas de momentos de comédia magistralmente protagonizados por Vasco Santana, Eugénio Salvador e António Silva. Pertencendo à época em que, por excelentes e péssimas razões, o cinema português era extremamente popular, este filme, realizado com saber oficial por Perdigo Queiroga, conta a história de uma fadista que sobe na vida à custa do seu talento. Se é indispensável salientar a frescura e beleza da voz de Amália, importante é também não esquecer a referência à mensagem ideológica que profundamente marcava o cinema de então.

Sexta, 00.55, Canal 1

Romance Imortal

«The Jolson Story» (EUA/1946). Realização de Alfred E. Green. Interpretação de Larry Parks, Evelyn Keyes, William Demarest, Bill Goodwin. Cor, 128 minutos.

Ligado inevitavelmente à arrancada do cinema sonoro, com a sua participação no filme «O Cantor de Jazz», Al Jolson, a sua carreira recheada de sucessos e a sua vida bastante mais problemática, já justificaram nada menos de três filmes biográficos. Este é um deles, e foi rodado ainda em vida do cantor, que empresta ao filme a inconfundível voz em canções como *Avalon*, *You Made Me Love You* ou *My Mammy*, mas cuja personagem é interpretada por Larry Parks.

Sábado, 14.20, Canal 2

Bugsy Malone

«Bugsy Malone» (G.Bret./1976). Realização de Alan Parker. Interpretação de Scott Baio, Jodie Foster, John Cassisi, Florrie Dugger, Martin Lev. Cor, 93 minutos.

Trata-se da recriação da época da «lei seca» e da rivalidade entre grupos de gangsters, num filme musical interpretado por um excelente naipe de actores juvenis em que avulta já a presença de Jodie Foster. Uma excelente ideia de cinema, inventada por Alan Parker na sua primeira experiência após a tarimba da televisão, com metralhadoras a disparar tartes e «espaldas» da época movidos a pedais, sem esquecer todos os outros clichés do género. Mas a ideia, brilhante, não é acompanhada por um argumento que se lhe equipare, pelo que o resultado deixa algo a desejar.

Sábado, 16.05, Canal 1

O Processo do Rei

(Fr./Port./1989). Realização de João Mário Grilo. Interpretação de Carlos Daniel, Filipe Ferrer, Rui de Carvalho, Antonino Solmer, Aurrelle Doazan. Cor, 90 minutos.

O cinema português dos anos 80 regressando à temática do filme histórico cara aos cineastas dos anos 50. Aqui conta-se a história da conspiração que, derrubando D. Afonso VI, colocou D. Pedro II no trono português. Na sua estreia, a crítica considerou segura e rigorosa a realização de João Mário Grilo. A confirmar.

Sábado, 00.55, Canal 1

Alice no País das Fadas

«Alice in Wonderland» (EUA/1951). Realização de Clyde Geronimi e Hamilton Luske. Cor, 75 minutos.



MFA, POVO
POVO, MFA



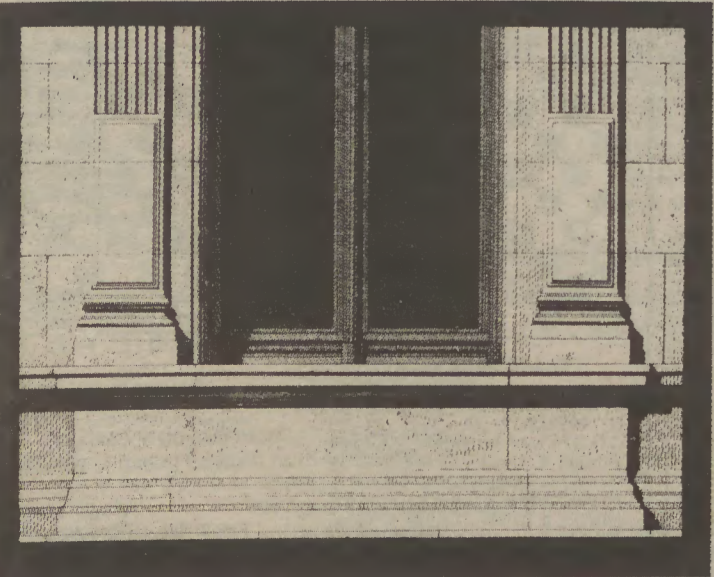
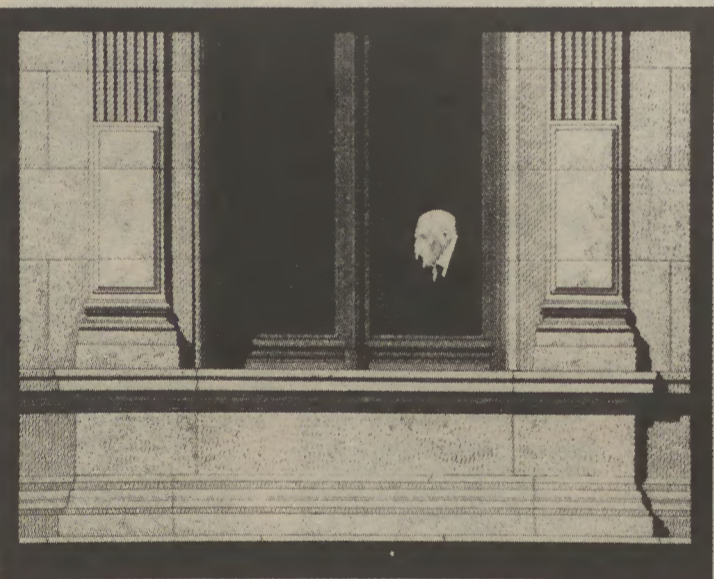
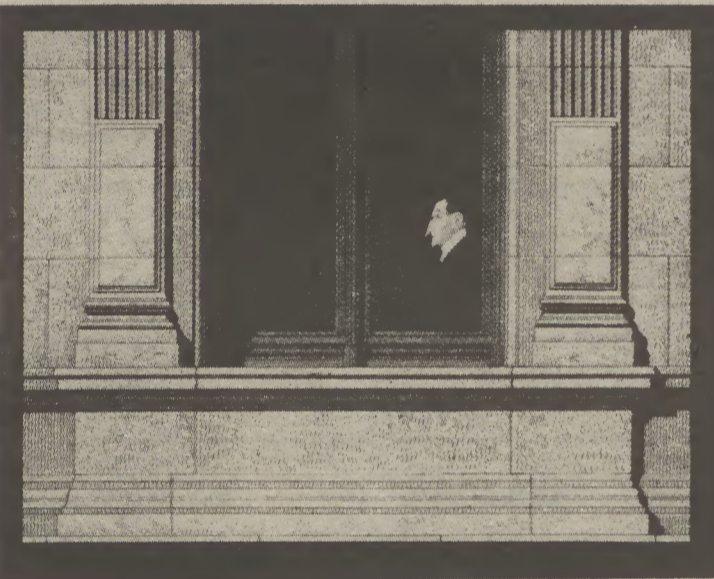
PARA A PAZ E COOPERAÇÃO
CONSELHO PORTUGUÊS

«Hoje sempre o que perturba o «leitor» da obra de João Abel Manta é a trabalhada perfeição ofical, esse demorado e comprizado gosto no criar, o agudo humor que conduz o traço e o pincel. Está nisto um tipo de Cultura - literária, sem dúvida, ousadamente literária; plástica, também: uma atitude crítica que se gera no desenvolvimento da própria expressão formal do tema, não apenas na mensagem.

«Atitude crítica e também política, urge dizer. raros antifascistas-de-antes--do-25-de-Abril actuaram plasticamente na intervenção política como João Abel.»

José Cardoso Pires

José Dias Coelho
— Desenho a tinta da china



Salazar 1926-1968
— Desenho a tinta da china sobre fotografia



M. H. Vieira da Silva
— Lápis e carvão

«Na galeria dos retratos dos grandes artistas portugueses deste século, ou de qualquer tempo, João Abel Manta ocupará por direito próprio um lugar muito seu. Inconfundível - e na primeira linha.

«O seu retrato, porventura auto-retrato, pode-nos mostrar um homem solitário, 1,80 de altura, numa constante luta corpo-a-corpo, de que sempre sai vencedor, com os lápis e os pincéis, as formas e as cores. Vestirá talvez um velho balandru sujo de tinta, vê-lo-emos de lábio caído, testa larga, barba rala, todo o orgulho do artesão e toda a fulguração do criador no olhar penetrante sobre a tela ou o papel.»

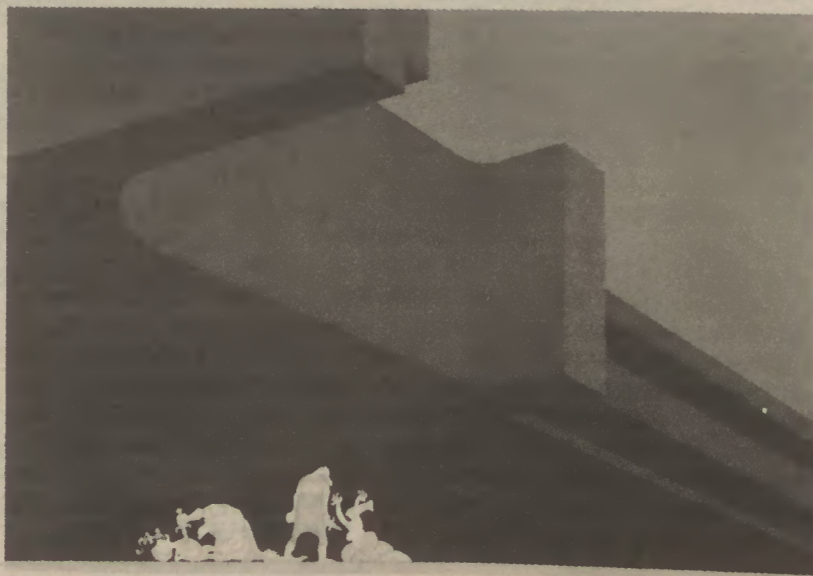
José Carlos de Vasconcelos



José Gomes Ferreira
— Desenho a carvão

«Decameron»
— Desenho a tinta da china

Los Desastres
— Gouache



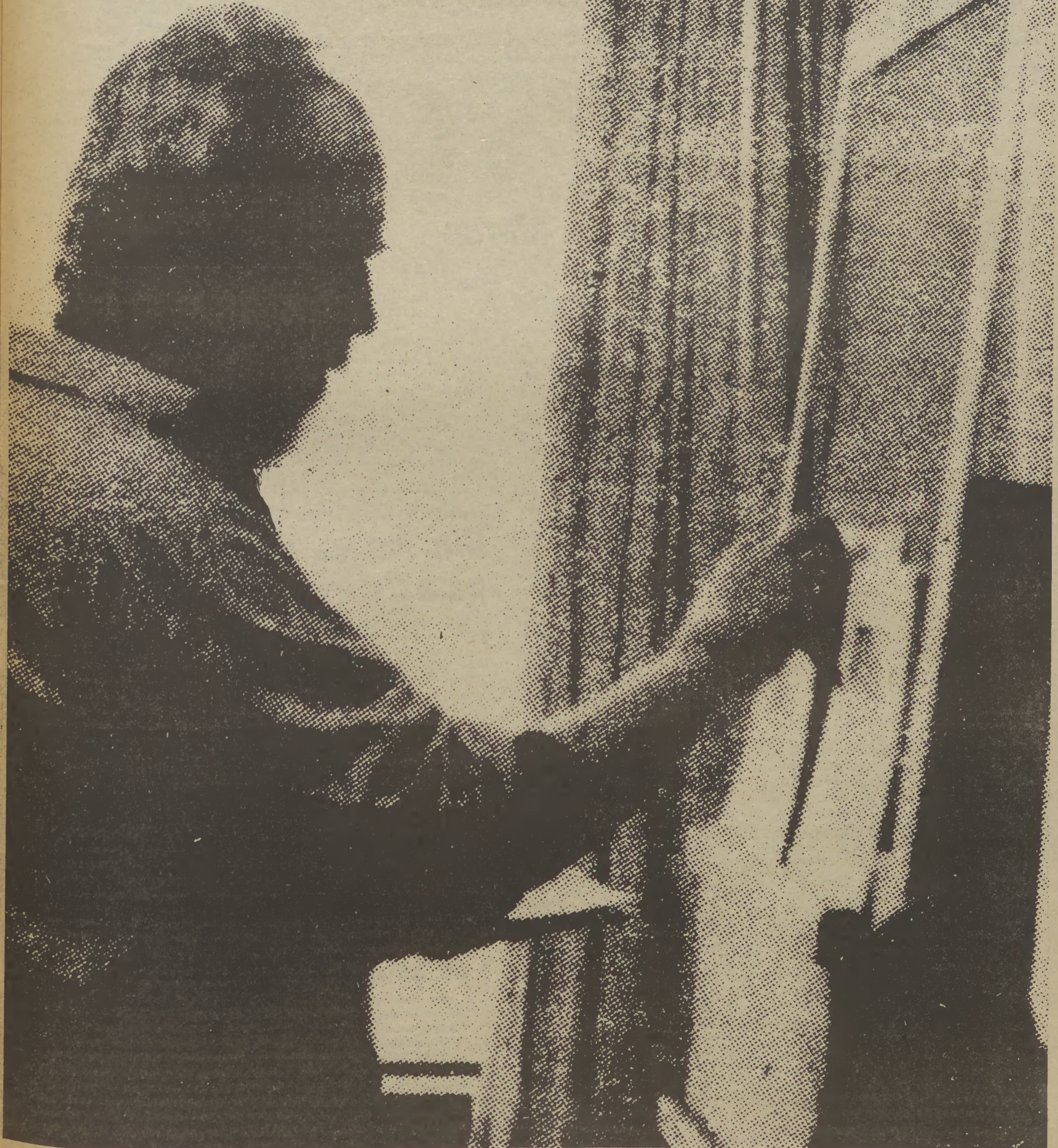
Macbeth.
Acto IV,
Cena II
— Desenho a tinta da china

JOÃO ABEL MANTA

«Apesar do cartoonista ter, momentaneamente, pelo brilhantismo com que terçou suas armas em defesa dos seus ideais e também pela falta de visão dos nossos críticos contemporâneos, abafado, injustamente, o artista plástico, este já se havia imposto, logo a partir dos anos 50, como um dos nossos maiores, senão o maior, Desenhador da sua geração.»

Irisalva Moita

Textos extraídos do catálogo da exposição João Abel Manta - Obra gráfica aberta ao público no Museu Rafael Bordalo Pinheiro



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

PGFoi-se

Consta por aí à boca cheia que este é o ano da morte da PGA. E se ainda é cedo para especular sobre as novas modalidades de acesso à Universidade, é mais do que tempo de reconhecer que os putos têm toda a legitimidade para «cantar de galo».

A semana passada, honra lhes seja feita, conseguiram chamar a atenção de todo o País para a iniquidade de uma prova sem ponta por onde se lhe pegue e obrigar o Governo, através do seu ministro da Educação, a reconhecer isso mesmo.

Na verdade, os jovens do ensino secundário pregaram um imenso susto à classe política dominante.

Fruto da chamada era (da alienação) audiovisual, nascidos e criados na apologia do individualismo e do salve-se quem puder, os nossos jovens mostraram ser capazes, afinal, de empreender uma acção conjunta, de se mobilizarem por uma causa que consideram justa.

Com muita desorganização à mistura? É verdade.

Com alguma dose de inconsciência? É bem possível.

Çausando a maior bagunça dos últimos tempos? Ninguém duvida.

Sem soluções alternativas na manga? Pouco importa.

O facto é que descobriram - e não sem surpresa para a grande maioria - que juntos são uma força.

E uma força capaz de assustar o Poder.

Uma força capaz de paralisar as escolas.

Uma força capaz de lançar o pandemónio nas ruas.

Uma força capaz de abrir as portas dos Ministérios, dos Governos Civis, da Assembleia da República.

Uma força, enfim, capaz de forçar a barreira de silêncio dos meios de comunicação social mais subordinados ao Governo.

Descobriram também, os nossos jovens, que a luta reivindicativa tem custos, sejam eles a incompreensão de quem não sente os mesmos problemas; as provocações que nunca faltam nestas coisas; ou a repressão.

Descobriram ainda, certamente, o reconfortante calor da solidariedade, essa palavra/acto quase banida da prática social, que os aproximou dos pais, dos professores, dos funcionários das escolas, dos cidadãos comuns.

Em dois dias de greve, os alunos das escolas secundárias aprenderam sem dúvida mais sobre a realidade social do que em muitas horas de estudo. Resta agora saber como vão aproveitar a experiência adquirida.

Porque vencer uma batalha não é vencer a guerra. E essa, a guerra do acesso ao ensino superior, está ainda a travar-se, a par de outra não menos importante: a das condições desse mesmo ensino.

Na passada quinta-feira, no «primoroso» português em que se exprime, o ministro da Educação afirmou perante as câmaras da televisão: «eu decidi haver uma terceira PGA».

O que significa que o melhor é não baixar a guarda. Não vá o Governo «decidir haver» qualquer coisa que em nada sirva os interesses dos que no futuro próximo pretendem ingressar na Universidade. É que Governo, há; ministro, também; pode até ser que a PG(há) passe a PGfoi-se; agora Universidade para todos os que a ela aspiram é que não consta que haja.

■ AF

CGTP convoca para dia 21 manifestações em todo o País

«Escolhemos um sábado para proporcionar uma maior participação dos trabalhadores e de todas as camadas com razões para protestar»

O Conselho Nacional da CGTP-IN, sublinhando a «dimensão enorme» das movimentações de trabalhadores que estão a ter lugar, prevê que Março vá ser «um mês de grandes conflitos laborais», face à intransigência do patronato e do Governo nas negociações contratuais, e face à ausência de diálogo em muitas empresas.

Ao informar os jornalistas sobre as conclusões da reunião do CN que teve lugar na passada sexta-feira, o coordenador da Intersindical Nacional revelou que aquele órgão dirigente da central convocou manifestações para o dia 21 de Março. «Escolhemos um sábado para proporcionar uma maior participação dos trabalhadores e de todas as

camadas com razões para protestar» — explicou Carvalho da Silva. As manifestações têm por objectivo protestar contra o acordo económico e social suscrito pelos representantes do Governo, do patronato e da UGT, e contra os aumentos de preços e de impostos, exigindo mais justiça social, redução do horário máximo de trabalho e por uma profunda remodelação do sistema de ensino.

Este objectivo é expresso também na saudação às lutas dos estudantes que o Conselho Nacional da Inter aprovou no dia 28 de Fevereiro, e na qual se afirma que «os filhos dos trabalhadores são os mais lesados com o actual sistema de ensino», salientando que as «impressionantes manifes-

tações estudantis, em dimensão ímpar nas últimas décadas, trouxeram à luz do dia os melhores valores da juventude portuguesa».

Na conferência de imprensa de sexta-feira, Carvalho da Silva — que estava acompanhado por Manuel Lopes, José Ernesto Cartaxo e Fernando Loureiro — saudou igualmente e decidiu dos trabalhadores da administração pública de voltar à greve caso o Governo não altere as suas posições, e criticou a «preocupante governamentalização» que o executivo PSD/Cavaco Silva tenta realizar em todas as áreas da vida política nacional.

Os dirigentes da CGTP-IN divulgaram um balanço das convenções colectivas

de trabalho cujas negociações se concluíram até meados de Fevereiro e que, abrangendo no total cerca de 200 mil trabalhadores,

contemplam aumentos salariais superiores aos do acordo firmado na Concertação. Para a central, como afirmou Carvalho da Silva, estes resultados significam que os trabalhadores têm razão na sua luta por melhores salários e que é possível ir além dos valores estabelecidos pelo acordo económico e social. O coordenador da CGTP alertou, contudo, para o facto de, nas negociações encerradas após a assinatura do acordo, se registar uma tendência para a queda dos aumentos salariais em cerca de 2 por cento.

Lutas em Março

Após a reunião do Conselho Nacional da CGTP-IN foi divulgado à comunicação social um levantamento, que apenas pode pecar por defeito, das lutas laborais previstas para o mês de Março.

Na segunda-feira iniciou-se uma semana de plénários para decidir a continuação da luta por aumentos salariais nas Fábricas Triunfo, enquanto os trabalhadores da Fapajal começam uma quinzena de greves de duas horas diárias; os ferroviários, que perspectivavam uma concentração nacional, realizaram plénários de linha. Na terça-feira de Carnaval estiveram em greve os trabalhadores dos museus e palácios.

Ontem o pessoal da Gomase entrou em greve por 48 horas, reclamando aumentos salariais e a redução do horário; no mesmo dia estiveram em greve os trabalhadores da Dialap (acção que se vai repetir no dia 9).

Hoje, dia em que decorre um encontro de actividades sindicais do distrito de Lisboa, os trabalhadores das indústrias de madeira e cortiças estão em greve e concentram-se junto da associação patronal, no Porto; a Carris pára esta tarde e amanhã de manhã, enquanto o Metro paralisa hoje e amanhã, das 6.30 às 9.30 horas, e possivelmente nos dias 10, 11, 12 e 13, tudo dependendo dos resultados da reunião com o conselho de gerência que ontem deveria ter lugar.

Amanhã há uma greve de 24 horas por aumentos salariais nas empresas do grupo Amorim; também durante todo o dia paralisam os trabalhadores da Petroquímica (Sines), enquanto na Petrogal estão previstos plénários nos locais de trabalho; o sector da construção civil volta à greve pela revisão do contrato, enquanto os sindicatos dos transportes privados reúnem em plenário para decidir formas de luta; a Transtejo pára das 5.20 às 9.30 e das 18 às 22 horas; o pessoal da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos paralisa durante todo o dia e, tal como os trabalhadores da Direcção-Geral da Inspeção Económica (que estão em greve hoje e amanhã), vai concentrar-se junto do Centro Cultural de Belém.

Em plenário reúnem também amanhã todos os sindicatos da administração pública, sector que tem prevista

para dia 13 uma jornada nacional de esclarecimento e que vai realizar nova greve nacional na segunda quinzena de Março. Os professores vão estar em greve por 48 horas, estando já marcada uma manifestação em Lisboa no primeiro dia de paralisação, 26 de Março.

Os aduaneiros, em luta contra a extinção dos postos de trabalho, vão estar em greve, a nível europeu, nos dias 9, 10 e 11. Neste último dia páram também os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas.

No dia 9 o pessoal da Imprensa Nacional/Casa da Moeda dá início a uma semana de greves de 2 horas por dia, enquanto na Portucel começam a realizar-se plénários nos locais de trabalho para analisar a reacção aos aumentos de 25 por cento aplicados aos quadros da empresa.

Os mineiros da Panasqueira entram dia 11 em greve durante três dias, exigindo melhores aumentos salariais. A 16 inicia-se uma semana de luta do sector da metalurgia, metalomecânica e minas.

Eleições na Caixa Geral de Depósitos

Oito mandatos em onze para lista unitária

As eleições para a Comissão de Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos (CGD) deram a vitória a uma lista unitária que passa a deter oito mandatos, contra dois lugares obtidos pela lista ligada ao PS e um mandato obtido por uma lista ligada ao PSD.

A lista socialista perdeu cerca de mil votos e um mandato enquanto a lista ligada ao sector social-democrata perdeu

cerca de 250 votos mantendo no entanto o único mandato que já detinha. A lista unitária ultrapassou os quatro mil votos, o que significa mais umas centenas de votos do que nas eleições de há dois anos. O universo eleitoral é de dez mil trabalhadores e registou-se uma maior abstenção do que na eleição anterior.

A CGD é uma das maiores empresas portu-

guesas e um expoente do sector empresarial do Estado, e os responsáveis pela lista vencedora justificam esta vitória no sector bancário, onde a UGT pontifica, pelo «trabalho dedicado e a ligação estreita aos interesses e anseios dos trabalhadores» que foi desenvolvido na Comissão de Trabalhadores anterior, onde esta lista detinha já sete dos 11 mandatos que compõem aquela estrutura sindical.

Álvaro Cunhal no encontro dos jovens comunistas de Setúbal

O secretário-geral do PCP participa nos encontros das organizações distritais (locais e ensino secundário) de Setúbal da JCP, que se realizam depois de amanhã, no Barreiro.

Os trabalhos decorrem no centro de trabalho concelhio do PCP, a partir das 10 horas, e nele vão ser discutidas algumas das questões que mais preocupam os jovens do distrito, definindo propostas para a sua resolução. Os jovens comunistas vão ainda eleger os organismos dirigentes da JCP e delinear a actividade da organização.

Álvaro Cunhal intervirá na sessão de encerramento (conjunta), que se inicia cerca das 16 horas e que é aberta à comunicação social.